

Capítulo I

As revistas durante a Monarquia (1761-1910)

Magazines during the Monarchy (1761-1910)

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa
e ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: 0000-0003-0814-6779
CIÊNCIA ID: 4110-C40A-9ACF

Resumo: As revistas distinguiram-se dos jornais, na origem, pelo seu carácter reflexivo e interpretativo e pela profundidade, ou, inversamente, pela leveza com que “passavam em revista”, ecleticamente, assuntos científicos, filosóficos e literários, entre outros, incluindo mundanidades e moda, beneficiando do ambiente iluminista, do enciclopedismo e do conseqüente apelo ao cultivo da razão. Em vez das pequenas notícias, que constituíam a maioria dos conteúdos dos primeiros jornais, as revistas continham, habitualmente, artigos mais ou menos extensos, ensaios e críticas, além de conteúdos de entretenimento e de satisfação da curiosidade. Na Europa, existiram publicações que podem ser consideradas revistas desde meados do século XVII. Em Portugal, porém, as revistas surgiram, somente, em meados do século XVIII, com títulos como a *Gazeta Literária*, de 1761-1762, e o *Jornal Enciclopédico*, de 1779. A partir daí, circularam sempre, no país, publicações que se podem considerar revistas. Neste capítulo, inventariam-se, revista a revista, cronologicamente, algumas, quiçá a maioria, dessas publicações, procurando dar-se corpo a uma narrativa histórica sustentada pelos vestígios do passado que perduraram até ao presente. Limitou-se, temporalmente, este capítulo ao período da Monarquia, para respeitar, genericamente, a abordagem determinada pelo projeto “Para uma história do jornalismo em Portugal”, no âmbito do qual a pesquisa foi realizada. Norteiam este capítulo preocupações de estabelecimento de uma periodização das revistas em Portugal durante o período monárquico. Sustenta-se que podem ser identificados três gerações na história dessas publicações: uma primeira geração em que dominaram as revistas enciclopédicas; uma segunda geração em que dominaram as revistas híbridas, que começaram a acolher informações de atualidade e apresentavam conteúdos que se afastavam da organização do conhecimento proposta pelo enciclopedismo; e uma terceira geração de revistas ilustradas de informação geral, centradas na atualidade, antepassadas diretas das *newsmagazines*. É de destacar que as revistas foram as primeiras publicações — também em Portugal — a acolher a informação visual como parte da sua matriz textual informativa, primeiro sob a forma de gravura, depois sob a forma de fotografia. A iconografia converteu-se, assim, numa das suas *marcas identitárias*.

Palavras-chave: história da imprensa; história das revistas; Portugal; Monarquia.

Abstract: Magazines were originally distinguished from newspapers by their reflective and interpretive character and by the depth, or conversely, the lightness with which they “reviewed”, eclectically, scientific, philosophical, and literary subjects, among others, including mundanities and fashion, benefiting from the enlightenment environment, encyclopedism, and the consequent appeal to the cultivation of reason. Instead of the short news items that made up most of the content of the first newspapers, magazines usually contained more or less extensive articles, essays, and reviews, as well as entertainment and curiosity-pleasing content. In Europe, there were publications that can be considered magazines since the middle of the 17th century. In Portugal, however, magazines appeared only in the middle of the 18th century, with titles such as *Gazeta Literária*, from 1761-1762, and *Jornal Enciclopédico*, from 1779. From then on, publications that can be considered magazines have always circulated in the country. In this chapter, some, perhaps most, of these publications are listed chronologically, magazine by magazine, in an attempt to create a historical narrative supported by the vestiges of the past that have lasted until the present. This chapter is temporally limited to the period of the Monarchy, in order to generally respect the approach determined within the scope of the project *Para uma história do jornalismo em Portugal*, under which the research was conducted. This chapter is guided by the concerns of establishing a periodization of the magazines in Portugal during the monarchical period. It is argued that three generations can be identified in the history of these publications: a first generation in which encyclopedic magazines dominated; a second generation in which hybrid magazines dominated, which began to receive current affairs information and presented contents that departed from the organization of knowledge proposed by encyclopedism; and a third generation of illustrated general information magazines, focused on current affairs, direct ancestors of *newsmagazines*. It is noteworthy that magazines were the first publications — also in Portugal — to welcome visual information as part of their informative textual matrix, first in the form of engraving, then in the form of photography. Illustration, thus, became one of their identifying marks.

Keywords: history of the press; history of magazines; Portugal; Monarchy.

1.1. A génese das revistas em Portugal

O Iluminismo propiciou o surgimento, em Portugal, durante o século XVIII, de publicações que se afastavam da matriz noticiosa que caracterizava os periódicos portugueses desde o século anterior. Foi durante esse primeiro momento de diversificação e segmentação da paisagem mediática portuguesa que, inspirados por exemplos estrangeiros, surgiram, no país, periódicos que já apontam para um modelo de *revista*, caracterizados pelo culto do artigo em detrimento da notícia. São, principalmente, de publicações de índole científica, cultural e literária, ainda que generalistas, que o poder régio e o poder eclesiástico vigiavam e controlavam ferreamente, como acontecia, de resto, com todas as restantes publicações, periódicas ou não periódicas, incluindo, naturalmente, os livros.

Duas publicações, nesse âmbito, merecem destaque. São elas a *Gazeta Literária* (figura 1), publicada entre 1761 e 1762; e o *Jornal Enciclopédico* (figura 2), lançado em 1779 e relançado em 1788, tendo durado até 1793. Ambas surgiram na segunda metade do século XVIII, o que não deixa de ser significativo, já que só então puderam beneficiar do ambiente iluminista e racionalista e do movimento enciclopedista que animavam a Europa.

A *Gazeta Literária* e o *Jornal Enciclopédico* distinguiram-se dos periódicos noticiosos não só pelos temas abordados, mas também pela forma com que os apresentavam. Nomeadamente, continham mais artigos — redigidos com maior ou menor profundidade — do que notícias e os conteúdos respeitavam, especialmente, a literatura, humanidades e ciências.

Atendendo aos elevadíssimos índices de iliteracia, que rondariam os 90 por cento, o público leitor era, então, reduzido. Provavelmente, quem lia os periódicos noticiosos de informação geral, também lia a *Gazeta Literária* e o *Jornal Enciclopédico*. Essas publicações destinavam-se, todavia, aos segmentos de público que queriam aprofundar os seus conhecimentos humanísticos e científicos. Quem os lia seria, assim, somente, uma minoria letrada, sobretudo do género masculino, interessada nos negócios públicos e privados e na governação e que queria cultivar-se, inclusivamente para ter reportório de conversação nos palcos de sociabilidade (a corte, as academias, a universidade e outros estabelecimentos de ensino...) — a mesma minoria de entre a qual saíram os liberais que detonariam, em 1820, a Revolução Liberal. Uma lista dos 197 leitores-assinantes da *Gazeta Literária*, publicada no primeiro número de 1762, permite caracterizar o seu público-leitor (e por arrasto o público-leitor de periódicos em Portugal): burgueses (42,1%), letrados — profissionais liberais (18,3%), religiosos (20,3%), nobres (19,3%).

Na *Gazeta Literária*, publicada em pleno período de governação pombalina ecoa, pela primeira vez na imprensa portuguesa, a nova atitude mental propiciada pelo Iluminismo: a ilustração pessoal seria condição prévia para o justo exercício da razão. No entanto, apesar de sujeita a vigilância e censura, conforme demonstram as várias licenças que teve de obter, a *Gazeta Literária* foi suspensa pelo marquês de Pombal, devido a “veladas alusões

desfavoráveis” à sua governação (Tengarrinha, 1989, p. 47). Uma análise de Joaquim Fernandes (1993) ao periódico permitiu concluir que mais de 50% das matérias publicadas se podem inserir na categoria de “ciências”, cerca de 30% na de “medicina”, 10% na de “literatura” e 5% na de “história”, apresentando as categorias “geografia”, “política”, “astronomia”, “direito”, “filosofia” e “educação” valores residuais.



Figura 1
Frontispício e licenças do primeiro número da *Gazeta Literária* (1761-1762).
Fonte: reprodução do original.

O título do *Jornal Enciclopédico*, por sua vez, já revela ao que vinha esta nova publicação segmentada — ir ao encontro do espírito enciclopedista da obtenção, diversificação e categorização de conhecimentos, marca indelével do Iluminismo setecentista. O seu objetivo era “derramar a luz” sobre os indivíduos, conforme se observa, metaforicamente, na gravura de abertura (figura 2); era contribuir, portanto, para a promoção geral do conhecimento, em especial do conhecimento científico, considerado essencial para o exercício ilustrado da razão. O homem ideal do Iluminismo deveria ser um homem cultivado, um homem culto.

Um estudo de Fernando Egídio Reis (2005) demonstra que o *Jornal Enciclopédico* tinha, somente, 466 subscritores, todos da “elite da sociedade portuguesa” de então, entre os quais a família real, a Academia das Ciências de Lisboa, altos funcionários, militares de alta patente, clérigos, professores e reitores, advogados, ministros, boticários e cirurgiões. Os textos aí

publicados repartem-se, com algum equilíbrio, por várias categorias (um perfil bastante mais diversificado do que o da *Gazeta Literária*): história natural (15%), medicina (17%), economia (10%), belas-artes (11%), anedotas (9%), filosofia (11%), produções literárias (16%), relações políticas (16%).



Figura 2

Gravura e frontispício do primeiro número do *Jornal Enciclopédico*.

Fonte: reprodução do original.

Outras publicações do mesmo género surgiram, no século XVIII, em Portugal. Uma das mais interessantes é o *Paládio Português ou Clarim de Palas Que Anuncia Periodicamente os Novos Descobrimentos e Melhoramentos n'Agricultura, Artes, Manufaturas, Comércio, Etc.*, de 1796, provavelmente a primeira publicação portuguesa a encartar estampas informativas, algumas delas coloridas. O seu aparecimento demonstra que, à época, já se reconhecia o potencial informativo e explicativo das imagens, mas não tinha ainda sido aprimorada a xilogravura tipográfica, tecnologia que, com a litografia, contribuiu, mais tarde, para a inclusão de imagens nas publicações periódicas de informação geral, já não como encarte, mas sim paginadas junto com a palavra escrita. Uma vez vencido esse obstáculo técnico, as revistas — devido à sua periodicidade mais dilatada no tempo, já que a xilogravura e a litografia eram processos morosos — foram pioneiras na incorporação de informação visual à informação escrita, na integração da imagem e da palavra.

1.2. As revistas enciclopédicas de informação geral no século XIX

No século XIX, animados pelo mesmo espírito enciclopedista e racionalista que emergira em meados do século anterior, surgiram novos periódicos de cariz enciclopédico em Portugal, como o *Armazém Interessante e Recreativo ou Coleção de Novelas e Notícias Úteis e Agradáveis*, de 1807, que se podem, também, incluir na categoria de revistas. Em 1812, José Feliciano de Castilho e Ângelo Ferreira Dinis lançaram o mensário *Jornal de Coimbra* (obviamente publicado em Coimbra), na verdade uma revista, cujo tom alternava entre o noticioso e o cultural e enciclopédico. Também em 1812, Joaquim José Pedro Lopes redigiu e editou o *Semanário de Instrução e Recreio*, que também se pode considerar uma revista, durando até 1813, ano em que assumiu a redação do jornal oficial, *Gazeta de Lisboa*. Durante o ano de 1820, foi publicado o *Jornal Enciclopédico de Lisboa*, igualmente uma revista, pelo padre José Agostinho de Macedo e pelo seu companheiro de sempre, então redator principal da *Gazeta de Lisboa*, o já citado Joaquim José Pedro Lopes.

Os exilados liberais, quer os da primeira emigração, quer os da segunda emigração, lançaram, igualmente, periódicos que, introduzidos legal ou clandestinamente em Portugal, também se enquadram no conceito de revista. As suas publicações tendiam, porém, a misturar argumentação política com conteúdos informativos e de instrução e recreio, dentro do espírito do *publicismo* de então. O *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* (1808-1822) é um bom exemplo desse tipo de publicação, tal como *O Observador Lusitano em Paris ou Coleção Literária, Política e Comercial* (publicado de janeiro a abril de 1815), o *Anais das Ciências, das Artes e das Letras por Uma Sociedade de Portugueses Residentes em Paris* (1818-1822), e ainda *O Contemporâneo Político e Literário* (1820). Estas publicações inserem-se, nitidamente, no espírito liberal de promoção da circulação pública das ideias sobre o governo e os negócios e de formação de cidadãos capazes de, informadamente, intervirem nos assuntos públicos.

A partir de 1834, na sequência do triunfo liberal na Guerra Civil que opôs miguelistas a liberais e da conquista da liberdade de imprensa (que, com mais ou menos restrições e constrangimentos, vigoraria, grosso modo, em Portugal, até 1926), apareceram, no país, novos periódicos literários, culturais e científicos, muitos deles ligados a sociedades científicas, que também se podem integrar no conceito de *revista*, todos eles imbuídos do mesmo espírito liberal, que determinava a necessidade de informar e formar os cidadãos, para que estes pudessem intervir em consciência nos mecanismos de decisão. São os casos, por exemplo, do *Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e de Literatura do Porto* (de 1834), do *Repositório Literário da Sociedade de O Recreio* (de 1835) e do *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (de 1836). Foram, pois, um produto simultâneo dos ecos tardios do iluminismo enciclopedista e racionalista, do liberalismo e do romantismo. Nessa conjuntura, procuraram, conforme a ideologia liberal, contribuir para a democratização da experiência cultural (Ribeiro, 2014, p. 19) e para a formação de cidadãos aptos a participar nos processos políticos, o que era

essencial à sustentação teórica do preceito constitucional da soberania da nação (Silva, 2014).

Vencidos, por sua vez, os desafios da impressão simultânea de imagens e palavras, graças à generalização da xilogravura tipográfica¹, as revistas foram as primeiras publicações periódicas portuguesas a apropriarem-se desta tecnologia. A sua periodicidade — no mínimo, semanal — dava tempo suficiente para a preparação e impressão dos originais, algo vedado aos jornais. A partir do final da década de 1830, as revistas generalistas mais importantes já não prescindiam da imagem, mesmo que a sua utilização nem sempre fosse informativa. Na maioria dessas publicações, as ilustrações constituíam, efetivamente, uma mais-valia, quer para providenciar informação visual sobre os assuntos, quer, por vezes, para os explicar, quer ainda, simplesmente, para atrair o leitor.

As revistas ilustradas enciclopédicas portuguesas tornaram-se as mais importantes em Portugal pelo menos até meados do século XIX, caso se tenha em conta o seu impacto e a sua circulação. Apresentavam-se com conteúdos genéricos e um tom expositivo e, por vezes, mesmo pedagógico. Algumas incluíam nos títulos ou subtítulos menções a serem periódicos de “instrução” e “recreio”, (cf. quadro 1), entre outras designações semelhantes, o que traduz bem a sua dupla vocação: instruir, amenamente, e entreter. Ao prestar atenção a uma enorme gama de assuntos, por meio de textos diferenciados, contribuíram, pela palavra e pela imagem, para ampliar o leque do noticiável e diversificar os formatos discursivos de apropriação da realidade pelo jornalismo, isto é, os géneros jornalísticos. Quase todas eram bastante acessíveis, quer no preço, quer ao nível do discurso. Certamente pretendiam, mesmo que não o conseguissem, chegar a todos os públicos, letrados e não letrados, já que mesmo os analfabetos podiam ouvir a leitura dessas publicações em voz alta e ver as imagens que inseriam. As revistas tanto podiam, pois, ser lidas pela burguesia, mesmo a de poucos recursos, como pela alta burguesia, pela aristocracia e, claro, pelo clero, bem como por alguns populares instruídos (Ribeiro, 2014, p. 27). Além do mais, num cenário jornalístico dominado, a partir de 1834, pela imprensa liberal, política e partidária, as revistas enciclopédicas, particularmente as ilustradas, constituíram um segmento de imprensa alternativa, uma lufada de ar fresco na sociedade e no jornalismo em Portugal, mesmo se dependessem, frequentemente, de indivíduos isolados, que as editavam (para obterem lucro ou para sobressaírem entre os seus pares), e de traduções de textos de revistas estrangeiras e até mesmo, em certos casos, da cópia de imagens xilográficas ou litográficas já publicadas fora e dentro do país.

O quadro 1 dá uma visão geral das principais — pela sua longevidade e impacto — revistas ilustradas de cariz enciclopédico surgidas em Portugal ao longo do século XIX².

1 A litografia foi sendo, progressivamente, abandonada para a impressão de periódicos, porque, embora propiciasse imagens mais definidas, implicava mais tempo de execução e impressão e não permitia a impressão conjunta de imagens e texto verbal.

2 Apenas são referidas as revistas que foi possível consultar em bibliotecas, hemerotecas e outros arquivos.

Quadro 1

Principais revistas ilustradas enciclopédicas oitocentistas portuguesas.

Título	Anos de publicação	Local de edição	Preço (inicial)		Dimensões (cm)/área da página (cm²)	Páginas	Periodicidade	Forma dominante de ilustração
			Exemplar	Assinatura anual				
<i>O Recreio: Jornal das Famílias</i>	1835-1842	Lisboa	160	1440	15x22 330	32	Mensal	Litografia
Promotores: não apurado.								
<i>Biblioteca Familiar e Recreativa Oferecida à Mocidade Portuguesa</i>	1835-1846	Lisboa	80	1920	9,5x14,4 137 (nos primeiros anos) 18,5x25,5 472	24 (primeiros anos) 16	Quinzenal (primeiros anos) e, depois, semanal	Litografia
Promotores: E. Silvestre. A revista incluiu textos de muitos autores estrangeiros.								
<i>Jornal Enciclopédico</i>	1836-1837	Lisboa	20	[Não apurado]	15 x 23,1 346	24	Mensal	Litografia
Promotores: não apurado.								
<i>O Museu*</i>	1836-1838	Lisboa	[Não apurado]	[Não apurado]	18,9 x 25,1 474	16	Irregular	Gravura
Promotores: não apurado.								
<i>O Arquivo Popular: Semanário Pitoresco</i>	1837-1843	Lisboa	20	960	19,5x26,2 511	8	Semanal	Gravura
Promotores: António José Cândido da Cruz (editor), Duarte Nunes Leão e outros.								
<i>O Passatempo: Jornal d'Instrução e Recreio para Ambos os Sexos</i>	1837-1838	Lisboa	60	[Não apurado]	14,5x20,5 297	12	Mensal (depois, quinzenal)	Litografia
Promotores: não apurado.								
<i>O Panorama: Jornal Literário e Instrutivo</i>	1837-1868	Lisboa	30	1200	18,5x27 500	8	Semanal	Gravura
<p>Promotores:</p> <p>Alexandre Herculano (primeiro editor e redator), António de Oliveira Marreca (1ª e 2ª séries), António José Fernandes Lopes, Luís Augusto Ribeiro da Silva (3ª e 4ª séries) e outros, entre os quais:</p> <p>1.ª série: José Maria Xavier d'Araújo, António Feliciano de Castilho, José Maria da Silva Leal Júnior, António de Oliveira Marreca, Paulo Midosi, João da Cunha Neves, José Xavier Mouzinho da Silveira e outros.</p> <p>2.ª série: António Feliciano Castilho, José Maria Latino Coelho, Alexandre Herculano, José da Silva Mendes Leal Júnior, António de Oliveira Marreca, Luís Augusto Rebelo da Silva e outros.</p> <p>3.ª série: D. António de Almeida, Francisco Gomes de Amorim, Francisco Maria Bordalo, José Maria Latino Coelho, José da Silva Mendes Leal Júnior, António d'Oliveira Marreca, Joaquim Heliodoro da Cunha e outros.</p> <p>4.ª série: Camilo Castelo Branco, António Pedro Lopes de Mendonça e outros.</p> <p>5.ª série: António Feliciano de Castilho; Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, João de Deus, Inocêncio Francisco da Silva e outros.</p>								
<i>O Ramalhete: Jornal d'Instrução e Recreio*</i>	1837-1844	Lisboa	50 (sem litografia)	3120 (completo) 2080 (sem litografias)	18,5x25,5 472	16	Semanal	Litografia
Promotores: Francisco Xavier Pereira da Silva (redator) e outros.								
<i>O Recreativo: Jornal Semanário</i>	1838-1838	Lisboa	20	960	18,5 x 25,5 472	8	Semanal	Gravura
Promotores: Francisco Duarte de Almeida Araújo e outros.								
<i>Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens, Ciências e Belas-Artes</i>	1838-1844	Porto	?	?	12,8 x 20 256	8	Quinzenal, passou a mensal em 1839	Litografia (parcamente ilustrado)
Promotores: Agostinho Albano da Silveira Pinheiro (diretor), Francisco de São Luís, Inácio Morais Sarmento, José Pereira Reis e J. J. Pereira Caldas (redatores) e outros.								
<i>O Museu Portuense: Jornal de História, Artes, Ciências Industriais e Belas Letras</i>	1838-1839	Porto	60	1200	18,3 x 28 512	16	Semanal, passou, depois, a quinzenal.	Gravura
Promotores: [Tipografia Comercial Portuense]								

<i>O Arquivista: Jornal Histórico e de Recreio</i>	1839-1840	Lisboa	40	1920	18x28 504	16	Semanal	Litografia
Promotores: não apurado.								
<i>O Mosaico: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1839-1841	Lisboa	40	1920	18,5 x 25,5 472	8	Semanal	Litografia
Promotores: Francisco Manuel Raposo de Almeida (editor), José da Silva Mendes Leal Júnior, Diogo Pires Monteiro Bandeiro, Paulo Midosi Júnior e Tomás Oom Júnior e outros.								
<i>Universo Pitoresco: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1839-1844	Lisboa	[Não apurado]	[Não apurado]	19,6x27 529	16	Mensal	Litografia
Promotores: S. J. Ribeiro de Sá, J.A. de Macedo, J. Nepomuceno de Seixas e Vilhena Barbosa.								
<i>Museu Pitoresco: Jornal d'Instrução e Recreio</i>	1842-1843	Lisboa	320	4800 (completo)	28x39,5 1106	8	Mensal [provavelmente]	Litografia
Promotores: não apurado.								
<i>O Instrutor Portuense: Periódico Mensal*</i>	1844-1845	Porto	[Não apurado]	[Não apurado]	13x20 260	16	Mensal	Litografia
Promotores: José Fernandes Ribeiro (diretor e possível proprietário).								
<i>Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio*</i>	1847-1854	Lisboa	10	520	15x21 315	8	Semanal	Gravura
Promotores: Francisco Gomes de Amorim (editor/redator principal), Matias Pinheiro da Silveira Botelho, José Augusto da Silva e outros colaboradores.								
<i>Revista Popular: Semanário de Ciência e Indústria</i>	1848-1855	Lisboa	20	960	18,5x25,5 472	16 (até 1853)	Semanal	Gravura
Promotores: Francisco Pereira de Almeida, José Maria Baptista Coelho (promotores), Joaquim Henrique Fradesso da Silveira (redator principal), Sebastião José Ribeiro de Sá (proprietário entre 1853 e 1855) e outros.								
<i>Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes</i>	1848-1849	Lisboa	70	2880	21,5 x 28,9 621	16	Semanal	Gravura
Promotores: João de Andrade Corvo, Luís Augusto Rebelo da Silva e outros.								
<i>O Recreio Popular: Semanário Noticioso e Instrutivo</i>	1855-1856	Lisboa	10	500	14x21 294	8	Semanal	Gravura
Promotores: Pedro Carlos de Alcântara Chaves (editor e redator) e outros.								
<i>O Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco</i>	1857-1861	Lisboa	20	1260	18x28,4 511	8	Semanal	Gravura
Promotores: Manuel Augusto Gentil (promotor), António José Cândido da Cruz (redator provável), J. F. G. Aguiar, F. Braga, F. D. Almeida de Araújo, A. Marques Pereira, J. P. De Mello, José Bento de Araújo Assis, J.J. S. Moreira.								
<i>Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado</i>	1857-1868	Lisboa	50	2000	19,5x29,5 575	8	Semanal	Gravura
Promotores: Promotores: Tomás de Aquino Gomes, empresário de tipografia, Vicente Jorge de Castro e João Maria de Castro, proprietários da Tipografia Castro (constituíram a firma Castro, Irmão & C.ª). Colaboradores: José de Torres (redator principal até 1860), Pinheiro Chagas, Feliciano de Castilho, Brito Aranha (gestor da revista a partir de 1866), Silva Túlio (editor do periódico entre 1860 e 1865), Vilhena Barbosa (editor a partir de 1866), Latino Coelho, António Feliciano de Castilho, Inocêncio Francisco da Silva, Mendes Leal, Andrade Ferreira, Pinheiro Chagas e outros.								
<i>Porto Elegante: Jornal de Literatura, Ciências, Belas-Artes e Moda</i>	1864	Porto	90	2000	18,1x25 452	8	Quinzenal	Gravura e litografia
Promotores: F. J. Carlos Amatucci e M. A. F. de Sousa Campos. Colaboradores: Georgina da Soledade, A. de Almeida Alves e Silva, J. V. Pinto de Carvalho, R. A. Machado de Guimarães, Afonso Karr, F. G. Moniz, H. Moreira, G. Gartener, J. V. Pinto de Carvalho e outros.								
<i>Ilustração Popular: Folha Destinada ao Recreio e Instrução</i>	1866-1868	Lisboa	30	960	23x32,5 748	4	Semanal	Gravura
Promotores: Narciso Zeferino Lopes e Luís Guerra (primeiros editores proprietários, Narciso Zeferino Lopes assume a condição de administrador a partir do décimo número), Domingos Francisco Lopes (proprietário a partir do décimo número), Francisco Duarte de Almeida Araújo (diretor) e outros.								

<i>Arquivo Popular</i> (apenas o volume 2 é ilustrado)	1871-1874	Porto e Lisboa	30	1600	22,5x30 (volume 2, ilustrado) 675	8	Semanal	Gravura
Promotores: A. A. Leal (editor). Colaboradores: M. de Paiva; L. de Vilhena Barbosa; J. G. da Silva Júnior; Júlio Aguiar; A. Gomes Pereira; J. da Silva; Marques Gomes; Laura de Almeida; José do Amaral; Albano Coutinho Júnior; Tito de Noronha e outros.								
<i>O Universo Ilustrado: Semanário de Instrução e Recreio Publicado por Uma Sociedade</i>	1877-1887	Lisboa	30	1600	19,5 x 29 566	8 a 16	Semanal	Gravura
Promotores: A. Varela (editor provável). Colaboradores: João de Mendonça, Joaquim dos Anjos; Jorge de Mendonça; Silva Pereira; R. da Motta; Henrique de Guimarães; Francisco de Salles; Júlia Sofia Gutierrez; Francisco Dias; Xavier de Paiva e outros.								
<i>O Camões: Semanário Popular Ilustrado</i>	1880-1883	Porto	20	1040 (Porto)	22x31 682	8	Semanal	Gravura
Promotores: A. A. Leal (editor).								
<i>Revista Popular de Conhecimentos Úteis*</i>	1888-1892 + 1897	Lisboa	40	1500	19 x 28,3 538	8	Semanal	Gravura
Promotores: Francisco de Almeida (diretor, proprietário e redator), Santos Valente (redator), A. C. Mêna Júnior (gerente), Narciso de Lacerda (secretário da redação), Ramalho Ortigão, Diogo Nunes, João da Mota Prego, Camilo Flammarion, Villar Allen, Pereira Coutinho, Martins Sarmento e outros. Incluiu textos de Alexandre Herculano (falecido em 1877).								

* Não foi possível consultar coleções completas destes periódicos.

Fonte: elaboração própria.

Mesmo que não seja um inventário exaustivo, mas sim, principalmente considerando a distância temporal, o inventário possível, o quadro 1 demonstra a enorme vitalidade que as revistas demonstraram em Portugal ao longo de quase todo o século XIX, nomeadamente o segmento das revistas ilustradas enciclopédicas. Desde 1835 até 1897, isto é, desde *O Recreio: Jornal das Famílias* (1835-1842) até à *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* (1888-1892 e 1897), passaram-se 62 anos. Durante 62 anos os portugueses puderam, pois, contactar com esse tipo de revistas.

Ambas as publicações citadas apontam, nos títulos, a sua vocação. No caso da primeira revista, a palavra *Recreio* aponta para leituras amenas; *Jornal das Famílias* realça que se tratava de uma publicação para todos. Mesmo que a designassem como *Jornal*, devido à ausência do termo *revista* entre o léxico comum da época, na verdade era uma revista. No caso da segunda, *Revista Popular de Conhecimentos Úteis*, já temos a assunção de que a publicação se considerava a si mesmo uma revista que tinha por objetivo derramar conhecimentos “úteis” sobre o povo.

O Panorama (1837-1844; 1852-1858; 1866-1868) foi a primeira revista importante em Portugal, tendo atingido uma tiragem de cinco mil exemplares, feito notável para a época. Foi também a primeira revista portuguesa generalista a recorrer, abundantemente, à gravura de madeira.

A mais importante, em circulação e longevidade, depois de *O Panorama*, foi o *Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado* (1857-1868), que sustentou, inclusivamente, uma escola de gravura.

A primeira das revistas portuguesas a apresentar-se publicamente como aquilo que era, uma revista, foi a *Revista Literária: Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens, Ciências e*

Belas-Artes, lançada em 1838. Portanto, se o termo já se tinha inculcado no léxico da época, é porque já se tinha assimilado, em Portugal, à semelhança de outros países, que as *revistas*, enquanto publicações tipificadas, se diferenciavam dos *jornais*. Ao tempo, aliás, os jornais mais impactantes eram já diários, o que facultava essa distinção.

É, igualmente, notório que muitas revistas se reivindicavam como sendo “populares”. À época, essa qualificação conotar-se-ia com a ideia de uma publicação destinada à educação “popular”, vendida a um preço “popular”.

Os dados disponíveis demonstram, ainda, que a maioria das revistas ilustradas enciclopédicas portuguesas foi editada em Lisboa. Os preços variavam entre 20 e 60 réis, com exceção da revista *Museu Pitoresco*, que, devido à sua impressão luxuosa, custava 320 réis, e de *O Recreio*, que custava 160 réis por número de 32 páginas (o número habitual de páginas das revistas ilustradas enciclopédicas era de 8 ou 16). As revistas *Recreio Popular* e *O Jardim Literário*, pelo contrário, custavam somente 10 réis. Um diário custava, em 1847, mais ou menos a meio do século, 40 réis por número avulso³. Portanto, as revistas custavam mais ou menos o mesmo que um diário.

Tendo os dados expostos na referida tabela em consideração, intui-se que os preços dependeriam de fatores como o número de páginas, a sua dimensão, e o tipo e número de gravuras inseridas, mas, aparentemente, não dependiam do lugar de edição, já que revistas editadas no Porto e em Lisboa tiveram preços similares. O *Museu Pitoresco* tinha dimensões superiores a todas as outras revistas semelhantes, pelo que custava mais caro (o elevado preço também se justifica pela sua impressão primorosa e luxuosa e pelo papel que usava); já *O Recreio Popular* custava apenas 10 réis porque as suas dimensões eram inferiores às das restantes revistas e o seu número de páginas não ultrapassava as oito. Curiosamente, o preço, aparentemente, não terá prejudicado nem beneficiado a longevidade das revistas, com exceção do *Museu Pitoresco*, claramente direcionado para uma elite que podia pagar o preço pedido. Entre as revistas com preços equivalentes, algumas duraram vários anos, enquanto outras foram menos longevas. Mas revistas como o *Jardim Literário* poderão ter devido a sua longevidade também ao fator preço.

É difícil, por outra parte, apurar uma tendência explícita para a dimensão das páginas das revistas. No entanto, excluindo o caso particular do *Museu Pitoresco* e, ainda, o caso menos significativo da *Ilustração Popular*, a partir do miolo do século as dimensões das páginas indicam uma certa estabilização entre 500 e 700 cm². A dimensão da página seria, aliás, um elemento distintivo das revistas no seio da imprensa (as páginas dos diários tornaram-se cada vez maiores, com a introdução progressiva do formato *broadsheet*, ou *standard*, com cerca de 30x55 cm, e do grande formato, superior).

3 Preço de *A Revolução de Setembro*, principal diário português à época, em 1847.

A informação visual era ofertada por meio de litografias ou gravuras, mas, a partir de 1840, a gravura torna-se quase omnipresente, já que, embora propiciasse impressões de menor qualidade, era de mais rápida execução, era, também, mais barata e facilitava a impressão em conjunto com o texto escrito (a ponto de, em certas publicações, as litografias serem oferecidas como encartes de compra opcional). Na última década do século XIX, seria a fotografia a substituir a gravura, graças à evolução das técnicas tipográficas, nomeadamente da *fotografia tramada*, também conhecida por *meia-tinta* (*halftone*).

A opção pela gravura de madeira na maioria das revistas ilustradas foi uma decisão consciente dos responsáveis editoriais, acompanhada pelo entusiasmo autodidata de vários artistas plásticos, que se apressaram a cultivar a arte da xilogravura. Esta arte, ademais, poder-lhes-ia garantir algum rendimento, mercê da sua colaboração com a imprensa. Autor anónimo, num artigo publicado no número 154 da revista *O Panorama*, escrevia o seguinte, a propósito dessa opção:

A arte de gravar em madeira (...) multiplicou as cópias e as vulgarizou, barateando o preço das estampas (...). A gravura de madeira (...) [deu] origem à (...) arte de transmitir fácil e comodamente (...) todos os conhecimentos humanos. As gravuras em madeira, a que chamaremos *em relevo*, têm a grande vantagem de poderem entrar no prelo conjuntamente com os tipos móveis, ou caracteres fundidos de impressão, ficando colocadas as estampas naquelas partes das páginas onde convém para ilustrar o texto, saindo com este da mesma tirada. (...) Saem primorosas estampas das gravuras em metal. Mas por que preço ficariam os jornais populares se não fosse a gravura em madeira? Além de que esta tem alcançado (...) perfeição relativa, e para não citarmos exemplos de países estranhos (...), falaremos deste nosso jornal. Por suas páginas são disseminadas estampas portuguesas, obtidas de gravuras de madeira (...), obras (...) desempenhadas por pessoas que (...) cultivam as belas-artes, não por profissão, mas por gosto (...). A estampa que precede este artigo é (...) feita pelo Sr. Coelho (...). Os nomes dos senhores Bordalo, Coelho e Fonseca as anunciam, e *O Panorama* é a história dos progressos destes senhores na arte de gravar em madeira, arte que ninguém lhes ensinou. A inspeção das estampas inglesas e francesas, o amor por este género de estudo, a curiosidade, encaminharam as suas tentativas. (...) Cumpre notar que estes senhores são empregados em repartições do estado, onde consomem a maior parte do tempo (...). Todavia, o Sr. Bordalo Pinheiro desenha com tal perfeição e elegância que tem merecido os aplausos dos entendedores. Pelo que respeita à gravura, para aprontar uma chapa acabada (...), é necessário, além de muita habilidade, muita paciência, pelo minucioso e delicado deste género de trabalho e pelo tempo que absorve. (*O Panorama*, n.º 154, 1840, pp. 113-114).

É de notar (cf. quadro 1) que o tipo de reprodução iconográfica adotado não parece ter tido reflexos relevantes no preço das revistas, mas há, para este dado, uma explicação: as revistas ilustradas com litografias publicavam, habitualmente, menos estampas do que as revistas ilustradas com gravuras. Assim, o custo de produção ficava equiparado e, por consequência,

também o preço de venda.

A incorporação de imagens na parafernália informativa das revistas enciclopédicas aplanou o caminho para a utilização de dispositivos visuais para informar sobre os acontecimentos da atualidade.

A primeira explosão de revistas em Portugal deveu-se a um segmento específico de publicações impressas de informação geral — as revistas ilustradas enciclopédicas (Sousa, 2017). Houve um momento determinado da história em que se encontraram reunidas no país as condições que permitiram o desenvolvimento dessas revistas em Portugal — o triunfo liberal na guerra civil de 1832-1834.

Efetivamente, foi após 1834 que surgiram em Portugal, cadenciadamente, uma grande quantidade de revistas ilustradas de cariz enciclopédico. Esse cariz é-lhes dado o tipo de discurso e o temário que exibem. Aqui são apresentadas título a título⁴. Esse fenómeno perdurou até ao final do século XIX.

Quase todas essas revistas aproveitaram as tecnologias xilográficas e litográficas — e, mais tarde, a fotografação/fototipia — para juntarem iconografia aos textos verbais, oferecendo, massivamente, aos leitores, mensagens scriptovisuais de mais fácil aquisição cognitiva. Correspondiam, simultaneamente, aos ideais de ilustração que provinham do Iluminismo; ao racionalismo posto em prática pelo enciclopedismo; e aos ideais liberais.

Os liberais viam, verdadeiramente, como necessidade pública, a educação e cultivo dos cidadãos. Por princípio, para os liberais só cidadãos cultos e educados, além de financeiramente independentes, poderiam envolver-se, informadamente, e com independência, nas discussões públicas da política e da governação e nos mecanismos de decisão política, nomeadamente pelo voto. Para os liberais, a discussão política seria necessária para se atingir a razão pública, princípio norteador do bom governo, o que pressupunha a publicitação dos atos políticos e dos debates parlamentares (longe do ocultismo negocial que rege hoje em dia a vida nos parlamentos, a coberto dos trabalhos em comissões). Se a imprensa política, hegemónica até ao surgimento do *Diário de Notícias*, no final de 1864, cumpria a função sociopolítica de expansão do parlamento e de formação de correntes de opinião, a imprensa cultural, nomeadamente a imprensa enciclopédica, obedecia ao desiderato liberal de cultivo dos cidadãos.

A elaboração de uma cronologia das revistas enciclopédicas oitocentistas que se mantiveram no mercado pelo menos alguns meses, tempo suficiente para serem notadas, surpreende pelo número de publicações recenseadas.

O Recreio, com publicação iniciada a 1 de janeiro de 1835, foi a primeira revista ilustrada

⁴ Excluem-se revistas que não foi possível consultar, dado o estado de deterioração em que se encontram, revistas não ilustradas, revistas especializadas especificamente devotadas a determinadas áreas, como as belas-artes ou o teatro, e revistas de curta longevidade, de que saíram, somente, um ou poucos números.

enciclopédica portuguesa. Durou até dezembro de 1842. Foi produzida para ser colecionada e encadernada em volumes anuais, aos quais era apenso um índice geral. Apresentava-se num formato de 15 x 22 cm e era paginada a duas colunas. Mensal, cada número tinha, normalmente, 32 páginas. A assinatura anual custava 1440 réis e o número avulso 160 réis (encarrecido pela estampa litográfica).



O Recreio apostou em am-
curiosamente, em francês, língua
para o público-alvo. Com bastante
para o público-alvo. Com bastante
Capa do primeiro número
de *O Recreio*.

Fonte: reprodução do original.

nos conteúdos do periódico.

No primeiro número, o leitor da época encontrou uma miscelânea de assuntos, como sejam: a história de Portugal; minibiografias de personagens do tempo da Revolução Francesa; notícia sobre a criação de uma biblioteca pública por filantropos de Erfurt; anedotas; descrição de San Marino; descrição, sob o ponto de vista geográfico, “dos diferentes pontos de vista em que se pode considerar o globo terrestre”; processo e execução de Louvel, em Paris, em 1820; inventores de “todos os géneros de gravura”; calendário francês republicano; princípios de economia política; melhorias na tipografia; anedotas em francês; moda; impedimentos ao casamento; médicos turcos; origem das touradas em Espanha; livros de pau; poema chinês; literatura mexicana; imitação da prata; massa para tornar a madeira incombustível; processo usado na Alemanha para dar à madeira autóctone a cor do mogno; meio de destruir o gorgulho; meio para restaurar o branco em pinturas; lavagem da roupa com auxílio de batatas; árvores capazes de captar a humidade da atmosfera; catálogo de livros franceses; e a letra e música (pauta) de uma marcha nacional francesa (em francês).



Figura 4
Capa do primeiro número da *Biblioteca Familiar e Recreativa*.
Fonte: reprodução do original.

A Biblioteca em P

a revista ilustrada enciclopédica a ser pu-
do preço elevado (80 réis), pois durou de

1835 a 1846, em duas séries ininterruptas, começando a segunda série em 1842⁵. Inicialmente teve periodicidade quinzenal, mas passou a semanal, o que dá provas da boa receptividade pública à publicação. Teve, além disso, dois formatos. Nos dois primeiros anos, apresentou-se com dimensões de cerca de 9,5 x 14,4 cm, o que corresponde a uma área de 137 cm², e tinha 32 páginas, paginadas a duas colunas; depois, apareceu com 16 páginas, mas com dimensões de aproximadamente 18,5 x 25,5cm (correspondente a uma superfície de cerca de 472 cm²), igualmente paginadas a duas colunas.

O título da publicação encerrava uma promessa do enciclopedismo: expor, ordenadamente, assuntos variados, como numa biblioteca. Mais precisamente, como numa “biblioteca familiar”, o que aponta para a publicação de uma diversidade de conteúdos capazes de corresponder aos interesses de todos os membros de uma família⁶. Efetivamente, os conteúdos da *Biblioteca* espalhavam-se por uma enorme variedade de temas e géneros, como história, geografia e etnografia, técnica e tecnologia, ideias e moral, curiosidades, anedotas, provérbios, charadas e passatempos e literatura, incluindo poesia. Mas também queria afirmar-se por convidar a uma leitura amena: era uma *biblioteca recreativa*.

A revista seria, igualmente, conforme o título, “oferecida à mocidade portuguesa”. Trata-se de uma indicação sobre o público-alvo, os jovens leitores; mas a dedicatória também evoca o posicionamento ideológico das revistas enciclopédicas ilustradas, feitas para instruir, complementando a escolaridade.

O *Jornal Enciclopédico*, conforme o seu título indica, inscreve-se, também, na lista dos periódicos enciclopédicos e, apesar de se apresentar como “jornal”, possui características de revista. Encartava litografias, pelo que pode considerar-se uma revista ilustrada. Mensal, surgiu em novembro de 1836 e durou somente até fevereiro de 1837. O número avulso vendia-se por vinte réis e apresentava-se com 24 páginas (sem contar com as litografias encartadas), cada uma com uma dimensão de cerca de 15 x 23,1 cm (correspondente a uma superfície de cerca de 346 cm²). Invariavelmente, instruir e entreter eram as suas finalidades. Mostrou, ainda, como outras publicações semelhantes, um enorme interesse pela economia do país, sendo frequentes as matérias destinadas à introdução de melhorias na atividade agropecuária.

Numa lista cronológica, *O Museu* foi a primeira revista a surgir após o *Jornal Enciclopédico*. A ambição era notória: oferecer nada menos do que “um museu” ao leitor. Ilustrada,

5 Era comum proceder-se à interrupção de uma série, para fidelizar novos colecionadores, que poderiam começar a colecionar uma revista a partir do início da nova série.

6 *O Recreio* também se reivindicava, em subtítulo, como um periódico para as famílias.



Figura 5
Capa do primeiro número
do *Jornal Encyclopédico*.
Fonte: reprodução do original.

inseriu, nas suas páginas, xilografias toscas, provavelmente decalcadas de publicações estrangeiras. Durou entre 1836 e 1838, mas a sua periodicidade foi irregular. Apresentava-se paginada a duas colunas e as páginas tinham sensivelmente 18,9 x 25,1 cm, correspondente a uma superfície de cerca de 474 cm². Os conteúdos não se afastavam daqueles que eram comuns nas revistas enciclopédicas: artigos e outras peças sobre um sem número de assuntos, no caso frequentemente traduzidos de publicações estrangeiras, com o intuito duplo de ilustrar e entreter.

O projeto editorial da revista semanal *O Arquivo Popular: Semanário Pintoresco* já é mais sólido do que os anteriores, razão pela qual a publicação durou de 1837 a 1844. Foi,



Figura 6
 Capa do primeiro número
 de *O Museu*.
 Fonte: reprodução do original.

inclusivamente, a primeira publicação portuguesa estável a optar pela inserção regular de xilografuras (*O Panorama* só nasceu no mês seguinte), em detrimento das litografias. Mas, como outras publicações portuguesas do mesmo cariz, apresentava uma forte debilidade: vivia, em grande medida, de traduções de textos publicados em revistas congéneres estrangeiras, já que nunca se preocupou em recrutar um corpo sólido e estável de colaboradores. As suas páginas mediam cerca de 19,5 cm por 26,2 cm e cada número continha, normalmente, oito páginas, paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 960 réis, a semestral custava 500 réis e avulso cada número ficava por 20 réis. A tipologia das peças que inseria não se afastava da linha seguida pela imprensa ilustrada generalista da época, misturando curiosidades, amenidades e conteúdos destinados à promoção geral de um conhecimento enciclopédico.

Cronologicamente, a revista mensal (posteriormente, quinzenal) *O Passatempo: Jornal*



Figura 7
 Capa do primeiro número
 do *Arquivo Popular*.
 Fonte: reprodução do original.

d'Instrução e Recreio para Ambos os Sexos foi a seguinte a apresentar-se ao mercado. Editada, como a maioria, em Lisboa, durou entre 1 de maio de 1837 e 30 de novembro de 1838. Cada número de doze páginas, com 14,5x20,5 cm de dimensão (correspondente a uma superfície de cerca de 297 cm²), custava 60 réis. O seu título condensa toda a filosofia editorial dessas revistas: instruir recreativamente. Tem, no entanto, a curiosidade de enfatizar que se tratava de uma revista para ambos os sexos, ou seja, de uma revista familiar, que poderia, e deveria, ser lida por homens e mulheres. A educação das mulheres e o seu acesso ao conhecimento também fazia, aparentemente, parte dos propósitos de alguns liberais.

A revista não inseriu um texto de apresentação ao leitor. Mas no número 12 do 2.^o volume, em que a revista passa a quinzenal, um aviso permite concluir que procurava ser uma revista ilustrada cultural eclética, como outras: “*O Passatempo* conterà alternadamente: novelas, contos, historietas, literatura, biografias, ciências, artes, história, factos singulares, moralidades, origem de inventos, usos e costumes de povos, anedotas, poesia, charadas, etc.

Sairá nos dias 15 e último de todos os meses.”

No primeiro número, datado de 1 de maio de 1837, *O Passatempo* inseriu o primeiro capítulo de um folhetim medievalista (bem ao gosto do Romântico), intitulado “Os escravos de Zamoski”; uma crónica evocando uma amada conquistada durante o cerco do Porto, na guerra civil; um artigo sobre a origem e decadência da antiga Roma; anedotas; poemas; e um texto sobre a inquisição. No último número, a revista publicou uma crónica intitulada “O rapto na assembleia”, acompanhada de litografia; a continuação de um romance-folhetim intitulado “Pasqueta”; poesias; anedotas; e uma secção de variedades.

Caso se tivesse optado por uma ordenação das revistas enciclopédicas oitocentistas portuguesas em função da sua importância, *O Panorama*, a revista que, cronologicamente, se segue à *Passatempo*, disputaria, com a *Arquivo Pitoresco*, a honra de abrir a lista. Provavelmente, seria a escolhida, dado o seu pioneirismo.

O Panorama surgiu em Lisboa, a 6 de maio de 1837. Semanal, cada edição da revista *O Panorama* tinha oito páginas (ocasionalmente, foram publicados números com quatro páginas), com cerca de 18,5 x 27 cm de dimensão (correspondente a uma superfície de cerca de 500 cm²), paginadas a duas colunas. O número avulso custava 30 réis, mas a assinatura anual ficava somente por 1200 réis e a semestral por 640 réis.



Figura 8
Capa do primeiro número de *O Panorama*.
Fonte: reprodução do original.

Revista de

imento e ao cultivo cultural, *O Panorama*,

que Tengarrinha (2013, p. 558) classificou como a “primeira revista romântica portuguesa”, durou até dezembro de 1868, ao longo de cinco séries, tendo tido uma importância e um reconhecimento ímpares entre os seus coevos:

1ª série: durou entre 1837 e 1841. Nesta fase, a revista *O Panorama* foi publicada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, uma empresa filantrópica, e teve por redator principal Alexandre Herculano, até 13 de julho de 1839. Possivelmente, terá tido uma direção colegial, embora, em 1841, o artigo de abertura seja assinado pelo jurista e escritor António Feliciano de Castilho. A tiragem atingiu cinco mil exemplares. A revista era subscrita pela Família Real e por inúmeros notáveis da época.

2ª série: durou entre 1842 e 1844. É de assinalar que não houve qualquer interrupção da publicação entre a primeira e a segunda série. A revista continuou, também, a ser editada pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. A mudança de série correspondeu a um relançamento cosmético da revista, com o objetivo de suscitar a adesão de novos subscritores que pudessem começar a colecionar *O Panorama* a partir de uma nova série.

Esta segunda série terá tido, também ela, uma coordenação redatorial colegial até 1843. Neste ano, Alexandre Herculano retomou as funções de redator principal da publicação, que manteria até 1844, apesar de ter sido o economista António de Oliveira Marreca a assinar o artigo de abertura de 1843.

3ª série: durou entre 1846 e 1858. Neste período, a revista foi editada pelo tipógrafo-editor e livreiro António José Fernandes Lopes.

Entre 1846 e 1852, *O Panorama* atravessou um período de forte instabilidade, coincidindo com a instabilidade política e militar que o país atravessou até à Regeneração e que passou pela guerra civil da Patuleia, entre 1846 e 1847. Assim, entre 1846 e 1852 foram publicados somente 52 números da revista. A partir de 1853, até 1858, a publicação retomou a sua periodicidade normal, possivelmente sob a coordenação editorial do professor e literato Luís Augusto Ribeiro da Silva.

4ª série: durou entre 1857 e 1858. É a continuação da terceira série, não se registando alterações significativas. Apenas a abertura do volume e o índice do XIV volume, de 1857, indicam que se trata de uma quarta série. O número final de 1856 apenas assinala o fim do XIII volume, o quinto da 3.ª série de *O Panorama*, indicando que, no ano seguinte (1857, portanto), seria publicado o sexto volume. Desconhece-se por que razão o editor, que se manteve, decidiu alterar a série, mas poderá tratar-se, tal como ocorreu na transição da primeira para a segunda série, de uma alteração cosmética para o relançamento da revista. No número final de 1858, com apenas 4 páginas, datado de 25 de dezembro, o editor instou os assinantes em falta a liquidarem o valor das assinaturas e inseriu o seguinte aviso: “Tendo de fazer consideráveis melhoramentos n’*O Panorama*, o editor vê-se na

necessidade de suspender, temporariamente, a publicação do (...) semanário”.

5ª série: durou de 1866 a 1868. O relançamento do periódico terá resultado de uma parceria entre a empresa *Panorama*, ainda propriedade de António José Fernandes Lopes, e a Tipografia Franco-Portuguesa, onde era impresso. O último número de 1868 só teve quatro páginas e indicava, na última página, que a empresa do *Panorama*, “desejando melhorar o semanário”, tinha resolvido suspender temporariamente a publicação. O aviso era assinado por Miguel Soares Monteiro. Curiosamente, *O Panorama* findou a sua vida ao mesmo tempo que o *Arquivo Pitoresco* via, igualmente, o seu fim.

A revista tinha correspondentes em todo o território nacional e ainda em Londres, em Paris e em várias cidades brasileiras, o que terá contribuído, certamente, para o seu sucesso editorial. Além disso, enquanto foi propriedade da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, *O Panorama* era distribuído, gratuitamente, por várias escolas de diferentes graus de ensino⁷ e por outras instituições, facto que ajuda a compreender o número de exemplares a que ascendeu a tiragem.

Os conteúdos da revista *O Panorama* eram multifacetados, correspondendo à vocação enciclopédica deste segmento da imprensa. João Lourival Silva (2014, pp. 396-398), que estudou as duas primeiras séries de *O Panorama*, demonstrou que cerca de metade dos conteúdos textuais da revista se podem classificar em duas áreas temáticas: a história, em primeiro lugar; e a geografia e a etnografia antropológica, em segundo lugar, além da literatura, incluindo vários contos históricos da autoria de Alexandre Herculano, publicados como folhetins. O maior destaque foi, portanto, dado à história nacional e universal, mas a revista também se ocupou de geografia, etnografia, ciências, tecnologia, agricultura, economia, economia doméstica, saúde, literatura (incluindo poesia e vários contos, publicados em capítulos, como folhetins), património e outros assuntos (Silva, 2014). No primeiro número, datado de 6 de maio de 1837, além da “Introdução”, texto no qual se apresentava a linha editorial do periódico, o leitor poderia ler um texto sobre arquitetura gótica, ilustrado, a meio, com uma gravura das ruínas da igreja do Carmo, em Lisboa; um texto sobre educação física, tomando, no entanto, o conceito uma dimensão holística, já que nele tanto se fala da educação física propriamente dita, como da nutrição e da qualidade dos edifícios; uma matéria sobre o povo russo; um texto em defesa da importância da história natural e do seu ensino; uma descrição do posto de almirante; e um apontamento sobre o emprego de bicloreto de cálcio para tirar

7 O artigo 51º dos estatutos da Sociedade assim o previa: “A direção fará distribuir gratuitamente pela Casa Pia, Casa dos Expostos, asilos de primeira infância, aulas de instrução primária e, em geral, por todos os estabelecimentos pios, alguns exemplares de cada número, que facilitem aos alunos a leitura desta publicação”. Alguns anos mais tarde, a revista *Arquivo Pitoresco*, por dádiva da Sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, seguiu idêntica política.

nódoas e branquear papel. O último número, atípico, com apenas quatro páginas, datado de dezembro de 1868 (provavelmente, terá saído no dia 26), incluía uma peça crítica e moral sobre o fracasso das previsões sobre o fim do mundo em 1865, vertidas num livro saído em 1855, ilustrada com gravura do autor da obra, o reverendo Cumming (única imagem publicada nesse número); uma matéria intitulada “Lendas do Cristianismo”, sobre a conversão dos irlandeses ao Cristianismo por São Patrício, assinado por Pinheiro Chagas; a continuação de um romance folhetim intitulado “Mártir de Amor”; e uma peça sobre os escritos de Santa Teresa de Jesus. Finalizava o último número com o aviso acerca da suspensão da publicação.

A exemplo de outras publicações contemporâneas, *O Panorama* pretendia ser apertidário e mesmo apolítico, de acordo com os estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que o editava, mas, conforme provou João Lourival Silva (2014), a publicação tinha intervenção política independente, exercida em nome da nação, defendendo causas que, facilmente, poderiam ser aceites pela generalidade dos leitores, como a proteção do património monumental histórico português contra a fúria destruidora de que, em nome do progresso, era vítima.

A revista *O Panorama* teve por objetivo dirigir-se, transversalmente, a toda a sociedade portuguesa, embora, na prática, este desiderato fosse impossível de cumprir, dados os índices de analfabetismo e o débil poder de compra da generalidade da população. Assim o afirmava Alexandre Herculano, no primeiro número:

Neste estado (...) da ilustração e do progresso, o que mais importa é o (...) introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução, porque este é o espírito do nosso tempo, e porque esta tendência é generosa e útil. Mas como se dilataria a instrução, como se faria descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social, se houvéssemos de empregar nisto essa multidão de escritos (...), esses inumeráveis livros (...) acumulados em bibliotecas (...)? Fora baldada empresa (...). Além disso, o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas têm de repouso para dar à cultura do espírito, e nenhum ânimo, por certo, seria assaz curioso de instrução para gastar esses curtos momentos em folhear centenaes de volumes e embrenhar-se em meditações profundas (...). Que é (...) necessário fazer para que seja satisfeita a necessidade de generalizar a instrução (...)? A solução deste problema encontra-se (...) (n)os jornais de instrução popular. (Alexandre Herculano, Introdução, *O Panorama*, n.º 1, 1837, p. 1)

Ao nascer, *O Panorama* encontrou um modelo na sua congénere britânica *Penny Magazine*:

Quando este jornal começou a aparecer, nada mais era, quanto à forma, do que uma imitação do *Penny Magazine*, do qual também o são todos os jornais populares publicados na Europa (*O Panorama*, n.º 36, 1838, p. 1)

No entanto, esse modelo teve de ser reequacionado, em 1837. Alexandre Herculano assim o revelou:

(...) com o tempo nos temos convencido de que as circunstâncias relativas dos dois países, Portugal e Inglaterra, sendo diversíssimas, deviam influir diversamente no modo de tratar a literatura popular das duas nações. Em Inglaterra, como em França, o ler é uma necessidade intelectual; em Portugal, um prazer, ou antes, um desfazio. (...) Em Inglaterra, um jornal que contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e lêem-no; em Portugal, louvam-no, mas poucos o leem. Entre nós, é preciso que o agradável conduza (...). É preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonda. (...) Sem nos enganarmos com o aumento da extração do *Panorama*, (...) julgámos dever alterar o sistema (...) na redação e disposição do jornal, porque sendo nosso objeto instruir, deleitando no maior grau possível, isto melhor se poderia alcançar seguindo em parte um novo trilho. (...) *O Panorama* conterà doravante duas partes (...). A primeira destinada aos artigos mais extensos, e relativos (...) a todos os (...) objetos graves e importantes; a segunda conterà artigos breves e variados, e de menos monta. (Alexandre Herculano, Aos assinantes, n.º 36, 1838, p. 1)

Enquanto *O Panorama* foi propriedade da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, os investimentos na revista foram vultuosos. A publicação tinha mesmo uma tipografia própria, equipada com uma prensa hidráulica, melhoramento significativo para a época, conforme revela o relatório da direção da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, de 30 de junho de 1839⁸:

Temos também (...) neste ramo outro importante melhoramento: falamos da prensa hidráulica (...). Brevemente esta máquina estará montada, e então conseguiremos dar às obras dos autores que assim o desejarem a nitidez que aformoseiam as melhores impressões estrangeiras.

No seu estudo sobre *O Panorama*, João Lourival Silva (2014) chama a atenção para o

8 Alfredo da Cunha (1914, p. 93) recorda que em Portugal foi a empresa d'*O Panorama* a revolucionar a tipografia: “Fazia-se um uso quase exclusivo do velho prelo de madeira, dava-se a tinta com as antigas balas, a impressão era toda feita a braços, os jornais tinham uma tiragem propriamente para a família, cada exemplar servia a numerosos leitores, se os artigos excitavam interesse. Foi a imprensa de *O Panorama*, que nesta época (1837) começou a publicar-se, a que introduziu em Lisboa o uso dos rolos.”

importante contributo que esta revista deu à modernização do jornalismo português, já que ajudou a transformar a paisagem jornalística lusitana, onde, até então, imperava a imprensa política, que privilegiava o artigo e a notícia interpretada, sempre sob a forma de texto verbal. A influência transformadora de *O Panorama* fez-se sentir, segundo João Lourival Silva (2014), em seis níveis.

1. Organizacionalmente, *O Panorama* foi a primeira publicação periódica portuguesa a ter por trás uma estrutura verdadeiramente empresarial. Contrastava, por isso, com a precariedade e com o carácter artesanal ou quase artesanal da restante imprensa portuguesa, particularmente da imprensa política. Mesmo esta só então transitava do modelo do jornal de um homem só para o jornal partidário, que já implicava várias pessoas na sua elaboração e uma organização mais complexa do que a da primitiva imprensa política artesanal. Apesar de ser uma empresa filantrópica, a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis dotou o periódico de uma infraestrutura sólida, pouco comum em Portugal, que revelou o apurado sentido empresarial dos seus promotores.

2. Frutos da iniciativa privada e do empreendedorismo, *O Panorama* e outras publicações da mesma índole que se lhe seguiram tiveram, também, um papel económico e social. Por exemplo, *O Panorama* contratou ou acolheu como redatores pessoas importantes das letras e da cultura. O primeiro redator de *O Panorama* foi Alexandre Herculano, talvez o principal intelectual oitocentista português. Contratou, também, designers, muitos deles recrutados entre os melhores artistas visuais, e gravadores. Deu, igualmente, um impulso relevante às indústrias da xilogravura e da tipografia. A inovadora tipografia a vapor de *O Panorama* foi, por exemplo, um caso de sucesso.

3. *O Panorama*, ao dar atenção a uma enorme multiplicidade de assuntos, em peças de estilo diferenciado, fomentou a ampliação do leque dos temas noticiáveis e dos géneros jornalísticos na imprensa portuguesa. *O Panorama* promoveu, por exemplo, a introdução no jornalismo nacional dos folhetins e dos futuros géneros jornalísticos da crónica e da reportagem. *O Panorama*, aliás, não oferecia apenas textos de “conhecimentos úteis”. A revista acolheu a literatura — sob a forma de prosa e de poesia. Alexandre Herculano, por exemplo, publicou na revista vários dos seus contos: *A Abóbada*, *O Cronista*, *Arras por Foro de Espanha*, *O Bobo*, *A Dama do Pé-de-Cabra*, *A Pedra de Arzila*, *O Monge de Cister* e outros.

4. Se não a primeira, *O Panorama* foi uma das primeiras publicações portuguesas a exercer uma ação política não em nome de um indivíduo isolado que publicava um periódico nem mesmo em nome de um partido, mas sim em nome do bem-comum e do interesse geral da nação. Marcada pelo pensamento de Herculano, a revista defendeu, por exemplo, a preservação dos monumentos

nacionais⁹ e o alargamento da instrução pública¹⁰. Condenou, finalmente, os excessos dos liberais, triunfadores da guerra civil, sobre as ordens religiosas¹¹.

5. *O Panorama* foi a primeira publicação portuguesa a favorecer, massivamente, a introdução do jornalismo ilustrado no país, antecipando o fotojornalismo. As revistas ilustradas enciclopédicas portuguesas, das quais *O Panorama* constituiu o mais importante exemplo, foram, efetivamente, importantes para suscitar o interesse pela informação visual.

6. Finalmente, *O Panorama* terá tido, igualmente, um papel educativo entre a elite portuguesa, acompanhando, de resto, o crescimento comedido do ensino primário e liceal em Portugal.

Depois de *O Panorama*, continuaram a surgir em Portugal, em catadupa, variadas revistas de vocação enciclopédica, alinhadas pelo mesmo diapasão, mas a maioria delas pouco mais ofereceu do que as suas antecessoras e nem sequer era mais sofisticada, com a justa exceção do *Arquivo Pitoresco*.

O Ramallete foi lançado a 23 de novembro de 1837 e durou até 13 de junho de 1844. Apresentava-se num formato de 18,5 por 25,5 centímetros e, cada número, contava, habitualmente, com 16 páginas, paginadas a duas colunas. Terá sido seu redator Francisco Xavier Pereira da Silva. Podia assinar-se por 2080 réis por ano, custo que aumentava para 3120 réis caso o assinante pretendesse que as litografias encartadas na publicação lhe chegassem em papel velino (as gravuras eram uma preciosidade), custando o número avulso 50 réis. Igual a inúmeras publicações da mesma época, também *O Ramallete* foi um produto desenvolvido editorialmente para ser colecionado e encadernado em volumes anuais.

Tal como a restante imprensa ilustrada enciclopédica, *O Ramallete* combinava conteúdos literários e enciclopédicos, convidando uma leitura amena. Saía às quintas-feiras, o mesmo dia da semana a que continuam a sair muitas revistas.

Da série caleidoscópica de revistas enciclopédicas, a revista semanal *O Recreativo* foi aquela que se seguiu. Subintitulada *Jornal Semanário*, apareceu, em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1838, tendo-se publicado até 28 de dezembro deste mesmo ano. Custava 20 réis por exemplar, ficando a assinatura anual por 960 réis (durou, no entanto, menos de um ano). Cada número tinha 8 páginas, com dimensões de 18,5 x 25,5 cm, paginadas, conforme era habitual à época, a duas colunas.

9 Alexandre Herculano, A arquitetura gótica, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 1, p. 2; Alexandre Herculano, Os monumentos, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 69, pp. 266-268, n.º 70, pp. 275-277.

10 Alexandre Herculano, Da educação e instrução das classes laboriosas, *O Panorama*, 1838, vol. II, n.º 75, p. 316; Alexandre Herculano, A educação e o estado, *O Panorama*, 1839, vol. III, n.º 96, p. 67.

11 Alexandre Herculano, O Minho romântico, *O Panorama*, 1837, vol. I, n.º 27, p. 212.



Figura 9
Capa do primeiro número
de *O Ramallete*.
Fonte: reprodução do original.



Figura 10
Capa do primeiro número
de *O Recreativo*.
Fonte: reprodução do original.

Dirigido por Francisco Duarte de Almeida Araújo, *O Recreativo*, no texto de apresentação, prometia ser útil, propagando conhecimentos de ciências, artes e história; entreter os leitores, por meio de anedotas e curiosidades; e ainda moralizar. Honestamente, o editor assinalava que não hesitaria em coligir conteúdos de terceiros, opção comum à época, ainda que nem sempre assumida.

Talvez se julgue desnecessário o aparecimento deste jornal, quando tantos outros génios ilustrados promovem os conhecimentos científicos por toda a sociedade; contudo dirigidos pelo mesmo sentimento da utilidade geral, e de promover o amor da leitura, e da instrução, nos propomos a esta empresa, por outra vereda, mas que seja também interessante, e proveitosa às pessoas de ambos os sexos (...), servindo-lhe de estímulo a própria curiosidade. Este é unicamente o nosso interesse. Se os nossos trabalhos não corresponderem a tão saudáveis, e patrióticos fins, esperamos, em atenção a estes bons desejos, obter dos nossos leitores indulgentes (...) benigna desculpa.

É, pois, o nosso objetivo tratar historicamente, e em geral das *Ciências e Artes*, de maneira tal, que

desafie, e disponha o desejo do leitor para se instruir gostosamente. Para este fim, não escrupulizamos de nos aproveitar dos factos da sabedoria alheia (...) que acharmos nos escritos dos mais acreditados autores.

Terão também lugar neste jornal todos os factos mais singulares da história portuguesa, que possam por seu heroísmo e outras circunstâncias influir para excitar e desenvolver o amor da Pátria, esse sentimento generoso (...) que parece querer extinguir-se entre nós.

O artigo “Variedades” conterà sempre anedotas e factos cuja leitura, recreando, promova (...) a moral (...). (*O Recreativo*, n.º 1, 1838, p. 1)

O programa editorial de *O Recreativo* alinhava-se, pois, com as revistas suas concorrentes, sendo curioso observar que nem esse facto dissuadiu os seus promotores de lançarem um novo produto editorial no mercado. Basta passar os olhos pelo primeiro número da revista para se notar a coincidência entre os conteúdos de *O Recreativo* e os conteúdos das restantes revistas no mercado. Esse número continha as seguintes matérias: um texto de problematização do objeto da história; uma descrição do convento de Mafra, com gravura; e vários textos sobre curiosidades da história: o rei D. João que deu conta que um réu estava a ser julgado por um juiz depravado; a história de um médico que foi pedir emprego ao secretário de Estado; e uma partida do rei Frederico II, da Prússia, que se virou contra o soberano.

No texto introdutório à revista *O Recreativo*, o editor também traçou uma linha orientadora, simples, para a inclusão de conteúdos iconográficos, mais uma vez seguindo a prática habitual nesse tempo: “Cada número deste jornal conterà um desenho de algum edifício, ou facto histórico nacional. Além destes algumas vezes que incluirá também a estampa de diferentes animais, e aves, segundo as circunstâncias permitirem”.

À revista *Recreativo* seguiu-se, cronologicamente, a *Revista Literária*, subintitulada *Periódico de Literatura, Filosofia, Viagens Ciências e Belas-Artes*. Teve a particularidade de ser editada no Porto, que, gradualmente, ia, por força da industrialização e do comércio, ascendendo, inequivocamente, ao estatuto de segunda mais importante cidade do reino. Surgiu a 15 de julho de 1838 e terminou em data incerta de 1844. Com oito páginas por número, com dimensões 12,8 x 20 cm, parcamente ilustrada, paginada a uma coluna, foi, entre as publicações enciclopédicas ilustradas portuguesas, não apenas a primeira a autodenominar-se revista, mas também a primeira a editar-se no Porto. Inicialmente quinzenal, passou a mensal em 1839. Teve por diretor Agostinho Albano da Silveira Pinheiro e por redatores D. Francisco de São Luís, Inácio Morais Sarmiento, José Pereira Reis e J. J. Pereira Caldas, entre outros.

Figura 11
Capa do primeiro número
da *Revista Literária*.
Fonte: reprodução do original.



Os conteúdos da *Revista Literária* não destoavam do resto da imprensa ilustrada enciclopédica: literatura, história, monumentos, personalidades, economia política, geografia e etnografia constituíam os focos mais relevantes da publicação. Podiam ler-se na revista, por exemplo, críticas literárias (como “O Camões do Sr. Garrett”), um “Curso de História Moderna” em vários capítulos, um relato de uma viagem de um liberal português exilado durante o miguelismo (“A Estrada do Simplon”), uma peça sobre economia (“Alfândegas”), uma matéria sobre “Jogos e Espetáculos Públicos” do antigo Portugal, notícias científicas, poesia, prosa... No entanto, a revista, afirmando a sua conexão com o Porto, inseriu várias peças relativas a assuntos e personalidades da cidade.

Da lista de revistas ilustradas enciclopédicas editadas no Porto faz também parte *O Museu Portuense*. Semanal, com 16 páginas paginadas a duas colunas, surgiu a 1 de agosto de 1838, por iniciativa da Tipografia Comercial Portuense, que já tinha uma prensa a vapor. O último número data de 15 de janeiro de 1839 — a publicação durou um semestre, sinal de que não se impôs no mercado, tal como sucedeu com várias revistas congéneres. O preço de um exemplar da revista *Museu Portuense* avulso atingia 60 réis, custando a assinatura semestral

600 réis. Cada uma das dezasseis páginas de cada número apresentava uma dimensão de 18,3 x 28 cm. O design assentava numa paginação a duas colunas, o padrão à época. No logótipo, uma prensa irradiava luz, metáfora óbvia do poder da imprensa na difusão do conhecimento. Apresentou-se ao público da seguinte forma:

Depois de várias contrariedades (...) apresentamos aos nossos assinantes, o 1º número do *Museu Portuense*.

A intenção literária da publicação deste periódico é a divulgação daqueles conhecimentos úteis que, admitindo serem tratados sem a especialidade de princípios científicos, estão ao alcance de todas as inteligências. O público para quem é destinado é que somente pode decidir se neste sentido fere o alvo a que se dirige; e como os redatores não têm caprichos literários a sustentar, eles declaram que muito agradecerão toda e qualquer sugestão tendente ao melhoramento da redação, ou qualquer artigo comunicado que diga respeito aos fins propostos na publicação do jornal; e tanto mais solicitam eles esta coadjuvação quanto conhecem bem a dificuldade de tentar escrever, tanto para as classes que apenas contam os rudimentos da instrução primária, como para aquelas em que, se não faltam estes, faltam, contudo, aquelas generalidades, sem o conhecimento das quais o homem mais sábio em uma ou outra ciência quase se pode chamar ignorante.

É claro que um tal periódico exige avultadas despesas e não pode subsistir sem uma extensa circulação; mas debaixo do ponto de vista pecuniário não se deve considerar esta publicação como uma especulação de mero interesse. Os lucros, se os houver, reverterão em benefício do mesmo público, porque serão recolhidos por uma empresa que, instituída debaixo das intenções patrióticas de concorrer para o progresso da civilização nacional, ainda não afrouxou os seus esforços, apesar de (...) não ter recebido até hoje senão prejuízos. E, contudo, o impulso que a SOCIEDADE DA TIPOGRAFIA COMERCIAL PORTUENSE tem dado ao aperfeiçoamento entre nós da parte tipográfica, e a facilidade que seus prelos têm oferecido à divulgação das luzes por meio da imprensa, não admitem contestação.

Como os mais acreditados jornais de instrução popular que entre nós circulam, seremos obrigados, mau grado nosso, a recorrer principalmente ao estrangeiro para os tipos sólidos de metal fundido donde se tiram as impressões das estampas que ornem nossas páginas; porque infelizmente a arte de gravar em madeira é muito pouco cultivada entre nós, e o processo de passar debuxos em madeira a tipos de metal* é, na prática, totalmente ignorada. Mas tendo-nos entendido com dois artistas desta cidade para nos aproveitarmos de seus trabalhos, cedo procuraremos apresentar amostras de execução nacional. (...).

* A pouca dureza da madeira, que se gasta com repetidas impressões, exige este processo em publicações de extensa circulação. Teremos ocasião de falar da estereotipia. (*O Museu Portuense*, n.º 1, 1838, p. 1)

O texto acima inserido dá algumas pistas preciosas sobre a ideologia, propósitos e modo de funcionamento do *Museu Portuense* e, decerto, de outras publicações semelhantes da mesma época:

1. Raramente os projetos eram sólidos. O *Museu Portuense* até procurou tornar-se um projeto editorial consistente e viável (assim o prova, nomeadamente, a rede de correspondentes e vendedores que montou, inserida no final do primeiro número), mas sucumbiu passado um semestre, devido às “avultadas despesas” que obrigavam a revista, para subsistir, a ter “uma extensa circulação”, coisa que nunca terá logrado obter.
2. Uma ideologia progressista e empreendedora presidia à intenção da publicação do novo periódico: era feito para instruir todos os que tivessem frequentado, pelo menos, a escola primária, pois a linguagem a empregar, segundo a promessa e compromisso estabelecido livremente perante o leitor (*contrato de leitura*), estaria ao alcance de “todas as inteligências”.
3. A ideologia dos editores também tinha uma veia filantrópica e patriótica.
4. O periódico precisava que o público lhe fornecesse conteúdos: “como os redatores não têm caprichos literários a sustentar, eles declaram que muito agradecerão toda e qualquer sugestão tendente ao melhoramento da redação, ou qualquer artigo comunicado que diga respeito aos fins propostos na publicação do jornal”. Nesta passagem, há, também, um leve tom de crítica às publicações em que os envolvidos procurariam sustentar as suas ambições literárias.
5. O processo editorial obrigava a recorrer ao estrangeiro, quer por causa da inexistência de gravadores qualificados em Portugal em número suficiente, quer porque as xilogravuras tinham de ser transcritas para metal para as estampas poderem ser impressas sem perda de qualidade num elevado número de cópias.
6. O periódico queria, todavia, apostar na produção própria de informação iconográfica sobre temas nacionais.



Figura 12
 Capa do primeiro número da revista
O Museu Portuense.
 Fonte: reprodução do original.

Uma explicitação sobre as condições de assinatura, inserida no final do primeiro número, congrega, também, vários dados sobre o periódico, inclusivamente sobre a rede de correspondentes e delegados, que se alargava a Galiza e a Inglaterra.

O *Museu Portuense* prometia cobrir, como outras publicações semelhantes, a história, as artes, as ciências industriais e a literatura, ou seja, constituir-se como um *museu* impresso, mas também ser um meio de entretenimento e de instrução, inclusivamente sobre questões práticas. Assim, nas páginas do primeiro número sucederam-se os seguintes conteúdos: apresentação de correspondência trocada entre a rainha D. Catarina e Damião de Góis; uma descrição do rio Tejo; o relato de um motim que houve no Porto, a 4 de maio de 1661; uma crónica sobre a vida em tranquilidade; um texto sobre o significado da expressão italiana “andare a ripaglia”, em conexão com a fundação da ordem dos Cartuxos; um artigo sobre tipografia a vapor, ilustrado; uma biografia do criador do Fundo dos Pobres; uma descrição de uma ave australiana, ilustrada; um texto sobre a origem do nome Figueiredo; uma descrição de um modo de escrever às escuras; uma crónica histórica sobre os reis visigodos que dominaram a Península Ibérica; uma crónica sobre os reis de Oviedo; uma receita para pratear o latão; um texto sobre a forma de conservar os ovos frescos; uma explicação sobre a forma de reconhecer cogumelos venenosos; uma recomendação aos fabricantes de velas de sebo sobre a forma de tornar a luz emitida mais clara; e uma apresentação do livro *Memórias do Buçaco*, de Adrião Pereira Forjaz de Sampaio.

A revista seguinte, numa sucessão cronológica, faz parte do imenso rol de publicações editadas em Lisboa. Intitulava-se *O Mosaico: Jornal de Instrução e Recreio*. Semanário, cada número tinha oito páginas, com a dimensão de 18,5x25cm. Surgiu nas bancas a 14 de janeiro de 1839, datando o último número de 1841¹². A numeração sequencial das páginas permite afirmar que, como outras revistas similares, se tratava de uma publicação feita para ser colecionada e encadernada anualmente (ou por volume). Indicava, junto ao título, que o lucro que a revista obtivesse seria aplicado a favor das Casas d’Asilo da Infância Desvalida, facto sublinhado, identicamente, no “Proémio”, no qual se apresenta a linha editorial do periódico. Custava, avulso, 40 réis, saindo a assinatura anual por 1920 réis, a semestral por 960 réis e a trimestral por 480 réis. Teve por editor Francisco Manuel Raposo de Almeida e por colaboradores, referidos no primeiro número, José da Silva Mendes Leal Júnior, Diogo Pires Monteiro Bandeiro, Paulo Midosi Júnior e Tomás Oom Júnior. Como outras revistas que recorriam à litografia, em detrimento da xilogravura, *O Mosaico* só se pode considerar uma revista ilustrada porque encartava litografias em cada número — e não porque as imagens fossem paginadas no seio da mancha gráfica.

12 A data é incerta, já que a datação dos números deixou de ser referida.

O MOSAICO.

JORNAL D'INSTRUÇÃO E RECREIO

CADA LETRO É APPLICADO A FAVOR

Das Casas d'Asylo da Infancia desvalida.

N.º 1.

Segunda feira, 11 de Janeiro.

1839.

PROEMIO.

NASCIDA, e fructa mais uma folha aponta no meio da que, tão bustas, encade a impulso litterario! — Se algum tufão, mais rijo, não enfiar a mão, que a brotou, alguns fructos certo apparecerão debaixo d'ella, mas que, talvez, rotacionão com o tempo (1). Santa, e útil é a intenção, mas que d'aparecer a planta, e curarimo d'ironia, porque a recorrencia, com que pagas osso desvelos, a votamos não ao cultivo de terras vergentes, que, por ventura, um dia allinda aos cimos sobre o terreno da Patria. Anhelando ver prosperar o instituto nobre, e lucravel em sua fim, resolvemos em nossa mente como lhe prestaríamos auxilio, — Uma idéa nosocorreu, e nascido desta idéa — MOSAICO — apparece agota.

Episódios, breves é, na verdade, a redacção de um jornal no século 19.º, quando a linguagem rica, — para dos nossos antepassados campêa apraxada com os ornatos, e elegancia de estilo todavia; quando o gosto, — simples, e desentorçado do fardo inutil de enfeidades mimosas, e nullidades, com que nos últimos seculi o gravaram, — se ergue no horizonte da litteratura nacional, como um arto de apparencia quando á testa de tantos jornameis, e alvossem interessantes, o Panorama — honra, e eneração votamos não ao genio superior, que reside á sua redacção — marcha carregado sui os metodos annuinos dos dotes, e afanicos a rapsódica lullaca, e variedade de suas obreiras. Mal do espaço contamos, e calculamos todas as difficuldades da nossa empresa, e riantamos em nós — em nós, jovens, sem nos, que apenas começa-

mos de trilhar a via — e com tudo, dotados de uma vontade enérgica, e forte, firmes em nosso proposito — nos avante, e nos lançamos a travessia do caminho, que esta vez tentamos. Nem apologetas, nem desculpas allegamos em nosso peol, antes, mais clara, e francamente confessamos que apenas somos entrados na carreira litteraria, que nosso pó inexperiente se encrua a custo em suas sendas trabalhosas.

Poesia e litteratura, (1) e tomamos compo-rião as paginas do nosso jornal, e buscamos por entre as variedades d'ella — MOSAICO — introduzir, quanto possível, a instrucção, e o deleite, a util, e o agradável. Produções originaes encruar, por vezes, mais odiosas, que não sempre, por difficilissima coisa seria, e muito superior a nossas forças. No ratiocinio, e ainda pouco arborado campo das litterarias raciones, deparamos não abundantes calheitos, que de tempo em tempo offerecemos aos nossos leitores; e em quanto o Sr. Castillo, com não de mente retoca os nossos vellos quadros de gloria, e lhes aviva — melhor diremos — abrihanta as obras, quasi apagadas, e decompostas pela mão dos tempos, recordaremos não de um sommo de auctores alguns dos extremos feitos dos nossos antigos pais. Mal bem conhecemos a distancia enorme, que nos separa do Sr. Castillo, porém, se nos não é licito alisar o vólo da agua, tentamos ao menos elevarmos quanto em nossa forças pudermos. Indulgencia rogamos não ao público illustrado, e ao seu assado, e imparcial juizo abastamos o nosso futuro, e a existencia de MOSAICO — Não deadecharemos uma critica salutar, e fundada, mas, se injustamente fomos arguidos de sobre as has-

(1) A applicação do termo (qualquer que seja) transmittido do novo jornal á vellos d'ironia, sempre apparece ao lado de um p'nterpretaçao.

(1) Este genero de litteratura, tem quanto mais tempo, não mostra ser desobtido, porque em sua forma litteraria, e p'nterpretaçao o litterario commuica, sobre bem applicado d'ella, de Tommaso Costantini seria postulado.

Figura 13

Capa do primeiro número da revista *O Mosaico*.

Fonte: reprodução do original.

uma biografia de António Pereira de Figueiredo, o padre português setecentista que traduziu a *Bíblia* da vulgata latina para português; o primeiro capítulo do romance-folhetim “Vannina d’Ornano”; um poema; e uma secção dedicada a citações.

No “proémio” ao primeiro número, escrevia-se que a revista era feita por “jovens sem nome” que apenas começavam “a trilhar a vida”, apesar de serem “dotados de uma vontade enérgica e forte”. Anunciava-se, no mesmo texto, que “poesia, literatura e romances” comporiam as suas páginas, embora o privilégio temático fosse para a história de Portugal, visando a revista “a instrução, o deleite, o útil, o agradável”. Prometia-se, ainda, incluir “produções originais”, mas “não sempre, pois difícilíssima coisa seria”. Esta referência é relevante: as revistas assumiam que nem todos os conteúdos publicados eram originais.

Interessantes são também as referências a Alexandre Herculano e a António Feliciano de Castilho no mesmo texto, como se os redatores d’*O Mosaico* implorassem a bênção desses intelectuais à nova publicação. Escrevia, pois, um redator de *O Mosaico* que ele e os seus companheiros não se queriam comparar a Herculano, “génio superior que preside à (...) redação” de *O Panorama*, revista que consideravam “um astro de esperança” entre as “nulidades” da imprensa, nem a António Feliciano de Castilho, da *Revista Universal Lisbonense*, de quem os separava “uma distância enorme”.

A revista enciclopédica ilustrada que se apresentou ao público depois de *O Mosaico* intitulava-se *Museu Pitoresco: Jornal d’Instrução e Recreio*. Mais uma vez, o título condensa toda a filosofia da linha editorial do segmento das revistas ilustradas enciclopédicas. Instruir, entendendo, como se o leitor visitasse um museu. Em boa verdade, os títulos das primeiras revistas ilustradas enciclopédicas eram algo repetitivos e monótonos, pouco devendo à imaginação e à criatividade.

Essa nova revista apresentou-se ao público, em maio de 1842, em grande formato: as suas dimensões eram de sensivelmente 28x39,5 cm. Cada número tinha oito páginas, paginadas a duas colunas, conforme era timbre na época, e custava 320 réis. Cada estampa, se adquirida separadamente, custava 140 réis. A coleção anual completa ficava por 4800 réis, estampas incluídas, 5400 no Brasil.

Justificava-se, assim, no primeiro número, datado de maio de 1842, o surgimento da nova revista:

Os conhecimentos nos elevam a certa superioridade. (...) A ignorância permanece sempre num estado de inação, ao passo que a ciência encontra mil meios de obrar com segurança (...). Se a difusão das luzes é tão profícua, e necessária à sociedade (...), por muitos que possam ser os meios de (...) espargir por todas as classes da sociedade estas mesmas luzes, eles nunca são de mais.

O Museu, prestando ouvidos à voz da verdadeira filantropia, (...) julga que a utilidade da sua missão (...) será devidamente apreciada (...).

Vencidas não pequenas dificuldades, ele [o *Museu*] aparece enfim (...). A direção, desvelada na parte instrutiva, que formará o objeto mais considerável (...), e não que respeitar aos assuntos variados de útil recreio, nutre a agradável persuasão que o seu jornal (...) merecerá (...) constante acolhimento (*Museu Pitoresco*, n.º 1, 1842, p. 1).

Escreve-se, por sua vez, na Introdução ao segundo e último volume, o seguinte:

Reconhecendo pois a nossa importante missão como escritores públicos, seguiremos constantes em nossos trabalhos a nossa verdadeira vocação, que consiste em desenvolver todos os recursos do génio e da investigação em proveito público.

Hoje encetámos o segundo volume do *Museu Pitoresco* que debaixo dos melhores auspícios se apresenta entre os contemporâneos. Podemos afiançar que o desvelado interesse que a direção já tem manifestado pelo melhoramento deste jornal, ainda mais se fará sentir nas futuras produções (...). Contudo, reconhecendo quanto poderá interessar ao público uma notícia enciclopédica de todos os conhecimentos úteis, nos daremos ao cargo (...) de oferecer na parte instrutiva maior desenvolvimento e mais sólido interesse (...). (*Museu Pitoresco*, vol. II, n.º 1, 1843, p. 1)

O texto introdutório do segundo volume do *Museu Pitoresco* mencionava, ainda, que as matérias de interesse para o periódico se agrupariam dentro das seguintes categorias: química orgânica, agricultura, economia rural e doméstica, veterinária, mecânica e artes, história de Portugal, e viagens, usos e costumes dos diversos povos. Afiançava, igualmente, o redator que seria publicada no *Museu Pitoresco* a obra do cardeal patriarca intitulada *Índice Cronológico das Navegações, Viagens, Descobrimientos, e Conquistas dos Portugueses nos Países Ultramarinos Desde o Princípio do Século XV*, apresentada como uma importante mais-valia para convencer o leitor potencial a comprar a publicação. O temário proposto para a publicação não se afastava, assim, do temário comum às revistas ilustradas enciclopédicas. O *Museu Pitoresco* seguiu, pois, o modelo pré-existente para a imprensa enciclopédica ilustrada. Adotou, também, a prática de algumas das revistas precedentes de oferecer autonomamente ao mercado as litografias que comentava e explicava (designava-se pitoresco por ser ilustrado, isto é, *pintoresco*), dando ao comprador a possibilidade de opção pela compra conjunta ou em separado do periódico e da estampa.



Figura 14
 Capa do primeiro número da revista *Museu Piteresco*.
 Fonte: reprodução do original.

Os textos de introdução aos dois volumes do *Museu Piteresco* documentam que a finalidade da nova publicação, aos olhos dos seus redatores, era clara. Como outras publicações do mesmo género, era seu intuito ideológico derramar conhecimentos gerais sobre a população portuguesa. Os promotores da publicação ver-se-iam a si mesmos, enquanto “escritores públicos”, certamente, como verdadeiros “educadores do povo”. O que os moveria, além do desejo de lucro, seria, muito possivelmente, o reconhecimento dos seus pares. No entanto, o ideário educativo transclassista da publicação não foi materializado. Nem podia. O analfabetismo imperava e, além disso, as pessoas contavam os tostões para poderem sobreviver. Comprar uma revista ilustrada — e cara — não estava ao alcance da esmagadora maioria da população.

No caleidoscópio de sucessivas revistas ilustradas enciclopédicas oitocentistas aparece, seguidamente, mais uma publicação do Porto — *O Instrutor Portuense: Periódico Mensal Contendo Diferentes Artigos de Educação, Literatura, Moral, História, Ciências e Artes*. Optava pelo encarte de litografias, que também podiam ser adquiridas autonomamente. Pode, assim, considerar-se uma revista ilustrada, ainda que a iconografia não se integrasse na mancha gráfica. O seu editor e diretor, José Fernandes Ribeiro, era, aliás, litógrafo, o que ajuda a

explicar a opção da revista. Por outro lado, é de assinalar que havia litógrafos suficientemente cultos para se abalançarem a editar uma revista enciclopédica ilustrada para a qual, certamente, também produziam textos, mesmo que maioritariamente não originais (copiados de revistas congéneres).

O título da nova revista revela não apenas a sua vontade, como as publicações congéneres, de instruir, mas também a sua vinculação ao Porto, então já a segunda mais importante cidade do país.

O *Instrutor Portuense* teve periodicidade mensal, datando o primeiro número de 1 de janeiro de 1844 e o último de abril de 1845. Tinha por dimensões, sensivelmente, 13 x 20 cm, correspondendo a uma superfície de página a cerca de 260 cm². Apresentava uma paginação clássica, a duas colunas.

No início do segundo ano de publicação, em janeiro de 1845 (n.º 13), o editor/diretor escrevia:

O bom acolhimento que, de algumas pessoas ilustradas, recebeu o *Instrutor Portuense* durante o primeiro ano da sua publicação me animou a continuar segundo, em que procurarei (...) não desmerecer (...). Penoso é o trabalho para de todo ele se incumbir uma só pessoa; porém (...) a aprovação, ainda que fosse de uma só pessoa de letras e ciências, não é (...) para menosprezar.

Escritos desta natureza não são raros no nosso país. São raros, sim, os seus leitores (...), mas (...) alguns conta este periódico, que, a par dos mais, aparece não para instruir do que é nosso, que com isso pouco nos adiantaria, mas para dar a conhecer o que possuem estranhos, o que os seus escritores publicaram, o que o seu saber produziu (...). (...) Falta-nos, em geral, o gosto que noutras nações têm pela literatura, É verdade que esse gosto se tem desenvolvido entre nós, desde que um maior número de periódicos literários tem saído à luz (...), isto é, desde 1835 (...).

Folheando mais de cem volumes impressos nestes últimos anos em quatro (...) línguas estrangeiras, procuro escrever para todas as classes e tornar o *Instrutor* semelhante a vasto campo diversamente cultivado, vertendo (...) educação (...) e (...) *literatura moral*, formando o coração e o espírito (...). (*O Instrutor Portuense*, n.º 13, janeiro de 1845, p. 1)

No texto encontram-se algumas ideias fortes do tipo de publicação de que o *Instrutor Portuense* é exemplo:

1. A identificação do público-alvo: pessoas ilustradas;
2. O carácter artesanal e pessoal do empreendimento;
3. A escassez de leitores e, portanto, de compradores;
4. A finalidade: verter educação e formar a moral;
5. O facto de se inserir num conjunto de revistas cuja origem remontava a 1835 (ano de lançamento d'*O Recreio*).

Interessantes, também, são as referências à forma de produção do periódico: o editor-redator lia periódicos similares de vários países estrangeiros e deles selecionava artigos para o *Instrutor*. Mas andava cansado, “de estudar (...) construir, (...) escrever, (...) corrigir, e (...) rever, emendar, e despender, e publicar” — as fases por que passava o processo produtivo destas publicações artesanais, algumas delas obras de indivíduos isolados (ao contrário, por exemplo, de *O Panorama*).

Os conteúdos que o *Instrutor* apresentava eram, pois, os expectáveis para uma publicação da sua natureza, que ia buscar as peças a revistas estrangeiras semelhantes.

O Jardim Literário: Semanário de Instrução e Recreio é a revista que se segue nesta lista. Foi publicada entre 1847 e 1854, mas as datas de saída do primeiro e do último número são desconhecidas. Promovida, editada e redigida pelo poeta, dramaturgo e romancista Francisco Gomes de Amorim (1827-1891), com a colaboração de literatos como Matias Pinheiro da Silveira Botelho e José Augusto da Silva, apresentava-se, como outras publicações similares, com oito páginas, cada uma com 15x21 cm de dimensão, diagramadas a duas colunas. O seu preço, porém, era mais baixo do que o habitual, o que ajuda a compreender a sua longevidade. Um número avulso custava somente 10 réis, ficando a assinatura anual por 520 réis e a semestral por 260 réis.



Figura 15
Capa do primeiro número da revista *Jardim Literário*.
Fonte: reprodução do original.

No primeiro número da revista, surge um texto dialógico intitulado “Ao público”. Dois promotores da revista conversam entre eles. Diz o primeiro:

— Cogitemos um divertimento em que possamos utilmente empregar as horas, com recreio próprio e utilidade alheias. (*Jardim Literário*, n.º 1, 1847, p. 1)

Eis, pois, os propósitos centrais da nova publicação. Entreter quem a promovia. E ser útil a quem a lia.

Como consegui-lo? No diálogo, fica bem claro que seria necessário obter a colaboração de outros literatos.

— (...) vós tendes amigos, conhecidos literatos, (...) sobre cujos ombros (...) têm pesado (...) famosos jornais científicos e recreativos: rogai-lhes o seu apoio. (...) Decerto eles nos coadjuvarão. Tais gé-nios não são mesquinhos. Desejarão ver estampados os frutos do seu (...) estudo e saber (...). Ainda existem muitos dos nossos clássicos desconhecidos às classes menos abastadas pelo excessivo preço das suas edições, e alguns pela sua raridade. Destes façamos excertos e com o que for (...) original daremos aos nossos assinantes um passatempo semanal de instrução e recreio. (*Jardim Literário*, n.º 1, 1847, p. 1)

O excerto de texto anterior documenta que as revistas ilustradas da primeira geração viviam bastante da colaboração voluntária do público. Alguns dos que liam essas revistas eram também seus colaboradores. Ou sejam, eram produtores-consumidores de informações, *prossumidores*, antes do termo ser inventado. Faziam-no, voluntariamente, em busca, possivelmente, de reconhecimento público do seu labor e saber.

O texto dialógico de apresentação ao público da revista *Jardim Literário* realça outro ponto: os promotores da nova publicação não ignoravam que o preço elevado da maioria das publicações congéneres era um obstáculo intransponível para muitas bolsas. Daí que, desde o início, tenham zelado pela manutenção de um preço acessível para o seu periódico.

Além da apresentação “Ao público”, o *Jardim Literário* incluía uma “Introdução” na qual, como num estatuto editorial, se revelavam as linhas de força da nova publicação, surgida por “amor da nossa pátria”: “Será (...) filosófico e moral e (...) instrutivo. O entrelace de algumas peças poéticas, anedotas, fábulas e historietas contribuirão (...) não só [para a] instrução, [mas também] (...) ao deleite”. Instruir, entreter, moralizar — eis pois a tríade de objetivos comuns ao enciclopedismo ilustrado oitocentista. Os conteúdos do primeiro número contribuem para mostrar como se concretizava a política editorial do periódico, exposta na “Introdução”. Além da apresentação “Ao público” e da “Introdução”, peças nas quais se traçaram os propósitos e a linha editorial da nova publicação, esse número continha, por ordem, os seguintes conteúdos: uma matéria sobre a conquista de Palmela aos mouros, por D. Afonso Henriques; o primeiro

capítulo de um romance-folhetim intitulado “A Cítara da Montanha”, uma descrição do Cabo Carvoeiro, com gravura; um conto cómico-moralista; uma anedota; um provérbio; poemas; uma nova anedota; e, por fim, um enigma pictórico, ou pintoresco, ou ainda pitoresco, um género muito cultivado na época e ao qual, como se disse, a apresentação “Ao público” fazia referência.

Surgida em data incerta de 1848, provavelmente em janeiro, e parcamente ilustrada, *A Época: Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes* foi mais uma das revistas ilustradas de cariz enciclopédico publicadas, em Portugal, na primeira metade de oitocentos e a que se segue nesta lista cronológica. O seu último final, igualmente não datado, será de dezembro de 1849. Com ela colaboraram, entre outros, João de Andrade Corvo e Luís Augusto Rebelo da Silva, seus editores prováveis, que subscrevem o texto de abertura.



Figura 16
 Capa do primeiro número
 da revista *A Época*.
 Fonte: reprodução do original.

Cada edição semanal d’*A Época* tinha 16 páginas de dimensão 21,5 x 28,9 cm (cerca de 621cm² de superfície), paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 2880 réis, ficando o número avulso por 70 réis, um valor bastante elevado que terá contribuído para o insucesso da revista. A assinatura semestral custava, exatamente, metade da anual (1440 réis) e a trimestral, também possível, ficava por 720 réis.

O título, de algum modo, circunscrevia o público-alvo: a revista destinava-se aos cavaleiros empreendedores e inovadores, amantes do progresso, que se queriam ilustrar e que tanto se interessavam pelos negócios e pela política, como pela ciência, pela literatura e pelas artes. Daí que *A Época* ostentasse o subtítulo “*Jornal de Indústria, Ciências, Literatura e Belas-Artes*” e solicitasse o “auxílio das pessoas instruídas e dos amigos do progresso”.

No número um, João de Andrade Corvo e Luís Augusto Rebelo da Silva escreviam, sem novidade, que a nova revista alimentava o “desejo” de ser útil ao país, desenvolvendo a “instrução pública” e contribuindo para o “progressivo aperfeiçoamento das classes laboriosas” (embora, na verdade, se dirigisse às elites do país). Mas estavam bem conscientes das dificuldades que se alinhavam no futuro e da enorme dependência que os periódicos tinham do seu público-alvo:

De todos os lados se estão levantando, e vão-se robustecendo pela ação benéfica das simpatias públicas, ou morrendo à míngua desta salutar influência, muitos periódicos, todos de certeza filhos do gosto das boas-lettras, do ardor filantrópico e da viva admiração pelas artes e ciências proveitosas ao bem das sociedades. (*A Época*, n.º 1, 1848, p. 1)

Ecoava ainda do texto de abertura, simplesmente intitulado “Introdução”, a fé na prosperidade, nutrida pela técnica e pela ciência: “O futuro, hoje, apresenta-se confuso (...), mas uma bússola lhe marca o rumo (...), a ciência e o trabalho e as máquinas (...).” Ideologicamente, *A Época* proclamava-se liberal, apregoando “os princípios da liberdade do comércio, da liberdade da [propriedade da] terra, da [liberdade de] associação (...)”.

Interessantemente, os editores referiram-se nesse mesmo texto às dificuldades de publicação de um periódico especializado, devido, entre outras razões, à inexistência de especialistas em número suficiente no Portugal coevo:

A imensidade das ciências morais, das ciências físicas e das suas aplicações industriais dificulta muito hoje a redação de um periódico que se não encerre nos limites, ainda assim muito largos, de uma especialidade só: esta delimitação é mesmo, além de variável, em extremo útil, porque só ela consente que cada matéria seja tratada com o desenvolvimento de que carece. Mas entre nós (...) um periódico dessa natureza seria impossível. São pouquíssimos os homens especiais (...). (*A Época*, n.º 1, 1848, p. 1)

Tal como se propuseram outros periódicos da mesma índole, também *A Época* pretendia aliar o útil ao agradável e, por isso, os editores prometiam juntar “o processo agrícola” à “poesia amena”; a “severidade da história” à “facilidade do romance”; e “a descrição enfadonha de um novo invento” à “crítica agradável de um novo livro”, apresentando cada número da revista duas partes, “uma puramente científica e industrial, a outra (...) literária”.

Enfatizavam, igualmente, a importância da adição de imagens à palavra escrita: “ornaremos as nossas páginas com modelos de máquinas, e com cópias de estátuas ou quadros célebres”.

No primeiro número, o leitor poderia ler, além da costumeira “Introdução”, onde se fixava a linha editorial da revista, um texto defendendo o ensino agrícola; um texto defendendo a educação pública; um texto, com gravura, sobre a invenção de uma nova máquina hidráulica; e ainda, na secção de Literatura e Belas-Artes, uma matéria ilustrada sobre uma gravura encontrada num túmulo romano; um conto moralista, designado “romance histórico”, intitulado “Como Velho Não Cansa”; poesia; e, na “Crónica da Semana”, notícias de Portugal e do estrangeiro, incluindo uma revisão da legislação que tinha sido publicada no diário oficial e uma crónica parlamentar. Depois do “Expediente”, com informações sobre o preço das assinaturas e lugares de venda (exclusivamente em Lisboa), o periódico ainda incluiu uma notícia de última hora, em duas linhas, sobre a aprovação, pelas Cortes, de legislação que isentaria de porte de correio os periódicos culturais, então intitulado “literários”, por oposição aos periódicos “políticos”, que dominavam, à época, a paisagem da imprensa.

Naquele que, provavelmente, é o último número da revista, o n.º 39, datado de 1849 (tomo 2), os conteúdos eram similares: uma anedota russa; provérbios; rimas; um texto intitulado “Carta sobre a situação da Ilha dos Amores” em *Os Lusíadas*, escrito por José Gomes Monteiro; notícia da abertura dos cursos públicos do Grémio Literário, por Silva Túlio; a transcrição da primeira lição de um curso sobre máquinas a vapor, lecionado por José Maria da Ponte Horta, no Grémio Literário; um artigo sobre uma experiência que provou a viabilidade dos cabos submarinos; uma crónica sobre a importância da chuva e as preces do povo, assinado pelo barão de Alfenim; notícias comerciais diversas (cotação dos fundos públicos; movimento dos cereais; câmbios; fundos em Londres; preços de compra e venda de metais); finalmente, um aviso aos assinantes de fora de Lisboa, que, aparentemente, indicava que os editores da revista manteriam a sua edição: “Participa-se a todos os Srs. Assinantes das províncias, que os Agentes a quem se devem dirigir, e entregar qualquer quantia pertencente ao jornal, são os seguintes: [segue-se lista]”.

A *Revista Popular: Semanário de Ciência e Indústria*, publicação que, cronologicamente, se sucede à revista *Época*, foi uma das primeiras publicações enciclopédicas ilustradas portuguesas a denominar-se, com propriedade, “revista”, designação que se pode aplicar aos periódicos generalistas não diários que possuem uma configuração de “magazine”, palavra que evoca a ideia de armazém (do francês *magasin*), um lugar onde se pode encontrar um pouco de tudo. Em tese, mesmo quando se denominavam jornais, as publicações ilustradas de cariz enciclopédico e cultural que animaram o século XIX foram, efetivamente, *revistas*.

Semanal, fundada por Francisco Pereira de Almeida e pelo gravador José Maria Baptista Coelho, a *Revista Popular* surgiu a nas bancas a 4 de março de 1848. Foi seu redator principal, até 1852, Joaquim Henrique Fradesso da Silveira, e foi seu diretor artístico, a partir de 1850, Francisco Augusto Nogueira da Silva. Em 1853, Sebastião José Ribeiro de Sá assumiu a

propriedade da revista, que duraria somente mais dois anos, até 1855. Nessa altura já o projeto seria insustentável, pois se a revista manteve 16 páginas até 9 de julho de 1853, depois desta data surgia com oito, seis ou mesmo quatro páginas. A referência à data de publicação também desapareceu da revista depois desse momento, facto que poderá indiciar o abandono da periodicidade regular. No número de 9 de julho desse ano escrevia-se, como “Advertência”, por ocasião da mudança da propriedade:

Convencidos de que a continuação da *Revista Popular*, com um plano de redação cuidadosamente seguido, poderia prestar algum serviço ao nosso país, mormente às classes que mais carecem de leitura útil e agradável, não duvidamos do encargo de fazer estável e duradoura esta publicação. Contamos (...) com o continuado favor dos antigos assinantes deste semanário e com os que de novo se queiram inscrever como tais para auxiliarem a realização de um pensamento que tem por base única a instrução popular. (*Revista Popular*, 9 de julho de 1853, p. 1)

Paginada a duas colunas, com dimensões de cerca de 18,5 por 25,5 cm, a *Revista Popular* não se afastou, nos conteúdos publicados, das suas congéneres da mesma época, misturando matérias de cultura geral com literatura, curiosidades, anedotas e outras amenidades. A assinatura anual custava 960 réis e a semestral ficava por 480 réis. Avulso, cada número custava 20 réis.



Figura 17
 Capa do primeiro número da *Revista Popular*.
 Fonte: reprodução do original.

O plano de intenções da *Revista Popular*, incluído no primeiro número na “Introdução”, poderia, portanto, ser subscrito por qualquer revista similar da mesma época, embora enfatize o carácter popular da publicação, materializado, por exemplo, no preço baixo (20 réis):

Proporcionar às classes menos abastadas, que são as mais numerosas da sociedade, por preço a que todos chegam, um honesto receio, e um meio de ilustração variada e agradável, é o fim a que se propõe a *Revista Popular*, que hoje se estreia nesta tão santa missão, como é a que o jornalismo em toda a parte desempenha com mais ou menos proficiência.

E não é novo isto em Portugal; bem presente estão a todos os eminentes serviços que a ilustração do nosso país fez o primeiro e o melhor dos novos jornais populares, o *Panorama*; e também o acolhimento que ele recebeu em todo o reino provou exuberantemente quanto convinha continuar largamente naquele sistema de publicação, que já agora está provado ser o que mais se conforma com os hábitos, com a nossa índole e com nosso atual estado da nossa civilização.

A *Revista Popular* não tem, nem pode ter, as pretensões do *Panorama* — é mais modesta: mas há de trabalhar por ser mais útil ainda, se é possível, e mais acessível a todas as inteligências. E porque não nos acusem de calarmos o nosso pensamento, seja-nos permitido a expor resumidamente o plano que tencionamos seguir e que depois de pensada reflexão adotámos.

Portugal quase que vive só das gloriosas recordações do seu brilhante passado, que o presente, esse, têm-no dissecado e esterilizado as nossas desastrosas dissensões civis. A história nacional, pois, os seus factos mais memoráveis, ocuparão o primeiro e distinto lugar nas nossas colunas.

Os monumentos e edifícios que dentro e fora do reino existem, mais notáveis pelo seu interesse histórico, pelo mérito da sua arquitetura ou, finalmente, pela útil aplicação que se lhe houver dado, serão descritos, acompanhada a descrição da respectiva estampa.

Dos varões que pelos seus conhecimentos ou pelas suas virtudes bem mereceram da sociedade, faremos na *Revista* honrada memória, e será este um poderoso estímulo e um bom exemplo proposto à nossa esperançosa mocidade (...).

O romance é, por assim dizer, uma necessidade em todas as publicações literário-periódicas. À inserção, pois, de bons romances em que a moral será sempre guardada e venerada consagraremos, proporcionalmente, a maior parte da *Revista Popular*. O buril virá ajudar a concepção do escritor, ilustrando-o com a competente gravura, quando se entender mais conveniente. É uma novidade que não pode deixar de agradar.

Seguir-se-ão poesias escolhidas (...).

Na parte literária vária, resumir-nos-emos ao mais útil, deixando aos jornais especiais o que é só próprio do seu instituto. Nos conhecimentos úteis, limitar-nos-emos a apontar as invenções e processos recentes de mais reconhecida utilidade geral.

Finalmente, rematarão cada número do jornal uma charada e um enigma pitoresco, coisas hoje muito gostadas pela máxima parte dos leitores (...).

Resta referir que se não hão de poupar diligências para que a linguagem corra sempre limpa e igual.

A redação previne que os artigos com que hajam de honrá-la serão recebidos com gratidão e publicados quando se conformem com o espírito do jornal.

As gravuras deste e dos seguintes números são executadas por um nosso bem conhecido artista. O primor com que estão acabadas não desmerece o crédito que ele logra no conceito de todas as pessoas entendidas. (*Revista Popular*, n.º 1, 4 de março de 1848, p. 1)

Do texto introdutório ao então novo projeto editorial da *Revista Popular* podem extrair-se as seguintes ideias-chave:

1. Escrever matérias de promoção da cultura geral para a população portuguesa em geral, necessária e ávida da instrução que os periódicos enciclopédicos lhe poderiam dar, era considerado jornalismo e, neste enquadramento, uma “missão” jornalística:
2. O *Panorama* era a referência para a nova revista, que, no entanto, não se lhe poderia equiparar em dimensão e meios.
3. A *Revista Popular* tinha por público-alvo as “classes menos abastadas” (presumivelmente, os operários, caixeiros e funcionários alfabetizados) e daí o seu preço módico.
4. A revista assegurava que, vivendo-se tempos agitados¹⁴, trabalharia para unir os portugueses, recordando-lhes, nas suas páginas, feitos “memoráveis” da história de Portugal.
5. Além da história de Portugal, teriam lugar cativo na revista a literatura e matérias sobre monumentos, além de passatempos.
6. Colaborava com a revista um “artista” de reconhecido mérito — provavelmente o cofundador José Maria Baptista Coelho, gravador.
7. A revista — conforme era comum na época — estava aberta a colaborações espontâneas.

A revista seguinte, numa ordenação cronológica, intitulou-se *O Recreio Popular: Semanário Noticioso e Instrutivo*. O título circunscrevia o objetivo da revista — recrear e instruir — mas com uma *nuance*, já que a revista também se propunha: noticiar. No entanto, se por notícia se entender um relato sobre uma novidade singular, pode dizer-se que *O Recreio Popular* não teve grande ambição noticiosa, no sentido de se ter devotado aos assuntos da atualidade,

14 Guerras civis entre 1832 e 1834 e entre 1846 e 1847; Revolução de Setembro, em 1836; revoltas e golpes diversos...

apesar das matérias soltas que foi publicando sobre singularidades coevas interessantes ou mesmo engraçadas. A revista *O Recreio Popular* foi, predominantemente, uma revista enciclopédica, cultural e literária (incluía um folhetim), ilustrada, como outras do mesmo segmento. O título indicava, igualmente, a periodicidade da publicação: semanal.



Figura 18
 Capa do primeiro número da revista *O Recreio Popular*.
 Fonte: reprodução do original.

A revista *O Recreio Popular* teve por editor e redator o dramaturgo e literato Pedro Carlos de Alcântara Chaves. Durou de 14 de junho de 1855 a 10 de abril de 1856. Foi editada em Lisboa e cada número tinha oito páginas, paginadas a duas colunas. As suas dimensões eram reduzidas quando comparadas com as dimensões de outras publicações do mesmo segmento: cerca de 14 x 21 cm. Embora não tenha durado sequer um ano, a assinatura anual de 52 números ficava por 500 réis e a semestral por 250 réis, mas apenas para os assinantes de Lisboa. Para os assinantes da “província” (ou seja, todo o país fora da capital), a assinatura semestral ascendia a 380 réis. Avulso, cada número custava 10 réis.

O redator e editor da revista, no texto programático de apresentação inserido no primeiro número, enfatizou, principalmente, o carácter popular da publicação, que viria a constituir um dos traços dominante da sua identidade. No entanto, esse posicionamento mercadológico não constituía novidade. A revista propunha-se, efetivamente, “propagar a instrução entre as classes menos favorecidas pela fortuna”, objetivo em tudo semelhante ao da generalidade das publicações congéneres.

No primeiro artigo de um jornal redigido por alguns (...) alunos da Universidade de Coimbra dizia o Sr. A. Forjaz, fazendo sentir a necessidade da instrução popular: “Hoje o homem não pode seguir os cursos públicos, aquele que se vê forçado a votar toda a existência às fadigas corporais, o humilde artífice, o laborioso operário, também querem saber. E a razão, a experiência, o estado social, a natureza das instituições e dos governos e as urgentes necessidades gerais da esfera política justificam este desejo. Mais ainda, ordenam imperiosamente que se satisfaça.”

Nascido do reconhecimento deste dever, filho da ideia generosa de propagar a instrução entre as classes menos favorecidas pela fortuna, o *Recreio Popular* vê hoje a luz pública.

Não faremos lisonjeiras promessas. Restritos à missão de jornal literário, havemos de procurar satisfazer quanto couber em nossas forças a tarefa de que nos encarregámos.

Nestas palavras, que devem ser tomadas como o nosso programa, mostramos o desejo de ser julgados pelo que fizemos e não pelo que prometemos. Intendemos sempre que vale mais avaliar um drama pela representação do que pelas enormes letras de um cartaz.

Para a colaboração do *Recreio Popular*, de que o título indica os deveres que tem a cumprir, esperamos o valioso auxílio de todos aqueles que entendem que a ciência não deve ser património de meia-dúzia de homens e que Deus, concedendo o descobrimento das leis da natureza, físicas, morais e sociais, foi para que elas revertessem a favor da humanidade.

As colunas deste jornal estão abertas para todos. Será sempre para nós um prazer quando virmos reunidos os trabalhos do literato e do operário. Um cuja inteligência foi cultivada por estudos superiores, outro que à força de energia e vontade, à custa de horas roubadas ao repouso de um trabalho fatigante, conseguiu reproduzir pela imprensa os pensamentos que se lhe formarem na mente, as sensações que lhe fizeram pulsar o coração.

Ao encarregarmo-nos da direção do *Recreio Popular*, sabíamos perfeitamente quanto inglória e espinhosa era a tarefa de que nos incumbíamos, mas fortaleceram-nos o ânimo as seguintes palavras do Sr. Lopes de Mendonça, referindo-se àqueles que supõem que o primeiro culto da nossa época é o culto das ideias: “Tudo nasce daí, tudo daí depende. As revoluções são ideias armadas; as reformas ideias que se constituem; as transformações políticas, ideias que sucedem a outras ideias. A fatalidade onipotente do desenvolvimento intelectual é o que explica os fenómenos do mundo moral. Quem, por algum modo, se liga a esse movimento, pode descer ao sepulcro com a consciência de que cumpriu uma parte da sua missão sobre a terra.”

Se o *Recreio Popular* prestar algum serviço a esse culto grandioso de que hoje nos constituímos sacerdotes, será a mais nobre recompensa dos nossos esforços. (*O Recreio Popular*, n.º 1, 14 de junho de 1855, p. 1)

À semelhança de outras publicações, também o *Recreio Popular* se propunha receber (gratuitamente, claro) textos de pessoas que quisessem colaborar com a publicação. Mas, fazendo justiça ao seu estatuto editorial, matriz da sua identidade, alargava essa colaboração do literato ao operário. De qualquer modo, é visível que as publicações desse tempo viviam da cópia de conteúdos, de conteúdos da autoria do próprio editor e das colaborações espontâneas que o público lhe quisesse prestar.

No primeiro número, o leitor encontraria um conto intitulado “O reinado de Satanás ou os ricos e os pobres”, assinado por Benjamim Gastineau; o relato de um suicídio de um sapatteiro lisboeta, da autoria de J. T. de Mendonça e Costa; um episódio histórico da defesa de um moinho por um soldado, contra forças superiores; uma peça sobre episódios demonstrativos do bom-humor do papa Pio V; poesia; pensamentos soltos extraídos do jornal *O Nacional*; notícias diversas: um suicídio, as joias que uma dama levou a um baile (transcrita de *O Nacional*), o lucro da Exposição Universal de Paris, a descoberta de um lago de enxofre nos Estados Unidos, o relatório oficial das consequências dos tremores de terra, um operário que apostou a orelha ao jogo (transcrita de *O Comércio*); e, finalmente, o expediente, com informações sobre as assinaturas.

Os conteúdos do último número, datado de 10 de abril de 1856, não se afastam do padrão dos conteúdos do primeiro número. Uma matéria sobre a igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém; uma peça (continuada de um número anterior) sobre a história da tipografia; a continuação do conto “O reinado de Satanás ou os ricos e os pobres”, que já vinha do primeiro número; uma crónica sobre a morte de uma mariposa, incapaz de sobreviver ao frio europeu; poesia; e notícias e crónicas diversas: sobre uma peça de Almeida Garrett no teatro de D. Maria II; sobre a meteorologia; sobre o passeio público e sobre o lançamento de um livro de versos. Curiosamente, uma pequena notícia prometia que a revista continuaria a ser publicada: “Recebemos um curioso artigo sobre as bibliotecas públicas da Europa, traduzido pelo Sr. A.T.P., o qual será publicado em um dos números próximos”.

Publicada em Lisboa, aos sábados, entre 26 de setembro de 1857 e 10 de agosto de 1861, a revista *Arquivo Familiar: Semanário Pitoresco*, de periodicidade semanal, é a que se sucede na lista cronológica do segmento das revistas ilustradas enciclopédicas. Apresentava-se ao público em números de 8 páginas, numeradas em sequência, para encadernação futura, com cerca de 18x28,4 cm de dimensão (correspondente a uma superfície de cerca de 511 cm²), paginadas a duas colunas. Cada número avulso custava 20 réis e a assinatura anual 1260 réis, preços habituais para a época. Pretendia ser uma sucessora do *Arquivo Popular*, que tinha circulado entre 1837 e 1844. Assim era revelado no Expediente do primeiro número, num texto

que reforçava o valor que os editores da revista votavam ao periodismo cultural e científico, o qual, na sua ótica, teria sido crucial para o desenvolvimento de Portugal, suprimindo, mesmo, o atraso crónico do país no campo da escolarização:

A experiência dos povos mais adiantados (...) tem demonstrado que não há mais eficaz meio de difundir proficuamente os conhecimentos úteis e o gosto da boa e sólida leitura do que o jornalismo. Portugal mesmo é uma prova irrefutável desta verdade. É certo que a instrução pública não está ainda tão desenvolvida no nosso país como seria desejável, nem o desejo de aprender suficientemente radicado no espírito público, mas é incontestável, igualmente, que o nosso adiantamento moral e a cultura intelectual do nosso povo é imensamente superior ao que era antes de firmadas as atuais instituições políticas e do jornalismo que é sua natural consequência.

Entre os periódicos que prestaram (...) mais relevantes serviços cabe um honroso lugar ao *Arquivo Popular*, que apesar da concorrência de outros bons jornais literários (...) foi sempre bem acolhido (...), porventura devido à boa escolha e variedade dos seus artigos e à modicidade do seu preço (...). Animados pela aceitação que o *Arquivo Popular* mereceu (...), vamos encetar uma publicação que não aspira a mais do que a continuar as tradições (...) inauguradas por aquele semanário (...). (*Arquivo Familiar*, n.º 1, 26 de setembro de 1857, p. 1)

No texto de apresentação, de autor anónimo, intitulado “Introdução” e publicado no primeiro número (26 de setembro de 1857), a revista *Arquivo Familiar* prometia não destoar do diapasão estabelecido para os periódicos similares: “criar uma feitura amena, e ao mesmo tempo proveitosa, para os menos favorecidos da fortuna”. Pretendia, idealmente, ser “pequena enciclopédia, para o uso principalmente dos operários e dos pobres”, “penetrar no seio das famílias”, e, efetivamente, o seu preço era um pouco mais baixo do que outros periódicos ilustrados da mesma época (o *Arquivo Pitoresco*, por exemplo, custava 50 réis). Mas, na verdade, embora os operários já tivessem um rendimento estável e alguns deles fossem alfabetizados, possivelmente a compra de periódicos enciclopédicos não estaria nas suas prioridades.

Tematicamente, a nova revista anunciava que privilegiaria a publicação, nas suas páginas, de matérias sobre “história, (...) viagens, (...) romance, (...) poesia, (...) ciências naturais”, não se afastando, também neste particular, da tradição do periodismo enciclopédico. E assegurava que “penas estimadas” escreveriam os textos, tratando-os “popularmente”, mas com elevação.

Não se julgue porem que pela palavra *popularmente* se deve entender que daremos aos nossos artigos uma forma rustica, e que a literatura será manchada de plebeísmos e de expressões grosseiras, ou de estrangeirismos ridículos que deturpam, ainda mal, tantas publicações que ali vêm a lume. Pelo contrário, forcejaremos para que se distingam sempre pelo agradável do labor, pelo substancial da doutrina, pela correção e limpeza de estilo. (*Arquivo Familiar*, n.º 1, 26 de setembro de 1857, p. 1)

Fazendo justiça ao seu subtítulo, *Semanário Pitoresco*, impressão e xilogravuras de qualidade foram, igualmente, prometidas pelos editores da revista no texto de “Introdução”, que definia a linha programática do novo periódico:

E porque a nitidez da tipografia é tão justamente apreciada, poremos todo o esforço (...) para que a execução material não envergonhe a tipografia portuguesa, cujos progressos têm sido tão rápidos e consideráveis nos últimos anos.

A gravura em madeira virá igualmente prestar-nos o seu valiosíssimo auxílio, que nenhuma publicação verdadeiramente destinada ao ensino do povo pode, para assim dizer, dispensar; e se infelizmente o diminuto preço do *Arquivo Familiar* não permitir, nos primeiros tempos, que demos muitas ilustrações xilográficas, faremos toda a diligência para que as que apresentarmos sejam tão aprimoradas quanto se possa. (*Arquivo Familiar*, n.º 1, 26 de setembro de 1857, p. 1)

A revista, indiciando o modo de funcionamento das publicações ilustradas coevas, finalmente solicitava e agradecia, no texto programático inicial, a colaboração de “todas as esperançosas vocações literárias”.



Figura 19
Capa do primeiro número da revista *Arquivo Familiar*.
Fonte: reprodução do original.

No primeiro número, a revista oferecia ao leitor um romance em folhetim, intitulado *O Canto Guerreiro de Rouget d'Isle*, de Frederico Sézanne; a descrição de Luanda, enriquecida com uma gravura; um excerto de obras de Afonso Karr, sobre a amizade; um conto moral, apropriadamente intitulado “Boa Lição”; conselhos de civilidade, fazendo a apologia do silêncio, de “saber calar e escutar os outros”; uma curiosidade histórica — o facto do duque de Wellington ter sido, provavelmente, o homem que mais apertos de mão tinha dado na história; uma anedota sobre um marquês arvorado em crítico teatral; e conselhos de economia doméstica.

No último número, o leitor encontraria os seguintes conteúdos: um texto descritivo de uma região dos Altos Pirenéus; outro texto, do mesmo tipo, sobre o principado de Hohenzollern Sigmaringen, na Alemanha; uma definição da formosura, da autoria do padre António Vieira; um capítulo do romance histórico intitulado “O Castelo de Chaumont”, da autoria do visconde de Arlincourt; uma secção intitulada “Sábias respostas e boas perguntas”; uma crónica sobre a rapidez da vida, escrita por José Bento d'Araújo Assis; a notícia do aparecimento de um livro intitulado “Contos ao Luar”, poesia, anedotas e, no final, a palavra “Fim”, fechando a publicação.

A revista que se segue foi a revista ilustrada enciclopédica a ter mais impacto em Portugal no século XIX depois de *O Panorama*. Intitulou-se *O Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado*, chamando a atenção para a sua condição de semanário ilustrado de vocação “arquivística”, no sentido de ser um arquivo enciclopédico de assuntos variados, e foi publicado entre 1857 e 1868. Seguiu o modelo editorial de *O Panorama* e coexistiu com esta publicação entre 1857 e 1858 e entre 1866 e 1868¹⁵, tendo, curiosamente, ambas as revistas findado ao mesmo tempo.

O Arquivo Pitoresco foi publicado entre 1 de julho de 1857 e dezembro de 1868, saindo aos domingos. O sucesso foi tão grande que, entre 1864 e 1866, publicaram-se, também, os *Anais do Arquivo Pitoresco*, uma espécie de suplemento do *Arquivo Pitoresco*. A sua tiragem aproximou-se da mítica marca de cinco mil exemplares conseguida pela revista *O Panorama* nos primeiros anos da sua existência e até aí nunca igualada por qualquer periódico ilustrado (e mesmo pela generalidade dos diários).

15 Depois de 1844, já não era, no entanto, o “verdadeiro” *Panorama*, aquele que tinha sido publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis entre 1837 e 1844.



Figura 20
 Capa do primeiro número da revista
Arquivo Pittoresco.
 Fonte: reprodução do original.

O conteúdo textual da revista *Arquivo Pittoresco* versou, conforme era timbre do periodismo enciclopédico e cultural, uma grande variedade de assuntos, entre os quais se destacam a história, a etnografia, a geografia, as ciências e a tecnologia, a língua e a literatura, a agricultura e a economia, entre outros. No primeiro número, de 1 de julho de 1857, por exemplo, além da “Introdução” em que se apresentava a linha editorial da nova revista, o leitor poderia ler um texto sobre o Rio de Janeiro (a gravura que o acompanhava, um plano geral da cidade, surgia na página 1, desfasada da peça); uma tradução, anotada pelo tradutor, António Feliciano de Castilho, de excertos da obra poética *Os Amores* de Ovídio; uma nota biográfica sobre Alexandre Herculano, acompanhada por uma gravura, publicada desfasadamente, na página precedente; e o início de uma crónica de uma viagem a Inglaterra assinada por J. Felix Nogueira, publicada em capítulos, como um folhetim, e que terminava com uma pequena gravura dos rochedos Needles à entrada de Southampton. No último número, de dezembro de 1868, possivelmente saído no dia 27 (último domingo deste ano), o leitor poderia ler um artigo em defesa da valorização do património natural português, ilustrado com uma gravura (não assinada) das margens do rio Vizela, subscrito por I. de Vilhena Barbosa; a conclusão de um texto de um número anterior em defesa do Real Asilo dos Inválidos, em Runa, da autoria

de A. Osório de Vasconcelos; um poema de Júlio de Castilho intitulado “A Escola Aldeã”; a conclusão de uma biografia, começada num número anterior, sobre um dos pais da economia, Adam Smith, da autoria de Tito de Carvalho; um texto de A. Filipe Simões sobre um suposto retrato de João das Regras, ilustrado com uma gravura, no final; a conclusão de uma matéria de Augusto Mendes Simões de Castro, igualmente iniciada em número anterior, sobre a Figueira da Foz, no qual se defendem as opções políticas tomadas para a melhoria da barra; um apontamento de crítica literária, subscrito por Miguel Sotomaior; um apontamento, escrito por Brito Aranha, sobre a defesa que o escritor francês Vítor Hugo fez do ensino gratuito e obrigatório; e o texto em que se anunciava o fim da publicação do *Arquivo Pitoresco*, “Aos Nossos Assinantes”, subscrito pelos editores.

A pequena e arbitrária amostra sobre os conteúdos do primeiro e do último números do *Arquivo Pitoresco* permite, desde já, tecer algumas considerações sobre esta revista:

1. O *Arquivo Pitoresco* era, efetivamente, uma revista eclética, inserindo-se, ainda que tardiamente, na categoria das revistas enciclopédicas;
2. As elites literatas da época que colaboravam com a publicação, se no início nem sempre assinavam os textos, assumindo a revista como “obra coletiva”, passaram a fazê-lo, para creditarem em seu nome a sua produção intelectual e para ganharem reputação individual e reconhecimento entre os seus pares;
3. Há indícios de intervenção política, ainda que não partidária, nos textos do *Arquivo Pitoresco*, bem como da valorização da atitude liberal de intervenção dos cidadãos na via pública. Cidadãos interessados nos negócios públicos, que constituiriam, aliás, o público-alvo da revista, defendiam, em nome do interesse geral da nação, determinadas causas e ideias, como a defesa e valorização do património natural do país, a opção política de investimento público na melhoria da barra da Figueira da Foz e, indiretamente, pela voz emprestada de Vítor Hugo, a escola pública e obrigatória;
4. Os valores liberais ecoam também na divulgação da biografia de Adam Smith;
5. Embora valorizados em número e espaço ocupado, os elementos iconográficos nem sempre coincidiam, no mesmo espaço gráfico, com os textos escritos aos quais deveriam estar associados.

Quando surgiu, o *Arquivo Pitoresco* apresentava uma vantagem e duas desvantagens. Vantagem: beneficiava da experiência acumulada pelas publicações ilustradas portuguesas e estrangeiras anteriores (a revista francesa *Magazin Pittoresque* ter-lhe-á servido de modelo). Desvantagens: (1) nasceu num momento em que o periodismo enciclopedista baqueava perante o impacto e a atratividade da atualidade; e (2) teve de competir com outras publicações

do mesmo género, nomeadamente com *O Panorama*, apesar desta revista quase somente conservar o título, com poucos vestígios do que tinha sido nas suas duas primeiras séries. A competição, porém, terá apurado a necessidade de fazer melhor e mesmo de fazer diferente. O esmero com que, nas suas páginas, o *Arquivo* tratou a imagem comprova-o. Num tempo em que a maioria dos gravadores das publicações periódicas gravavam rapidamente xilografuras a partir de decalques grosseiros das imagens das revistas estrangeiras, o *Arquivo Pitoresco* insistiu na produção própria de desenhos e gravuras de excelente execução. A revista *O Ocidente*, aliás, reconhecia, em 1902, que o *Arquivo Pitoresco* tinha feito um grande esforço “para levantar a arte da gravura em madeira” nos onze volumes anuais que foram publicados, entre 1856 e 1868 (*O Ocidente*, 829, 830, 10 e 20 de janeiro de 1902, p. 2).

A fundação do *Arquivo Pitoresco* deveu-se a três associados: o empreendedor Tomás de Aquino Gomes e os tipógrafos Vicente Jorge de Castro e João Maria de Castro, proprietários da Tipografia Castro. Os três constituíram a firma Castro, Irmão & C.^a, que editou a revista.

Cada número do *Arquivo Pitoresco* tinha oito páginas, das quais pelo menos três eram ilustradas (publicava, no mínimo, três ou quatro ilustrações por número), e a sua periodicidade era semanal. Paginado a duas colunas, a sua dimensão era de cerca de 19,5 por 29,5 cm. Vendia-se por 50 réis, custando a assinatura anual nacional 2000 réis (2200 réis quando remetido pelo correio para fora de Lisboa) e a mensal 200 réis. A Sociedade Madrêpora, do Rio de Janeiro, que agremiava emigrantes portugueses, comprava um determinado número de exemplares, sempre crescente, de cada edição do *Arquivo Pitoresco*, para os distribuir gratuitamente pelas escolas primárias nacionais e algumas escolas brasileiras¹⁶, conforme antes já o tinha feito *O Panorama*. Além disso, a Sociedade instituiu um prémio literário para os alunos dessas escolas. O premiado recebia um volume do *Arquivo Pitoresco* em sessão pública. Foi também por intermediação da Sociedade Madrêpora que o *Arquivo Pitoresco* se difundiu no Brasil, quer através da disponibilização da revista para consulta pública, quer através da promoção de assinaturas. No entanto, foi também a dependência da Sociedade Madrêpora que extinguiu a revista. Quando esta, apesar de todas as promessas, deixou de pagar uma parte substancial de exemplares do *Arquivo Pitoresco*, destinados à distribuição benemérita pelas escolas de Portugal, a revista extinguiu-se, mesmo que os seus editores ainda tenham adiado o seu fim, alimentados por promessas vãs dos responsáveis pela dita organização (cf. vol. XI [1868], 52, p. 411).

No texto de apresentação ao público, a revista proclamou a sua devoção à imagem como veículo de informação e diferenciação e anunciou que iria promover a xilogravura nacional, sem esquecer o texto:

16 Segundo o *Arquivo Pitoresco*, em 1860, 300 escolas portuguesas tinham recebido a revista; em 1861, foram já 600 (Prólogo, 1861, n.º 1, p. 2). Em 1865, já seriam 4200 exemplares.

Indo pedir (...) a ilustração das suas páginas, o *Arquivo* procura fomentar a nossa gravura em madeira, dar relevo à palavra e abrir campo em que as vistas curiosas espireçam sobre as criações da arte, da natureza, ou da fantasia. (...) A cada monumento perguntará a sua história, a cada geração os seus costumes, a cada século a sua civilização. (...) Pena e buril dar-se-ão as mãos neste cometimento patriótico. (...) Este semanário oferece a todos as suas colunas e os buris dos seus gravadores (...). Em boa hora para o público e para a empresa comece esta publicação, destinada a preencher uma grande lacuna na nossa imprensa literária. (*Arquivo Pitoresco*, n.º 1, 1 de julho de 1857, pp. 1-2)

No mesmo texto, o *Arquivo Pitoresco* explicitou que o seu público era constituído por portugueses e brasileiros. A revista anunciava, pois, que alimentaria a curiosidade dos leitores de ambas as nacionalidades:

Jornal português e para os portugueses, o fim principal que se propõe é ser útil, ou agradável, a ambos os hemisférios em que se fala a bela língua que imortalizou Camões. Para o conseguir, há de ir à natureza de Portugal, das suas ilhas, das suas possessões, e do seu irmão o Brasil, copiar os quadros que são dignos de contemplação e que extasiam os sentidos (...). (*Arquivo Pitoresco*, n.º 1, 1 de julho de 1857, p. 1)

Os textos que abrem cada volume são sempre importantes para a biografia de um periódico, já que dão pistas sobre as vicissitudes que enfrentou, projetos para o futuro e linha editorial a seguir. O *Arquivo Pitoresco* não constituiu uma exceção.

No número que abre o terceiro tomo da revista, em 1860, o *Arquivo Pitoresco* enumerava as dificuldades com que tivera de arrostar em três anos de publicação:

Uma epidemia de muitos meses nos dispersou e levou os leitores; um incêndio total nos devorou a oficina e trancou as coleções do jornal (...). Tendo (...) estabelecido provisoriamente a oficina em casa menos apta (...), tivemos de a transferir (...) para edifício mais vasto e cómodo (...). (vol. III, n.º 1, p. 1).

No mesmo texto, a revista propunha-se aumentar “a variedade dos artigos” e o volume da iconografia dedicada a Portugal, “com os retratos, monumentos, edifícios, paisagens, produtos e tipos portugueses, divulgados pela gravura de madeira e por artistas nossos (...), (...) os melhores que há no reino” (vol. III, n.º 1, pp. 1-2). Realçava-se, ainda, que nos dois volumes anteriores se tinham publicado 148 gravuras a partir de desenhos originais de autores portugueses, entre as 233 gravuras publicadas (uma percentagem de 63,5% de gravuras de produção própria, portanto). Finalizava-se esse mesmo texto com o elogio à já referida Sociedade Madrépora, que tinha viabilizado a publicação do *Arquivo Pitoresco*:

O Império do Brasil, que tanto auxílio presta às publicações de Portugal, e onde inumeráveis patriotas nossos se reveem a toda a hora nas folhas e livros que, da sua nação gloriosa, lhes vão suavizar as saudades da terra, nos tem prestado sempre bom acolhimento. E ultimamente dali nos veio um poderoso auxílio [da] (...) Sociedade (...) Madrépora, cujos fins são prestar auxílio à civilização e engrandecimento de Portugal, adotando como primeiros esforços ‘distribuir gratuitamente pelo povo jornais de literatura, de ciências, de artes liberais e mecânicas’.

Foi pela benemérita direção daquela Sociedade (...), escolhido o *Arquivo Pitoresco* como um dos jornais dignos de auxiliar tão generoso e nacionalíssimo empenho. Para este efeito, recebemos ordem de mandar distribuir por conta da Sociedade um avultado número de exemplares pelas escolas públicas do reino e pelas casas de educação das classes desvalidas. (*Arquivo Pitoresco*, vol. III, n.º 1, 1860, p. 2)

A revista revelava, porém, que se autocensurava, para que pudesse ser lida “sem escrúpulo entre as famílias e pela mocidade”, tendo em conta “o acatamento devido à religião e à moral” (vol. III, 1, p. 2)

No primeiro número do quarto volume, de 1861, reforçava-se a linha editorial do *Arquivo Pitoresco* e a intenção de reforçar a produção própria de iconografia respeitante ao país:

Os artigos de fé que formam o símbolo deste jornal são: instruir e recrear pela escrita e pela gravura, dando o maior campo aos feitos e monumentos nacionais, reanimando e influenciando o espírito de independência e de amor pátrio com a narrativa das nossas glórias passadas, da grandeza dos nossos heróis, dos descobrimentos que tanto nos afamaram no mundo; das ciências e das artes que outrora cultivámos; com os exemplos (...) da língua (...); com o desenho dos monumentos (...), das vistas das povoações que mais engrandecem um país tão limitado; e também com os retratos dos portugueses notáveis (...).

Assim como o volume que findou se avantajou aos antecedentes em gravuras originais e de assuntos portugueses, o que agora começa ainda conterà maior número delas. Os editores desvelam-se neste ponto: trabalho nem despesa poupam para que o único jornal ilustrado que hoje há no reino (e já houve bastantes!) se aproxime (...) dos que lá fora tanto aplauso e retribuição têm.

Um nobre incentivo (...) é a (...) subscrição da (...) Sociedade Madrépora (...). O governo (...) dignou-se já louvar este donativo, encarregando aos governadores civis (...) a distribuição do nosso jornal pelas escolas (...).” (*Arquivo Pitoresco*, vol. IV, n.º 1, p. 2)

No quinto volume, correspondente ao ano de 1862, confessava-se, com alguma amargura, que o mercado não estava a corresponder satisfatoriamente ao *Arquivo Pitoresco*, embora se reforçasse a ideia de que a revista não teria fins lucrativos, sendo “santa no derramamento da instrução popular”. Realce, curioso, para o facto de se enfatizar que os tipos empregues na tipografia onde se imprimia o *Arquivo Pitoresco* eram de produção nacional, na “oficina que

o estado mantém” [possivelmente, a Imprensa Nacional]; para o afluxo espontâneo de desenhos enviados por leitores, nomeadamente de Trás-os-Montes; e para a notícia da criação da oficina de gravura que o *Arquivo* manteve por vários anos, ainda que o tempo tenha desmentido a perspectiva idealista para o futuro da gravura de madeira que transparece do artigo:

Se o trabalho não compensa ainda o trabalho, o dispêndio e os riscos desta indústria santa do deramamento da instrução popular (...), tempo virá que o povo, sabendo que lhe fornecem conduto são, de bom sabor e de substância, há de tê-lo por tão indispensável (...) como o pão de cada dia (...). Está hoje assentado, inquestionavelmente, que os jornais literários são o complemento da instrução (...).

A empresa do *Arquivo Pitoresco* não mira a lucros, porque sabe que não os dá esta indústria (...). Mas contenta-se com a íntima satisfação de que presta um serviço à sua terra, e com que lhe resulta de ver a arte da gravura em madeira aperfeiçoar-se e a tipografia realçar cada vez mais. É de fundição nacional a letra para que este volume encomendámos (...).

Os desenhos serão agora pela máxima parte originais, de monumentos, paisagens, retratos, tipos, costumes e coisas nossas; e as gravuras mais acuradas e corretas. Este melhoramento (...) é (...) o mais difícil de conseguir, porque não temos bastante número de artistas habilitados para o bom desempenho a que se dirigem os nossos constantes e dispendiosos esforços. Felizmente, alguns cavalheiros das províncias nos têm remetido desenhos muito aproveitáveis, mormente da província de Trás-os-Montes, que tão desconhecida está ainda do lápis, o que nos proporciona um dos meios de ampliar o panorama das vistas e monumentos de Portugal, deixando assim de recorrer às fotografias e desenhos estrangeiros (...).

Para este fim, aventuraram-se os editores do *Arquivo* a fundar (...) uma oficina de gravura de madeira, dirigida pelos dois melhores artistas que temos nesta especialidade, onde constantemente se grave para este semanário.

Admitem-se, desde já, aprendizes que tenham curso completo de desenho, para podermos criar uma escola [que] (...) possa dar gravadores às publicações (...). (*Arquivo Pitoresco*, vol. V, n.º 1, 1862, pp. 1-2)

O prólogo ao sexto volume celebra a tiragem de cinco mil exemplares alcançada pelo *Arquivo Pitoresco*, embora metade da edição continuasse dependente da boa vontade da Sociedade Madrépora. Mas também dá indicações relevantes sobre o funcionamento da revista, nomeadamente sobre a aposta na produção própria de gravuras sobre o próprio país e o facto de se gravar por antecipação — a revista anunciava que já tinha um bom “pecúlio” de gravuras para ilustrar o volume que então se iniciava. Era essa uma forma de rotinizar o trabalho, vencer o tempo e reduzir a imprevisibilidade:

O *Arquivo Pitoresco* (...) tira já 5 mil exemplares, quase tantos como *O Panorama* na sua idade áurea. Mais de metade da edição nos extrai a (...) Sociedade Madrêpora (...).

Com o poderoso e constante auxílio desta (...) Sociedade (...), [a] instituição da escola de gravura, anexa à tipografia do *Arquivo*, conta já seis discípulos (...). No volume passado, quase todas as estampas que publicámos, que foram 140, são originais, poucas se copiaram (...) dos jornais ilustrados estrangeiros, mas nenhuma deixou de ser gravada pelos nossos artistas. Para este volume temos já um bom pecúlio e contamos que todas as gravuras hão de ser nacionais, mais apuradas e estampadas com maior perfeição.

(...)

O *Arquivo* é hoje em Portugal a única publicação periódica ilustrada com gravuras de madeira e os editores, para reanimarem esta (...) arte (...) têm empregado todos os esforços (...). (*Arquivo Pitoresco*, vol. VI, n.º 1, 1863, p. 2)

No prólogo ao VII volume, de 1864, enfatiza-se, mais uma vez, que, por meio da tipografia e da gravura, o *Arquivo Pitoresco* levava “aos estranhos notícias e desenhos que até hoje ocultava a incúria e a ignorância” (Vol. VII [1864], 1, p. 1). Mas o texto é pobre em informações relevantes sobre a revista, excetuando o apoio da Sociedade Madrêpora, que verdadeiramente sustentava o *Arquivo Pitoresco*. O prólogo ao oitavo volume, além de, novamente, se referir ao apoio da Sociedade Madrêpora, evidenciava um certo azedume com o mercado e alguma apreensão quanto ao futuro da revista:

Chegar entre nós aos oito anos uma publicação ilustrada de gravuras já se pode chamar a oitava maravilha do mundo português. Instituído e custeado por uma poderosa sociedade, o “genuíno” *Panorama* enfermou antes dessa idade¹⁷. E nenhum jornal com estampas arribou ainda a tal duração.

(...)

Não nos têm faltado incentivos e louvores (...) e (...) o esteio da (...) Sociedade Madrêpora (...). Mas ainda assim a extração é inferior à estritamente indispensável para podermos dar impulso e incremento à parte artística, porque nesta deve o nosso jornal primar (...).

Opróbrio seria para Portugal (...) se nem sequer um jornal ilustrado de gravuras pudesse manter! (*Arquivo Pitoresco*, vol. VIII, n.º 1, p. 2)

Durante 1865 morreu o fundador da Sociedade Madrêpora, conforme se refere no prólogo ao primeiro número do IX volume do *Arquivo Pitoresco* (de 1866). A partir daí, as dificuldades da revista devem ter-se agudizado, apesar da intenção de “redobrar esforços para

17 Somente as duas primeiras séries da revista *O Panorama* foram publicadas pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, ao longo de sete anos: 1837-1844. O “genuíno” *Panorama* teria, pois, sucumbido no sétimo aniversário.

alcançar a estabilidade” da publicação e para alargar o leque temático das gravuras de produção própria, “reproduzindo não só os monumentos inéditos de Portugal, mas também os que ainda subsistem nas (...) possessões da África e da Ásia”, conforme se lê no mesmo texto,

Se a dependência da Sociedade Madrêpora contribuiu para o sucesso do *Arquivo Pitoresco*, também ditou, conforme já se referiu anteriormente, o seu fim. Quando a Sociedade faliu, após a morte do seu fundador, António Emílio Machado Reis, a revista *O Arquivo Pitoresco* pouco mais tempo durou. No último número da revista, de dezembro de 1868 (não datado), um artigo dirigido aos assinantes revela que a Sociedade devia mais de sete contos de réis à sociedade editora da revista *Arquivo Pitoresco*, dívida que, não paga, ditou o fim da revista:

Concluindo hoje o vol. XI do *Arquivo Pitoresco*, a empresa dá também por finda a publicação deste semanário.

A causa única que determinou semelhante resolução foi o grande débito em que a Sociedade Madrêpora, do Rio de Janeiro, está para com esta empresa. Este alcance teve origem nas assinaturas e volumes do *Arquivo Pitoresco* e outras obras que a Sociedade Madrêpora constantemente requisitou e mandou distribuir, aumentando depois com despesas que a empresa do *Arquivo* não duvidou pagar por conta e crédito da mesma Sociedade.

Dispostos a lutar com a série de obstáculos que em Portugal dificultam sempre este género de publicações, não terminaria, decerto, ao fim de onze anos, o único jornal ilustrado que ainda se imprimia se não fora a injustiça e pouca lealdade com que alguns dos portugueses que constituem a Sociedade Madrêpora se portaram para com esta empresa.

Sobe a mais de sete contos de réis (...) o que a Sociedade Madrêpora deve à empresa do *Arquivo Pitoresco*, proveniente de grande número de volumes do *Arquivo* que, por sua ordem, foram anualmente distribuídos pelas escolas do reino (...). Esperando de ano para ano ver resolvida tão desgraçada pendência (...) adiámos sucessivamente até hoje a resolução definitiva que ora tomamos. Deste adiamento só colhemos maior número de encargos e sacrifícios inúteis e o aumento da dívida (...). (*Arquivo Pitoresco*, vol. XI, n.º 52, 1868, p. 411)

Fazendo o balanço da publicação do *Arquivo Pitoresco*, escreve António Manuel Ribeiro (2014, pp. 42-43):

De certo modo, o encerramento deste periódico augura já o fim dos periódicos literários portugueses do período romântico. Um conjunto de factos socioculturais indicia um momento de transição. O fim desta publicação é acompanhada pela extinção d’*O Panorama*, na mesma data.

(...)

O *Arquivo Pitoresco* foi considerado, coetaneamente, uma autêntica obra-prima das artes gráficas portuguesas e o expoente máximo da gravura em madeira. Apostou-se na introdução de mais gravuras na publicação, mais pormenorizadas e ricas, de produção nacional, assim como na crescente

qualidade do papel impresso. (...) Pela sua singularidade e excelência, contribuiu em muito para o sucesso das modernas estratégias editoriais da aliança da imagem e da palavra (...).

Grandes nomes das letras colaboraram ativamente com o *Arquivo Pitoresco*. José de Torres (redator principal até 1860), Pinheiro Chagas, Feliciano de Castilho, Brito Aranha (gestor da revista a partir de 1866 e coadjuvante de Vilhena Barbosa na redação a partir de 1866, sendo autor de uma grande quantidade de matérias), Silva Túlio (editor do periódico entre 1860 e 1865), Vilhena Barbosa (editor e redator principal a partir de 1866), Latino Coelho, António Feliciano de Castilho, Inocêncio Francisco da Silva, Silva Túlio, Mendes Leal, Andrade Ferreira, Pinheiro Chagas e outros concorreram para o êxito da publicação. No entanto, a afirmação da revista no mercado fez-se também pelo elemento que a distinguiu e lhe dava notoriedade: a imagem. O *Arquivo Pitoresco* contou, desde a fundação, com a colaboração do desenhador Manuel Maria Bordalo Pinheiro (1815-1880) e do gravador José Maria Baptista Coelho, que tinham acumulado enorme experiência na revista *O Panorama* e noutras publicações congêneres. A eles somaram-se desenhadores e gravadores como Tomás José da Anunciação, João Ribeiro Cristino da Silva, Francisco Augusto Nogueira da Silva, João Barbosa de Lima, João Pedroso Gomes da Silva, Caetano Alberto da Silva e João Maria Baptista Coelho Júnior (filho de José Maria Baptista Coelho), que, às vezes, trabalhavam em duo ou trio.

Nenhuma outra revista do segmento da imprensa ilustrada enciclopédica posterior à revista *Arquivo Pitoresco* teve um sucesso equiparável, sinal de que, eventualmente, a fórmula se encontrava já algo esgotada perante as alternativas propostas ao mercado, designadamente por revistas que cobriam graficamente a atualidade. Todavia, em Lisboa e fora da capital continuaram a surgir novos títulos.

A revista *Porto Elegante: Jornal de Literatura, Ciências, Belas-Artes e Modas* foi uma das raras publicações de feição enciclopédica a ser editada fora de Lisboa. O seu título apelava à ideia de que era uma revista genuinamente portuense, dirigida ao escol da sociedade da cidade. Quinzenal, durou, porém, menos de um ano. Só terão sido publicados quinze números, em datas incertas. Curiosamente, num tempo em que a gravura de madeira se instituía como suporte iconográfico dileto, a *Porto Elegante* deu preferência às litografias, de grande qualidade, inseridas, no entanto, no corpo da revista e não como encartes.



Figura 21
 Capa do primeiro número da revista
Porto Elegante.
 Fonte: reprodução do original.

Tal como outras revistas ilustradas enciclopédicas, a *Porto Elegante* apresentava-se paginada a duas colunas, tendo as suas páginas uma superfície de cerca de 452 cm², correspondendo a cerca de 18,1 cm de largura e a 25 cm de comprimento. O exemplar custava 90 réis, por causa da litografia, mas o valor da assinatura anual não era substancialmente diferente do valor cobrado pelas revistas ilustradas com xilografuras: 2000 réis. No entanto, a revista, tendo em conta os exemplares localizados, durou somente quatro meses. Quem a assinou por um ano viu as suas legítimas expectativas frustradas.

A *Porto Elegante* teve por proprietários Francisco José Carlos Amatucci, desenhador e litógrafo, ao qual se deverão várias das litografias inseridas na revista, e M. A. F. de Sousa Campos. Entre os colaboradores acham-se Georgina da Soledade, A. de Almeida Alves e Silva, J. V. Pinto de Carvalho, R. A. Machado de Guimarães, Afonso Karr, F. G. Moniz, H. Moreira, G. Gartener e J. V. Pinto de Carvalho. No entanto, no número 6 abria-se à colaboração dos leitores, de cuja benevolência e colaboração dependia, nos seguintes termos:

A redação do *Porto Elegante* põe às ordens dos respeitáveis leitores e leitoras as colunas deste jornal, onde poderão ver publicada qualquer produção sua, uma vez que esteja em harmonia com o fim a que ele se propôs.

Se por qualquer motivo algum artigo deixar de ser publicado, a redação não se compromete a restituir o original ao seu autor, que por esta declaração fica sem direito a reavê-lo. (*Porto Elegante*, n.º 6, 1864, p. 1)

A revista terá tido um número-programa, não localizado. Contudo, a linha editorial, anunciada no número 1, não se afastava da norma seguida pelas publicações congêneres, prometendo instruir com leveza e simplicidade, moralizar e entreter o leitor:

O desenvolvimento que nestes últimos tempos tem tido a civilização é (...) devido à irradiação da instrução. Esta benéfica luz de espírito, concentrada toda entre as opacas paredes do claustro e das academias, só muito escassamente era coada pelas apertadas portas destas e miúdas grades daquele, de modo que eram ignorados, cá no mundo exterior, até os mais rudimentares conhecimentos do idioma pátrio. (...). Felizmente veio a emancipação, e os homens, que do fundo do crasso obscurantismo se não atreviam a fazer a menor reflexão às mesquinhas lições que recebiam, começaram a refletir, e acostumaram-se a pensar por si, repudiando (...) o (...) *ipse dixit* claustral (...). É por este caminho que as coisas vão correndo, e é neste caminho que é necessário guiar-lhe a direção: tal nos parece que deve ser o fito das publicações da natureza do *Porto Elegante*, — semear (...) a instrução para fazer uma boa colheita de moralidade e civilização, elementos sem os quais não há sociedade boa possível.

O *Porto Elegante* antes de vir à luz do dia mandou adiante o seu programa, onde se lia: *jornal de literatura, ciências, belas-artes e modas*. Há de cumpri-lo, e juntando deste modo ao útil o agradável, será mais amena a leitura. Os escritos científicos serão redigidos com a maior simplicidade possível, para se acharem à altura de todas as inteligências (...). (*Porto Elegante*, n.º 1, 1864, pp. 1-2)

No primeiro número, a devoção ao Porto, cidade onde a revista nasceu, é notória. O primeiro artigo, ilustrado com gravura, mostrava o Palácio de Cristal; o segundo debruçava-se sobre a própria cidade. A rubrica sobre teatro, publicada um pouco mais adiante, também se cingia aos teatros da cidade. Os restantes artigos traduziam a dimensão eclética própria das publicações ilustradas enciclopédicas. Misturavam-se na revista poesia, prosa e crítica literária com textos sobre as caleches napolitanas (com gravura), o envelhecimento, o petróleo, a primavera, o luxo, os bosquímanos, a vantagem de acordar cedo, a escravatura, os animais, as ciências e a moda.

No último número da revista, o leitor da *Porto Elegante* encontrou uma memória descritiva do monumento a D. Pedro V, na praça da Batalha, no Porto; poemas; uma peça de teoria da literatura sobre “Amor e poesia”; a continuação de um romance-folhetim; um texto sobre mitologia nórdica e conteúdos de entretenimento.

A Ilustração Popular: Folha Destinada ao Recreio e Instrução foi uma revista semanal de apenas quatro páginas, com cerca de 23x32,5cm, paginadas a duas colunas. Publicou-se entre 14 de janeiro de 1866, até meados de 1868¹⁸. Destinava-se a pessoas que não podiam optar por revistas mais elaboradas e, necessariamente, mais caras. Apresentava-se, publicamente, para divertir, ilustrar e recrear os “filhos do povo” e saía ao domingo porque era o “dia do ócio” (n.º 1, 14 janeiro 1866: 1). No primeiro volume, cada número respeitava a sua própria numeração de página — mas a revista podia encadernar-se; no segundo volume, a numeração das páginas passou a ser sequencial ao longo de todo o volume.

Figura 22
Capa do primeiro número da revista *Ilustração Popular*.
Fonte: reprodução original.



18 A partir do n.º 10, os números deixam de ser datados.

A assinatura anual da *Ilustração Popular* custava 960 réis, a semestral 480 réis, a trimestral 240 réis e a mensal 80 réis. Ao incluir a possibilidade de efetivação de uma assinatura mensal, a revista, de algum modo, demonstrava a sua preocupação em chegar a uma classe de leitores que não se podia dar ao luxo de subscrever uma assinatura por tempo superior. O número avulso custava 30 réis, indicação dada somente depois do número 10, que regista algumas alterações no periódico. A propriedade, inicialmente de Narciso Zeferino Lopes e Luís Guerra, dois operários litógrafos empreendedores, conforme se destaca no texto de apresentação do novo periódico, passa, nesse número, para as mãos de Domingos Francisco Lopes, proprietário da litografia onde o periódico era impresso desde o número inicial, conforme se infere do texto de “Apresentação” da *Ilustração Popular* inserto no primeiro volume. Narciso Zeferino Lopes assumiu, então, a condição de administrador. Francisco Duarte de Almeida Araújo foi o diretor literário da publicação, mantendo-se no cargo do primeiro ao último número.

No número inicial, datado de 14 de janeiro de 1866, escrevia o diretor literário, Francisco Duarte de Almeida Araújo, no já referido texto “Apresentação”:

Inaugurado este jornal, pelas limitadas forças de dois artistas, duvidou-se de que tão escassos meios o levassem por diante. A dúvida nasceu de ainda se não ter compreendido na sociedade a força de vontade que há na classe operária. Falecem-lhe, sim, os meios para levar a cabo empresas arrojadas; tem, contudo, na força de sua energia os dotes que acompanham as mais temerárias ações.

Nasceu este jornal da associação de dois operários. Esta associação convidou o signatário de este artigo para a coadjuvar (...).

Houve a fortuna, porém, de outro artista e operário (...) prestar a esta empresa o concurso de sua inteligência e força. Este (...) protetor da indústria artística (...) é o Sr. Domingos Francisco Lopes. Não é o primeiro jornal a que (...) tem prestado o concurso do seu braço e haveres. Está seu nome inscrito nos anais de algumas publicações literárias (...). O Sr. Lopes não tem conhecimento dos artigos insertos nesta folha, senão desde o momento que lhe passamos à mão o jornal para o mandar litografar.

Reconhecerá o público as dificuldades com que este artista tem lucrado, para dar a tão limitado e modico preço uma folha que contém simultaneamente leitura e desenhos e o subido custo porque ao empresário sai cada um d'estes números. Há, conseguido, porém, reunir um álbum curioso de retratos, vistas, e paisagens, com todo o esmero litografado. (*Ilustração Popular*, n.º 1, 14 de janeiro de 1866, p. 1)

Ao gosto liberal, o diretor literário faz, no texto de apresentação, um elogio do empreendedorismo, nomeadamente daquele que vem de onde não se esperaria — a classe operária. E vinca a sua autonomia editorial — o coproprietário do periódico e dono da litografia onde este era impresso, Domingos Francisco Lopes, desconheceria os conteúdos selecionados

pelo diretor literário até ao momento em que eram recebidos na litografia para impressão.

É curioso observar, também, no mesmo texto, a forma como o diretor literário olhava para a *Ilustração Popular*: era um *jornal literário*, do setor da *indústria artística*. Via-se, portanto, a si mesmo mais como um literato e artista do que como um jornalista.

O periódico incluía, ainda, no primeiro número, um texto intitulado “Início”, dirigido “ao público”, no qual, curiosamente, se destacam as diferenças entre o projeto da *Ilustração Popular*, de 1866, e o projeto do *Diário de Notícias*, cuja publicação regular se tinha iniciado em 1865 (com números experimentais datados dos últimos dias de dezembro de 1864):

Mais uma folha dedicada à ilustração do povo.

Hoje o povo lê. E lê, graças à iniciativa que neste ponto tomou o *Diário de Notícias*.

Continuaremos esta missão, que, de bom grado, tomámos sobre nós; porque filhos do povo (...), ao seu bem-estar [dedicamos] todos os nossos esforços para a sua ilustração.

É, porém, mui diversa a nossa missão da que o jornal diário, acima encarregou. Para ele o noticiar, dia a dia, os acontecimentos que se sucedem, tanto no reino como no estrangeiro, a fim de que o povo esteja ao facto do que vai no orbe social, do qual é a maior parte componente: para nós, um pequeno lugar neste banquete da inteligência e da Ilustração, para o divertir das notícias diárias, dos acontecimentos europeus, até mesmo da avidez da política, e lançá-lo no seio da família, nas horas de puro ócio, a recriá-la e ilustrá-la. Seremos, assim, ambos operários no mundo intelectual e social: ambos obreiros da civilização (...) cujos abundantes frutos trazem o vigor ao corpo, e a alegria ao espírito.

Escolhemos o domingo para dia da nossa publicação, por ser aquele em que o povo, liberto do jugo do trabalho em que diariamente lida, pode entregar ao ócio os poucos momentos que tem livre da rude tarefa imposta ao homem para o seu sustento e o da família (...).

Não será (...) unicamente recreativa a folha que hoje soltamos ao embate dos ventos (...). Será, igualmente, instrutiva, produtiva. (...) Assim com o romance, com a anedota, com a poesia, com os contos fantásticos, publicaremos, igualmente, o artigo da ciência (...), as receitas mais úteis à economia doméstica, o verdadeiro ensino da teoria, que elevada à prática é a origem do aperfeiçoamento das artes (...).

As primeiras três páginas conterão leitura variada, e respetiva a assuntos que tenham relação com o título desta folha, destinada a moralizar e instruir não só a classe popular, como também a recrear as outras classes da sociedade, figurando, sem desdouro na oficina do artista, no gabinete do sábio e no toucador das damas. Seremos (...) respeitadores da moralidade do lar (...); e nunca devassaremos, no picante da sátira, no pungente do epigrama, no sarcástico da anedota, o foro interno da família ou da consciência (...). (*Ilustração Popular*, n.º 1, 14 de janeiro de 1866, p. 1)

O projeto editorial da *Ilustração Popular*, para todas as classes, géneros e idades, não se afastava, nas intenções, de outras publicações ilustradas da mesma índole: instruir, moralizar e entreter, sem ofender. Mas não noticiar — essa missão reservava-a a *Ilustração Popular*

para jornais com o perfil do *Diário de Notícias*, destinados a informar o povo sobre o que havia de novo no país e no estrangeiro.

Os conteúdos da revista oscilavam, tal como nas outras publicações do mesmo género, entre o enciclopedismo, as curiosidades avulsas e alguma literatura. Era, pois, como outras, uma revista de cultura geral. No primeiro número, além dos textos de apresentação e inicial, apenas surgia o primeiro capítulo de um romance-folhetim (que não podia faltar) e poesia; no último número, os conteúdos reportavam-se a uma descrição do claustro interior do convento dos Jerónimos, ao cálculo da população da terra e ao hino francês “A marselhesa”. Havia ainda espaço para correspondência dos leitores, para uma crónica sobre o Carnaval e para um capítulo do romance-folhetim em publicação.

Editada por A. A. Leal, com redação e administração no Porto e também em Lisboa, a revista semanal *Arquivo Popular*, a segunda que surge com esta denominação, constitui um novo exemplo, ainda que já algo tardio, de imprensa ilustrada enciclopédica. Foi publicada entre janeiro de 1871 e fevereiro de 1874. A assinatura para Lisboa e Porto custava, trimestralmente, 400 réis (500 réis fora das duas principais cidades do reino e 700 réis para o Brasil). Destinava-se, simultaneamente, ao público português e brasileiro, o que é notório quer pela existência de um valor para a assinatura trimestral da revista quer pela gravura junto ao título, que, emulando o da revista *Ilustração Luso-Brasileira*, evocava, simultaneamente, o Brasil e Portugal.



Figura 23
 Capa do número 9 do segundo volume da revista *Arquivo Popular*.
 Fonte: reprodução do original.

A revista *Arquivo Popular* apresentou-se ao público insistindo na sua dupla natureza popular e enciclopédica, materializada na expressão “bazar intelectual”. Identificava, ademais, um modelo a seguir — *O Panorama*:

O *Arquivo Popular* é um periódico destinado a instruir e a deleitar (...). Tratará de todos os conhecimentos humanos; dará cabimento nas suas colunas a artigos de pura fantasia literária, a meras bagatelas que possam deleitar (...) o leitor (...), assim como encerrará trabalhos de mais alto fôlego, como trechos de ciências (...), em estilo compreensível (...), porque (...) não é destinado a sábios (...).

O título *Arquivo Popular* (...) indica claramente que para fornecer aos nossos assinantes oito páginas semanais de leituras seletas, temos de beber em todas as fontes (...). Agruparemos nesta espécie de bazar intelectual todos os factos capazes de despertarem a curiosidade e de oferecerem uma agradável distração, que deixe após si algum conhecimento útil. Cremos que este é o verdadeiro género das publicações populares, que *O Panorama* tão brilhantemente inaugurou em Portugal.

O *Arquivo Popular* será, por consequência, quase enciclopédia (...) [para] todas as classes da sociedade (...).

O módico preço desta publicação justifica, finalmente, o título que adotámos (...).

Falta-nos dizer que aceitaremos qualquer artigo, em prosa ou verso, qualquer curiosidade que nos seja enviada, conquanto o assunto encerre (...) merecimento (...). Qualquer pessoa poderá enviar as observações que entender sobre o modo como desempenharemos as nossas obrigações (...). (*Arquivo Popular*, vol. I, n.º 1, janeiro de 1871, pp. 1-2)

A temática da revista repartia-se pela história, geografia, literatura (incluindo poesia), anedotas, curiosidades, passatempos (incluindo problemas matemáticos) e provérbios, e ainda por histórias de experiências pessoais, estilo crónicas. Por exemplo, no primeiro número o leitor encontraria um texto sobre história de Portugal, intitulado “Memórias portuguesas”, da autoria de M. de Paiva; a notícia de uma erupção vulcânica na ilha do Pico, em 1720, da autoria de J. de Vilhena Barbosa; poesia; uma história de amor genovesa; e uma crónica sobre a noite de Natal. Já o último número versava sobre as cruzadas; a história do café; as luvas; o Corão; os leques; a mulher; as ilhas Formigas; a inveja; costumes suíços; um vulcão islandês; a passagem das Termópilas; e os perfumes. Incluía, ainda, um capítulo de um conto-folhetim intitulado “O alquimista”, subscrito pelo conde de Rio Pardo, bem como o texto de uma comédia num só ato intitulada “O Xaile Amarelo”, da autoria de A. A. de Leal, e poesia, ditados e citações moralizantes.

Tal como as revistas precedentes, também a revista *Arquivo Popular* propunha aos leitores de “todas as classes” gerar conhecimento sem esforço e oferecer momentos de puro deleite intelectual a troco de um “módico preço”. Outro ponto em comum com as revistas predecessoras, igualmente identificável pelo texto, era a dependência de colaborações espontâneas, “em prosa ou verso”. Os projetos editoriais desse tipo eram, pois, manifestamente

pouco profissionais. A produção original das revistas dependia, efetivamente, do público, transformado em *prossumidor*. Fazendo-se um paralelo com as tendências atuais do jornalismo, poderia mesmo falar-se de uma espécie de periodismo dos cidadãos.

É de salientar que somente o segundo volume da revista *Arquivo Popular*, que começou a ser publicado em data incerta de 1871¹⁹, foi ilustrado. Nessa altura, a revista também mudou de formato, passando a dimensão das páginas de 18x27 para 22,5 x 30 cm e o número de páginas de dezasseis para oito. Os editores deram dois motivos para a alteração: “evitar a divisão dos 52 números de cada ano em dois volumes” e terem para publicar “algumas gravuras que não caberiam no antigo formato”. Os conteúdos exigiam, pois, uma mudança da forma.

O *Arquivo Popular* entra hoje num novo período de existência (...) e (...) vamos expor (...) o motivo por que alterámos o formato (...). Não é uma razão de economia a redução de dezasseis páginas a oito (...). Dois motivos (...) nos obrigaram a esta alteração. O primeiro evitar a divisão dos 52 números de cada ano em dois volumes; o segundo termos para publicar algumas gravuras que não caberiam no antigo formato.

O aparecimento das gravuras neste periódico anuncia um novo melhoramento, um novo desejo que temos de agradar (...).

Promessas para continuação deste periódico não as fazemos (...). Também não prometemos (...) publicar gravuras em todos os números. Ainda que tenhamos fundados motivos para crer que poderemos dar, pelo menos, uma gravura em cada número, pode suceder, pela dificuldade que há em obter gravuras no país, que alguma semana não recebamos a tempo a que houermos destinado para a folha imediata.

Se o favor do público continuar a premiar os nossos esforços, em vez de uma gravura daremos duas.” (*Arquivo Popular*, vol. II, n.º 1, julho (?) de 1871, pp. 1-2)

Apesar da intenção manifesta de reconversão da revista numa publicação enciclopédica ilustrada, mesmo no segundo volume do *Arquivo Popular* encontram-se vários números sem quaisquer ilustrações. Na verdade, a revista, mesmo durante a publicação do segundo volume, foi parcamente ilustrada, publicando iconografia respeitante, principalmente, a paisagens coevas e monumentos, personagens históricas e numismática.

A partir do volume III, de 1872, o *Arquivo Popular* abandonou, definitivamente, a publicação de iconografia informativa e explicativa e voltou ao formato 18 x 28,5 cm, dando a seguinte razão:

19 Alguns números não indicam a data de publicação e outros referem apenas o mês em que foram publicados, apesar da revista ser semanal. O segundo volume possivelmente começará com o primeiro número de julho de 1871.

Em 1872 apresentamos como melhoramentos salientes o papel, que mandamos vir expressamente de França e por consequência a melhor impressão, no que cremos fica perfeitamente compensada a pequena diferença no formato, que fica sendo igual ao do primeiro volume (...). A publicação de gravuras (...) é transferida para mais tarde, porque (...) não satisfazem (...) as exigências da época. (*Arquivo Popular*, vol. III, n.º 1, janeiro de 1872, p. 1)

Por outras palavras, os editores da revista reconheciam que nem todas as gravuras satisfaziam já, em 1872, os requisitos exigidos pelos leitores às publicações ilustradas. Dois anos depois, a revista desapareceu. No número final, escrevia-se, denotando uma intenção que não mais viria a concretizar-se:

Motivos ponderosos nos obrigam a suspender temporariamente a publicação do *Arquivo Popular*. Esta suspensão não será longa; durará só o tempo necessário para montarmos novamente a nossa antiga oficina tipográfica.

O *Arquivo Popular* continuará então a sua publicação com a máxima regularidade e com alguns melhoramentos que tencionamos introduzir-lhe para melhor preencher o seu fim.

Os Editores (*Arquivo Popular*, vol. IV, fevereiro de 1874, p. 12)

Em 1877, foi lançada uma das derradeiras revistas ilustradas de feição enciclopédica publicadas em Portugal. O seu primeiro número data de janeiro de 1877 e o último de 26 de fevereiro de 1887. Foram quase 11 anos de publicação, o que diz bem da receptividade que o público continuava a votar a esse tipo de revistas no último quartel do século XIX.

A revista *Universo Ilustrado* era vendida a 30 réis o número, custando a assinatura anual 1600 réis. Apresentava-se com 8 (caso do primeiro número) a 16 páginas, de dimensão 19,5 x 29 cm (correspondendo a uma superfície de cerca de 564 cm²), e era paginada a duas colunas, repetindo uma antiga fórmula de design, conforme era ainda timbre de algumas publicações da época.

No primeiro número, o leitor encontrou um texto sobre as diligências do marquês de Pombal após o terramoto de Lisboa, em 1755, ilustrado com uma gravura do arco da rua Augusta, da autoria de Caetano Alberto da Silva; dois textos literários, em prosa, da autoria de A. Varela, intitulados Romance (Adão e Eva) e “Os Viajantes”; uma peça sobre o microscópio (“Ciência para Todos”), da autoria de João de Mendonça; uma matéria sobre os piratas da Grécia, de autor anónimo, transcrito de um número do *Magasin Pittoresque* de 1853, ilustrado com uma gravura do rochedo de Carabousa, elaborada a partir de original desta mesma revista francesa (é de sublinhar os 24 anos que intervalaram a publicação do original, em França, e da cópia, em Portugal); um texto intitulado “A Sublime Lei”, de intuítos moralistas, mas baseado numa lenda sobre um evangelizador do tempo dos francos, traduzido de publicação estrangeira por Joaquim dos Anjos; uma narrativa moral (um apólogo, neste caso) intitulada

“A Livraria do Rei das Índias”, género comum à época, não assinada (eventualmente, também traduzida de publicação estrangeira), sobre a biblioteca pessoal de um rei indiano; bastante poesia (“No Álbum de uma Francesa”, de Eugénio de Castilho; “Fascinação” e “Amor e Receio”, por H. A.); dois textos assinados por um indivíduo que apenas os subscreve com a letra C: “Açúcar de Melão”, notícia sobre o fabrico de açúcar de beterraba na Califórnia; e “O Capacete de Berru”, sobre um achado arqueológico de 1872 (não perdia atualidade!), a sepultura de um guerreiro, perto da localidade francesa de Berru; um ensaio sobre a crítica; e anedotas.



Figura 24
Capa do primeiro número da revista *O Universo Ilustrado*.
Fonte: reprodução do original.

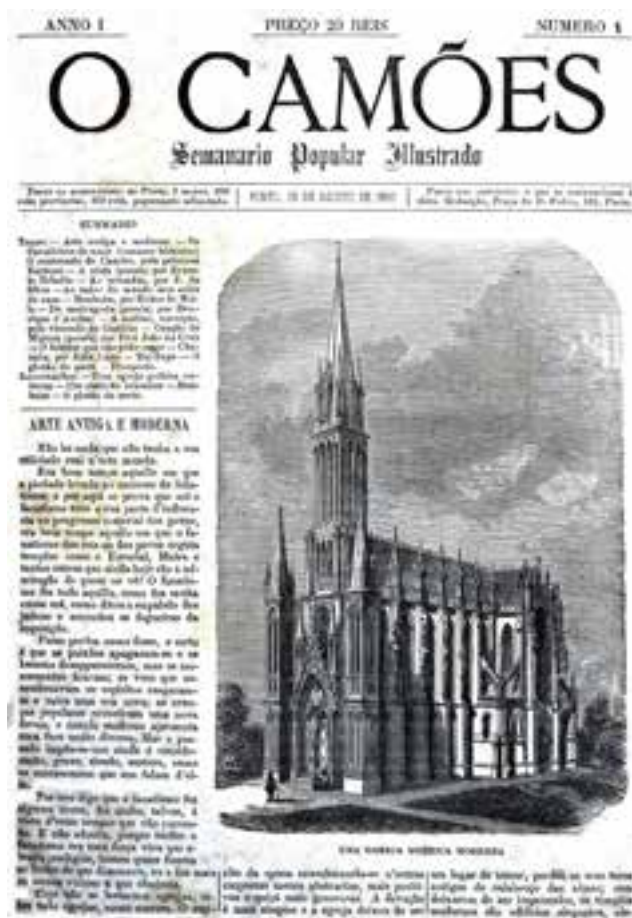


Figura 25
Capa do primeiro número da revista *Camões*.
Fonte: reprodução do original.

Realce para o facto da revista *Universo Ilustrado* se referir, frequentemente, ao facto de as gravuras serem copiadas de fotografias, o que as tornaria mais verosímeis perante o escrutínio do leitor.

Entre as revistas que encerram o ciclo das revistas enciclopédicas ilustradas encontra-se também a revista portuense semanal *O Camões*, editada por António Augusto Leal (A. A. Leal). Circulou entre 30 de agosto de 1880 e 27 de dezembro de 1883. Publicava-se às segundas-feiras e vendia-se por todo o país, sendo, também, expedida para o Brasil. Cada número apresentava oito páginas, de dimensão 22x31 cm, paginadas a três colunas. Avulso, um exemplar custava 20 réis. A assinatura anual ficava por 1040 réis a um assinante do Porto e por 1200 réis para assinantes de fora da cidade. O preço a pagar por uma assinatura para o Brasil ascendia a 2000 réis (pagos em moeda forte).

Na apresentação da nova revista ao público, num texto intitulado “Prospeto” incluído no primeiro número, podia ler-se:

O jornal verdadeiramente popular ainda está por criar em Portugal. Não o jornal político, noticioso ou satírico, que se dedicam à defesa duma causa mais ou menos nociva ao bem público, mas o jornal exclusivamente destinado à educação do povo, o jornal que por meio da pena e do buril infiltre nas camadas populares o gosto pelas belas letras, que instrua, deleitando, que vise a um fim mais alto e mais nobre do que a diária e mesquinha digladição dos partidos, que promova, enfim, a morigeração e os bons costumes por meio da instrução do povo.

Ao preencher esta lacuna — não preenchê-la completamente, mas consoante os recursos do país, ou antes, os desta terra — ocorreu aos fundadores deste semanário prestar culto ao mais levantado talento que Portugal há produzido, dando o nome daquele que mais amou a sua Pátria a esta publicação, que representa, do mesmo modo que as outras comemorações, o preito de uma geração à qual não falecem as aspirações, que ainda tem fé e esperança no belo, que venera como um culto nacional o nome de Camões. (*Camões*, n.º 1, 30 de agosto de 1880, p. 1)

As intenções da revista *Camões*, portanto, integravam-se, totalmente, no espírito comum ao enciclopedismo ilustrado: queria ser mais uma publicação destinada à educação e ao deleite do povo “por meio da pena e do buril”, ou seja, da palavra e da gravura, elevando-se acima da imprensa que se dedicava à trica política. Assim, o primeiro número abriu com uma matéria sobre “Arte antiga e moderna”, ilustrada com uma gravura alusiva a uma igreja gótica. Seguiu-se-lhe o primeiro capítulo do romance-folhetim “Os Cavaleiros do Amor”; uma matéria alusiva ao centenário de Camões; poemas; uma peça sobre as Cruzadas, ilustrada com uma gravura de um cruzado; um texto sobre geografia; um texto sobre Bombaim, ilustrado com uma gravura da orla marítima da cidade; mais poesia; um texto sobre a mulher, invariável e paradoxalmente escrito por um homem (visconde de Castilho); mais poesia; o primeiro episódio de um conto cómico-moralista sobre um homem que não conseguiu casar;

uma charada; a transcrição do despacho de licenciamento de *Os Lusíadas*; anedotas e curiosidades; um texto sobre um animal; e, finalmente, o texto de apresentação ao público, intitulado “Prospeto”, inserido, curiosamente, no final.

A *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* foi o último título relevante da primeira geração de revistas ilustradas portuguesas, a geração das revistas ilustradas enciclopédicas, que floresceu em Portugal durante mais de 60 anos.

Surgida a 3 de junho de 1888 a *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* perdurou, em publicação contínua, até 11 de setembro de 1892. Teve ainda um assomo esporádico em 1897, ano em que foi lançado o primeiro e único número da segunda série. Saía aos domingos.



Figura 26
Capa do primeiro número da *Revista Popular de Conhecimentos Úteis*.
Fonte: reprodução do original.

Ilustrada com gravuras, a *Revista Popular de Conhecimentos Úteis*, apesar de ter sido publicada na transição da penúltima para a última década de Oitocentos, não se afastou, nem na forma (paginação clássica a duas colunas, com páginas de dimensão de 19 x 28,3 cm, correspondente a uma superfície de cerca de 538 cm²), nem no tipo de iconografia (xilogravura), nem no preço (40 réis o número avulso, 1500 réis a assinatura anual), nem nos conteúdos das suas predecessoras do mesmo tipo.

A nova revista teve por diretor e proprietário Francisco de Almeida, que acumulava com Santos Valente as funções de redator principal. O secretário da redação foi Narciso de Lacerda. A gerência era assegurada por Mêna Júnior. Colaboraram com a publicação, entre outros, Raimundo Ortigão, Martins Sarmiento e A. X. Pereira Coutinho. A publicação também publicou, postumamente, textos de Alexandre Herculano e de outras personalidades desaparecidas.

Junto ao título, a *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* ostentava uma gravura que celebrava a ciência, a técnica e, de uma forma geral, o progresso. Tentava ser, como outras, um arauto dos novos tempos.

No primeiro número, a nova revista apresentava-se da seguinte forma perante os leitores:

Nós somos obrigados a confessar, para vergonha dos culpados, que não só (...) meios de instrução fácil não existem em Portugal (...).

É na verdade necessária uma verdadeira força de ânimo e de vontade para seguir (...) o fio (...) dessa ciência, que se esconde (...) em milhares de compêndios, sem dúvida muito bem escritos, mas compreensíveis apenas para os iniciados. Dos poucos que atingem o fim, uns (...) destinam-se a continuar a grande obra dos que os precederam, e conseguem passar além de mestres na arte de tornar incompreensíveis os livros que fabricam; os restantes tratam de viver por outros meios, e só por vergonha não confessam que ficaram tão ignorantes ou ainda mais do que eram.

(...)

Os redatores desta folha pertencem ao número dos que seguiram a tortuosa vereda e, quando chegaram ao fim, entenderam por conveniente encetar de novo o caminho, porém com os olhos desvendados, examinando tudo e diligenciando obter o porquê das coisas.

E porque experimentalmente conheceram os obstáculos que se opõem, decidiram-se a fundar esta publicação (...) que poderá (...) ser considerada como o diário de todos os que fizerem a sempre curiosa e sempre instrutiva viagem do saber. (*Revista Popular de Conhecimentos Úteis*, n.º 1, 3 de junho de 1888, p. 1)

Neste introito, os editores da nova revista, além de se classificarem como indivíduos corajosos capazes, depois de terem adquirido arduamente o saber, de o proporcionarem aos outros, justificavam o aparecimento de um novo título, entre muitos outros, pela suposta inexistência, em Portugal, de publicações que proporcionassem facilmente “conhecimentos preliminares indispensáveis”, que não se poderiam obter nos livros apenas acessíveis a “iniciados”.

O texto de apresentação prossegue, em consequência, com a promessa dos conteúdos que o leitor poderia vir a encontrar na *Revista Popular de Conhecimentos Úteis*:

Os números que forem aparecendo irão desenrolando ante o espírito do leitor o vastíssimo quadro dos diferentes conhecimentos, e prometem que o panorama há de ser variado e atraente: origens das invenções, grandes descobrimentos, pensamentos dos homens ilustres, filosofia, história dos

povos antigos e modernos, descrição da terra, dos animais, das plantas, dos astros, explicação de todos os fenómenos da natureza, notícia de todos os adiantamentos nas ciências, nas artes, na indústria, na agricultura, numa palavra, tudo o que o engenho humano tem adquirido e elaborado durante tantos séculos de trabalho e de experiência, e que continuamente está elaborando.

A apresentação de tantos conhecimentos lado a lado (...) há de necessariamente despertar o gosto pela viagem. (...) [Não] pretendemos (...) deixar (...) no cérebro do leitor (...) uma aglomeração de elementos estranhos, desconexos e confusos. (...) Desenharemos um grande quadro (...). (*Revista Popular de Conhecimentos Úteis*, n.º 1, 3 de junho de 1888, pp. 1-2)

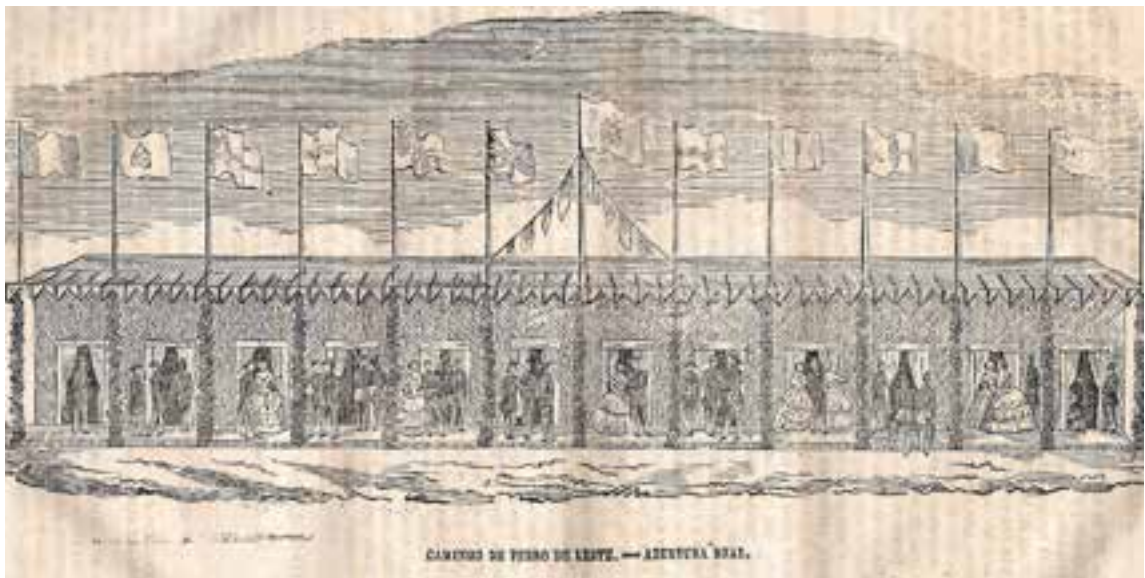
Segundo os promotores da nova publicação, era, pois, na variedade de conteúdos que estava a chave do sucesso, mas desde que se salvaguardasse sempre a apresentação contextual “do grande quadro” em que os factos isolados ganham sentido. No entanto, essa intenção não passou disso mesmo. Na verdade, na *Revista Popular de Conhecimentos Úteis* os factos foram apresentados autónoma e desconexamente, como itens de um cardápio. No primeiro número, por exemplo, o leitor poderia saltar de um artigo sobre o espaço, para outro sobre o ar líquido engarrafado e as suas potenciais aplicações à refrigeração, parando o olhar num outro sobre a indústria de leite da Dinamarca, noutra ainda que sustentava a existência de uma linguagem das moscas, ainda noutra que sustentava que os lagartos vocalizavam um som similar ao pio dos frangos, e em textos que abordavam assuntos tão diversos como os sistemas monetários, a voz dos surdos-mudos, a forma de limpar espelhos, os pombos-correios, o tigre, a navegação aérea, as cebolas do Egipto, a população do globo, a dificuldade de digestão do leite de vaca, o relógio elétrico, receitas para fazer desaparecer manchas na cara, uma biografia do político britânico George Hamilton Gordon, o que fazer no caso da ingestão acidental de agulhas e alfinetes, provérbios e uma receita de sopa de cevadinha à jardineira. Um caleidoscópio de assuntos que permitia a quase todos os potenciais leitores, homens e mulheres, encontrarem temas que lhes interessassem.

1.3. As revistas ilustradas de informação geral híbridas

A partir de 1845, contaminadas pela importação de tendências jornalísticas que recolocavam a notícia no centro das preocupações jornalísticas e que alavancaram o (res)surgimento de uma imprensa noticiosa em Portugal²⁰, várias revistas portuguesas foram combinando

20 Simboliza-o o surgimento do *Diário de Notícias*, primeiro diário “industrial” português, que começou a ser publicado regularmente no início de 1865, apesar dos números-programa terem surgido no final de 1864; e o aparecimento do primeiro título designado *Diário Popular*, em 1866.

uma feição enciclopédica e recreativa, ou literária, com a abordagem verbal e iconográfica de assuntos da atualidade. Eram, pois, revistas híbridas que, apontando já para a atualidade, ainda apresentavam, predominantemente, conteúdos enciclopédicos, culturais e literários e recreativos, os mesmos que caracterizavam a geração anterior das revistas ilustradas. Mas essas revistas representam já um passo na direção das revistas ilustradas de atualidades, aliando uma leitura recreativa ou destinada à aquisição de conhecimentos gerais sobre o mundo (cultura geral) à difusão de algumas informações sobre assuntos de atualidade, tendo perdurado, em Portugal, durante a segunda metade do século XIX, até ao final da primeira década do século XX. As próprias revistas ilustradas enciclopédicas foram forçadas a adaptar-se, incluindo, ocasionalmente, informação de atualidade, conforme os exemplos seguintes, o primeiro de *O Panorama* e o segundo de *O Arquivo Pitoresco*:



No dia 29 de outubro do ano passado foi aberto à viação pública, com as cerimónias usuais em tais atos, o primeiro caminho-de-ferro em Portugal. O cardeal patriarca, (...) a (...) infanta D. Isabel Maria, o corpo diplomático, os altos funcionários e grande concurso de povo já se encontravam reunidos na estação de Santa Apolónia, que é onde em Lisboa principia a linha, quando, às 11 horas da manhã, chegou (...) el-rei (...) D. Pedro V, acompanhado do seu (...) pai, princesas e infantes. Foram recebidos no pavilhão, onde havia três compartimentos ricamente armados: um para a família real, outro para o cardeal e clerezia e o último para o corpo diplomático e corte. Ao lado (...), fora da estação, havia um grande anfiteatro toldado para os convidados. Deu-se princípio ao ato pela bênção das locomotivas, que entraram na estação cada uma por sua vez (...). Então o cardeal, tomando o hissope, aspergiu-as, deitando-lhes a bênção. Finda a cerimónia, duas delas foram engatadas no comboio, que se compunha de dezasseis carruagens, indo na do centro a família real e na primeira

a guarda real dos arqueiros. Meia hora durou a viagem do primeiro comboio de Lisboa até ao Carregado. Três quartos de hora depois partiu o segundo comboio, composto de nove carruagens, levadas por uma só locomotiva, conduzindo acionistas e convidados.

No Carregado houve um banquete volante, no pavilhão que para esse fim se preparou na estação provisória. Este pavilhão acha-se representado na gravura que hoje publicamos.

Pelas quatro horas e meia da tarde, regressou à capital o comboio real e às dez da noite o resto dos convidados já se achava em Lisboa (...). Em todas as povoações do trânsito foram recebidos os comboios, acudindo o povo à linha, percorrida com músicas, girândolas de foguetes e arcos triunfais. (*O Panorama*, série 4, vol. XIV, n.º 7, 14 de fevereiro de 1857, pp. 49-50)



O fogo da Boavista. — Desenho de Nogueira da Silva. — Gravura de Coelho.

Na noite de 9 de novembro do ano que findou, um pavoroso incêndio (...) rebentou à Boavista, numas carvoarias, estância de madeira e oficina de ferreiros que existiam por detrás da grande estância do Sr. Tomás Gomes & C.^a. (...) Seria meia-noite quando fumo e intenso clarão (...) denunciaram o perigo (...). Soltam-se gritos, tocam-se apitos, chegam os primeiros socorros (...). Por momentos se julga este [incêndio] dominado e salvos, portanto, a grande estância e o prédio onde existia a tipografia do *Arquivo*. Mas a água falta (...); o vento (...) anima de novo as chamas, que atacam um tapume improvisado, passam ao telhado e queimam o madeiramento. E este, abatendo inflamado sobre as pilhas de madeira (...), torna geral o incêndio (...). Dois bombeiros caem das janelas,

sufocados, e ficam feridos. (...) Às três horas da manhã, prédio e estância estão envoltos (...) numa pirâmide de fogo (...) e às quatro da manhã são apenas ruínas (...).

Não foram diminutas nem menos notáveis as perdas que este grande incêndio causou. Felizmente, a grande estância e a tipografia tinham segurado parte do seu material. A tipografia acha-se montada de novo, para o que muito concorreu a prontidão dos seguros e os valiosos serviços do Instituto Industrial, que generosamente se prestou a restaurar prelos e máquinas, exigindo apenas os salários dos operários. (...) Comprou-se um prelo mecânico expressamente para o nosso jornal, cujo primeiro volume se começou já a reimprimir, e o *Arquivo* continua hoje com a mesma regularidade e notáveis melhorias (...). (*Arquivo Pitoresco*, vol. II, n.º 19, novembro de 1858, p. 145)

O quadro 2 revela que a primeira das revistas ilustradas portuguesa que se pode considerar como híbrida, já que, além dos conteúdos culturais e literários prestava alguma atenção à atualidade, foi *A Ilustração: Jornal Universal*, fundada em 1845 (1845-1846). Foi sucedida por *A Ilustração: Periódico Universal*, em 1852, por *A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal* (1856-1859) e por outras publicações que se podem enquadrar no mesmo modelo cultural e literário temperado pela cobertura da atualidade, como a primeira revista intitulada *A Ilustração Portuguesa* (1884-1890) e a *Serões* (1901-1911).

Muitas dessas revistas híbridas intitulavam-se “ilustrações”. As “ilustrações” antecederam a era das revistas de fotojornalismo e das *newsmagazines*. A denominação foi induzida pelo exemplo estrangeiro, nomeadamente da revista francesa *L’Illustration*. O termo conotava-se quer com o recurso à imagem — i. e. à ilustração — como fonte de informação e de conhecimento, quer com o processo de enriquecimento cognitivo pessoal (a imprensa deveria servir para a formação de indivíduos *ilustrados*).

O quadro 2 desvela, ademais, que a reprodução direta de fotografias na imprensa começou, em Portugal, nesta segunda geração de revistas ilustradas, com o pioneirismo a pertencer à *Revista Ilustrada*, em 1890.

A periodicidade mais frequente entre estas revistas foi a semanal, mas também houve revistas quinzenais e mensais.

Quadro 2

Principais revistas ilustradas híbridas.

Título	Anos de publicação	Local de edição	Preço (inicial)		Dimensões (cm)/área da página (cm²)	Páginas	Periodicidade	Forma dominante de ilustração
			Exemplar	Assinatura anual				
A Ilustração: Jornal Universal	1845-1846	Lisboa	30	1440	27,5x37 1018	16	Mensal	Gravura
Promotores: António Augusto Teixeira de Vasconcelos (proprietário e redator principal).								
<i>A Ilustração: Periódico Universal</i>	1852	Lisboa	80	1440	20x31 620	8	Quinzenal	Gravura
Promotores: Aguiar Viana (editor e proprietário).								
A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal	1856-1859	Lisboa	120	3600	27x39 1053	8	Semanal	Gravura
Promotores: António José Fernandes Lopes (editor e proprietário — também era proprietário d’ <i>O Panorama</i> à mesma época), Luís Augusto Rebelo da Silva (editor)								
<i>Ilustração Portuguesa</i> [1ª revista]	1884-1890	Lisboa	30	1560	21x31 651	8	Semanal	Gravura
Promotores: Grupo do <i>Diário Ilustrado</i> , órgão do Partido Regenerador. Não teve um diretor ou editor assumido, mas terá sido Pedro Correia da Silva a exercer este papel.								
<i>Revista Ilustrada</i>	1890-1892	Lisboa	120	2880	28,8x39,2 1129	12	Quinzenal	Gravura Fotografia
Promotores: Mariano Level (proprietário) e António Maria Pereira (proprietário e gerente).								
<i>Revista Moderna: Magazine Ilustrado</i>	1895-1897	Lisboa	80	3200	17,5x24,1 422	12	Semanal	Gravura Fotografia
Promotores: Emídio Monteiro (diretor).								
<i>Gazeta Ilustrada</i>	1901	Coimbra	50	2080	24x33 792	8	Semanal	Gravura Fotografia
Promotores: António A. Da Costa Ferreira, J. J. d’Oliveira Guimarães, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (redatores principais) e Carlos d’Almeida (secretário da redação).								
<i>Serões</i>	1901-1911	Lisboa	200	2200	16,1x23,3 375	80	Mensal	Fotografia
Promotores: Adrião de Seixas (diretor), Tomás Rodrigues Matias (editor); Henrique Lopes Mendonça (segundo diretor), Eduardo Noronha (terceiro diretor), António Sérgio de Sousa (último diretor). Edição da Livraria Ferreira e Oliveira.								
<i>Passatempo</i>	1901-1904	Lisboa	30	1000	18x23,5 423	16	Quinzenal	Fotografia
Promotores: Joaquim Monteiro Cantarino (editor) e Rui Barbo (redator principal).								

Fonte: elaboração própria.

O quadro 2 documenta que Lisboa, além de capital do reino, foi também a capital das revistas ilustradas de informação geral híbridas do período monárquico, com uma exceção.

Quanto às estampas, chama a atenção o facto de, a partir da década de 1840, a litografia ter deixado de ser um recurso corrente da imprensa ilustrada, apesar de, ocasionalmente, fazer o seu aparecimento, como encarte. Aliás, a cromolitografia, nessa altura, ainda era o principal dispositivo que permitia a inclusão de imagens coloridas na imprensa, mesmo que sob a forma de encartes. As gravuras (algumas elaboradas a partir de fotografias), por seu turno, tornaram-se, nitidamente, o meio privilegiado para a veiculação de informação gráfica, mas a fotografia tornou-se habitual nas páginas das revistas ilustradas a partir da última década

do século XIX²¹, graças aos avanços nas técnicas de impressão de imagens. A fotografação, o meio-tom (também conhecido por meia-tinta, trama ou *halftone*) foram processos rapidamente adotados em Portugal.

Os preços destas revistas continuavam, por seu turno, a ser muito variados. Algumas chegaram a atingir o preço de 120 réis por exemplar avulso, o que as colocava na faixa dos produtos de luxo, acessíveis, somente, a uma elite. Mas as últimas delas, na cronologia, parecem apontar para um preço médio numa faixa entre 30 e 50 réis. Por comparação, o preço habitual do *Diário de Notícias*, que, no final do século XIX, era o principal diário português, era de somente 10 réis (os jornais diários tinham diminuído de preço nas décadas finais do século XIX, já que, cada vez mais industrializados e encarando, crescentemente, o jornalismo como um negócio de produção e venda de notícias de interesse geral e não como um meio de arregimentação política, obtinham a maioria das suas receitas da captação de anúncios publicitários — a notícia era a mais-valia para a captação de publicidade).

Documenta, também, o quadro 2, que entre as revistas ilustradas híbridas não existiu uma tendência clara para a adoção de um formato, nem para a inclusão de um número determinado de páginas, nem sequer para uma política de preço, mas estas revistas tiveram, normalmente, páginas de dimensão superior às da primeira geração, apresentando, nos casos de *A Ilustração: Jornal Universal* e da *Revista Ilustrada*, superfícies superiores a 1000 cm². Parece desenhar-se nestas publicações ilustradas, contudo, uma certa tendência para a redução da dimensão das páginas, quando se comparam as revistas mais recentes às mais antigas, mas a variedade continuou a ser a norma. Por comparação, os jornais cresciam em dimensão, sendo, no final do século XIX, já comuns os formatos *broadsheet* (cerca de 1500 cm² de área de página) e o grande formato (cerca de 3000 cm²). As revistas encontraram, pois, na dimensão das páginas (menores do que as dos jornais) um elemento distintivo e identitário.

A Ilustração: Jornal Universal foi, em Portugal, a primeira das revistas ilustradas híbridas, situadas entre o modelo enciclopédico cultural e literário e as revistas de atualidades. Fundada pelo jurista, escritor, político e jornalista António Augusto Teixeira de Vasconcelos, em abril de 1845, contou com a colaboração de grandes nomes da literatura e do jornalismo da época, casos de Almeida Garrett (assinava A. G.), Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, Mendes Leal Júnior. José Osório e do jornalista Silva Leal, que assinavam os seus textos, marcando-os com a marca da *autoria*. O último número da revista data de setembro de 1846.

21 Recorde-se que o primeiro daguerreótipo traduzido para uma gravura de madeira em Portugal foi publicado na revista *O Panorama*, em 1841, e que algumas publicações tinham colagens de fotografias em papel albuminado. As primeiras reproduções fotográficas em publicações surgem, assim, em Portugal, logo nos anos 1860, com a *Revista Pitoresca e Descritiva de Portugal com Vistas Fotográficas* (1862), *Arquivo de Arquitetura Civil* (1865-1867), *Monumentos Nacionais* (1868) e *Panorama Fotográfico de Portugal* (1869-1874).



Figura 27
 Capa do primeiro número da revista
A Ilustração: Jornal Universal.
 Fonte: reprodução do original.

No primeiro número de *A Ilustração*, Teixeira de Vasconcelos, seu proprietário e redator principal, no texto de apresentação do novo projeto jornalístico, publicado no primeiro número da revista, datado de abril de 1845, escrevia o seguinte:

A Ilustração

Quem não sabe que é antigo este modo de escrever pintando, de escrever pondo ao pé da descrição, ou da reflexão. O próprio objeto dela?

A carestia das gravuras em cobre e em aço, e a comparativa imperfeição das litografias de pequenas dimensões, fazia com que raros livros fossem auxiliados com este belo ornato. A gravura em madeira, talvez anterior à própria invenção dos tipos metálicos, ainda no princípio do século XVIII era tolerada, apesar de grosseira e rude como o era. Mas não soube ou não pôde nunca seguir o progresso das outras gravuras, e morreu (...).

Nestes últimos anos, porém, tem sido tal o impulso dado a todas as artes que essa própria ressuscitou e se aperfeiçoou admiravelmente. E fiel à sua primeira instituição, veio logo em ajuda da

tipografia. Às obras de imprensa executadas, assim, com o auxílio recíproco das duas artes chamam *ilustradas*, isto é, cujo texto é esclarecido pela viva representação das coisas que trata (...).

A *Ilustração* é principalmente feita para poupar o trabalho de imaginação dos seus leitores. Todo o facto natural, toda a cerimónia pública, toda a personagem célebre, todo o objeto da natureza ou de arte que valer a pena ser conhecido será representado diante dos nossos leitores como se um imenso telescópio lho trouxesse ao pé desde os mais remotos confins da terra (...).

Batalha que se vê, drama que se represente, monumento que se eleve, procissão que saia, coisa célebre enfim que se faça seja de que género for, e onde for, há de vê-la, há de assistir a ela conosco o público português.

E não ficaremos só nos grandes assuntos. Queremos que a *Ilustração* seja o jornal para todo o mundo, e que venha a ser uma biblioteca universal, uma enciclopédia popular das coisas contemporâneas.

As modas, tanto de vestuário como de mobília, estão também ao nosso alcance (...). A literatura, a poesia e as belas artes, (...) a música, a análise das obras novas ocuparão as nossas colunas também. É escusado dizer que chamamos em nosso auxílio o mais poderoso auxiliar deste século para todas as publicações literárias, isto é, o romance.

Contamos com a colaboração eficaz dos nossos mais distintos escritores (...).

Decerto não se pode exigir de nós que cheguemos já ao grau de primor e perfeição a que tem subido este género em Inglaterra e França e, sobretudo, na Alemanha, mas trabalharemos sempre com os belos exemplos que dali se veem defronte de nós. E se o zelo e a perseverança podem, como cremos que podem muito, se o público nos coadjuvar, conseguiremos aproximar-nos dos nossos modelos.

Neste número damos já, para andar na frente do nosso jornal, a vista de Lisboa, à imitação da *Illustration*, de Paris, e do *Illustrated London News*, de Inglaterra.

A cerimónia do batizado real (...) nos fornecerá ocasião de mostrar mais amplamente o que podemos e tencionamos fazer, dando uma vista geral do préstito e da pompa (...). (*A Ilustração*, n.º 1, abril de 1845, p. 1)

Que informações podem ser retiradas do texto programático d’*A Ilustração*?

1. A revista valorizava a informação visual, “feita para poupar o trabalho de imaginação dos seus leitores”;
2. Utilizava a xilogravura;
3. Tinha por referentes a *Illustrated London News* e a *Illustration*, mas advertia, realisticamente, o leitor de que a *Ilustração* portuguesa nunca teria a invejável qualidade destas suas congéneres estrangeiras. O título era compaginado com uma gravura alusiva a Lisboa, à semelhança do que acontecia na *Illustrated London News*, em relação a Londres;

4. A sua visão sobre o que poderia vir a ser a imprensa ilustrada era, ainda, associada ao modelo da imprensa enciclopédica: “queremos que *A Ilustração* (...) venha a ser uma biblioteca universal, uma enciclopédia popular das coisas contemporâneas”. No entanto, prometia que outros conteúdos, vinculados à atualidade, também seriam acolhidos nas páginas da revista (para agradar a públicos diversificados), tais como a moda, “tanto de vestuário como de mobília”, “as belas artes, (...) a música, a análise das obras novas”;
5. Publicava folhetins e outros conteúdos literários, para atrair leitores.

Mensal, cada número da revista *A Ilustração* tinha, normalmente, 16 páginas de cerca de 37 x 27,5 cm, dimensões que, à época, estavam acima da média, e era paginado a três colunas. A assinatura anual custava 1440 réis, a semestral custava 720 réis e a trimestral era oferecida por 360 réis. Avulso, cada número ficava por 30 réis. À semelhança do design da *Illustrated London News*, o título de *A Ilustração* associava-se a uma gravura da praça do Comércio, em Lisboa, opção que identificava a revista com a capital e lhe conferia um certo carácter alfacinha. Inseria um índice, intitulado *Sumário*, na primeira página. Curiosamente, esse sumário remetia, unicamente, para os conteúdos das primeiras páginas da revista, já que índices dos conteúdos subsequentes costumavam ser inseridos em páginas posteriores.

O primeiro número da revista *A Ilustração: Jornal Universal*, com somente quatro páginas, abria com “A Ilustração”, texto de apresentação ao público. Seguiam-se-lhe textos sobre o galego em Portugal; o primeiro capítulo do romance-folhetim “O Palácio do Diabo”, ilustrado; poesia; uma crónica teatral; a “Crónica lisbonense”, sobre assuntos da atualidade; e, por fim, um enigma pitoresco. O último número alinhava os seguintes conteúdos: uma crónica sobre o que acontecia em Lisboa; um capítulo de um folhetim, continuado de um número precedente; um texto sobre a obra *Amadis de Gaula*; um texto de pendor literário sobre “A fatalidade”; uma descrição do farol do Cabo Carvoeiro, com gravura; uma crítica à relação entre “Portugal e os escritores estrangeiros”; uma matéria sobre incêndios; poemas; a resolução do enigma pitoresco do número precedente; e um aviso sobre o final da publicação.

Outra “Ilustração” sucedeu-se na lista das revistas híbridas. Foi *A Ilustração: Periódico Universal*. Surgiu a 15 de janeiro de 1852, tendo desaparecido a 4 de outubro do mesmo ano. Revista quinzenal, de grande formato (cerca de 20 x 31 cm), publicada em sábados alternados, foi editada pelo tipógrafo e empresário de tipografia Aguiar Viana. Cada número tinha, habitualmente, oito páginas, paginadas a duas colunas. A assinatura anual custava 1440 réis, mas a revista não chegou a durar um ano. Por uma assinatura de seis meses, pagava-se 720 réis. Avulso, cada número custava 80 réis. A revista era grátis para os assinantes do diário *O Globo: Jornal dos Jornais: Publicação da Tarde*, igualmente editado pela Tipografia de Aguiar Viana.

O novo título parecia prometer: se houve uma *Ilustração: Jornal Universal*, doravante haveria uma *Ilustração: Periódico Universal*. A nova revista prometia ser *universal*, generalista e para

todos, como a primeira, com a qual parecia identificar-se. À semelhança da *Ilustração: Jornal Universal*, a nova revista também copiou o modelo de título da *Illustrated London News*, inserindo junto do título uma gravura do Rossio, em Lisboa, identificando a revista com a cidade.



Figura 28
Capa do primeiro número da revista *A Ilustração: Periódico Universal*.
Fonte: reprodução do original.

Ao apresentar-se publicamente, *A Ilustração: Periódico Universal* prometeu prestar atenção à atualidade e seguir, como outras, os modelos das duas mais importantes e famosas revistas ilustradas europeias daquela época: a *Illustrated London News* e a *Illustration*:

Obscuros e humildes operários, trazemos hoje mais uma pedra para o grande edifício literário (...). A pedra que trazemos (...) é o jornal *A Ilustração* — será, talvez acanhada na essência, mas é ancha nas formas (...). *A Ilustração* vai entrar em muitas casas onde a não esperam. É preciso que se dê a conhecer e explique as suas intenções (...).

A Ilustração é destinada a registar (...) os grandes acontecimentos da época (...) e formar um quadro vivo de todos os sucessos notáveis, de todas as catástrofes, de todos os inventos, de todas as descobertas, (...) todas as ocorrências importantes de que houver notícia (...).

Modelada sobre a *Illustration* (de Paris) e sobre o *London Illustrated News* [sic], procurará seguir, como estes jornais, a marcha dos factos e dos acontecimentos e pintá-los aos olhos dos leitores com toda a fidelidade e com a perfeição que lhe for possível chegar.

Este género de publicação é novo para Portugal. *A Ilustração*, portanto, não vem fazer concorrência aos seus irmãos jornalistas (...); não vem fazer concorrência aos jornais políticos, porque este jornal será absolutamente alheio a todo e qualquer assunto político. Registaré e pintaré os factos com toda a simplicidade. Na sua parte de notícias procura ser exactíssima. Na apreciação de obras dramáticas, na sua crónica teatral, conservará a maior imparcialidade.

Não se dobrará a rogos nem a empenhos, não se venderá, como escrava, ao poderoso, porque não a deslumbra o ouro. Tem amor ilimitado à sua liberdade e à sua independência e quer ajudar com a fronte erguida diante de todos (...).

Aparece porque deseja e espera ser útil (...). (*A Ilustração: Periódico Universal*, n.º 1, 15 de janeiro de 1852, p. 1)

Os conteúdos de *A Ilustração: Periódico Universal* assentavam num misto de enciclopedismo, literatura e atualidades, tal como acontecia com a maioria das publicações similares. O primeiro número, por exemplo, incluía os seguintes conteúdos: o texto de “Introdução”; a “Revista nacional” dos principais acontecimentos ocorridos no país nos últimos meses antes da publicação do primeiro número da revista; aforismos económicos; um texto sobre o uso de álcool como combustível de comboios; uma referência a livros publicados em 1851; um texto sobre o uso de eletricidade nas locomotivas; um provérbio; uma pequena biografia do militar e político húngaro Lajos Kossuth, ilustrada com retrato; uma peça ilustrada sobre máquinas de salvamento marítimo; o primeiro capítulo de um folhetim; a “Revista estrangeira”, com um resumo dos principais acontecimentos ocorridos fora do país; e uma anedota ilustrada.

Terceira revista desta lista, *A Ilustração Luso-Brasileira* foi feita para impressionar e conquistar, simultaneamente, o reduzido mercado periodístico português e o emergente mercado brasileiro. Semanal, vendida aos sábados, impressa na tipografia da revista *O Panorama*, em Lisboa, de grande formato (cerca de 27 x 39 cm), tinha, por norma, oito páginas, paginadas a três colunas, e surgiu no mercado a 5 de janeiro de 1856, por iniciativa do seu editor e proprietário António José Fernandes Lopes, tipógrafo e livreiro. Algumas das suas páginas eram exclusivamente reservadas às gravuras, o que devia provocar uma impressão forte nos leitores da época, decerto pouco habituados a que um periódico lhes oferecesse a possibilidade de *ver* o mundo com tanto detalhe. Procurou conciliar a atualidade com a literatura e o enciclopedismo de curiosidades, num modelo que se poderia traduzir por revista de amenidades.

Figura 29
 Capa do primeiro número
 de *A Ilustração Luso-Brasileira*.
 Fonte: reprodução do original.



Apesar de ser uma revista ilustrada, a *Ilustração Luso-Brasileira* ainda privilegiava o texto verbal à imagem, conforme é notório na primeira página do primeiro número (figura 29), na qual a única ilustração presente era a que ornamentava o título da publicação. Nessa imagem misturavam-se, simbolicamente, os escudos de Portugal e do Brasil e espaços urbanos das capitais dos dois países: Lisboa e Rio de Janeiro.

A qualidade gráfica pagava-se. A assinatura anual da revista ficava por 3600 réis, a semestral por 1920 e a trimestral por mil réis. Avulso, cada número vendia-se por 120 réis²². Após 1858, a assinatura anual, para os habitantes de Lisboa, ficava por 4 mil réis. O número avulso custava 90 réis, uma diminuição relevante de preço, certamente para aumentar a circulação. Para fora de Lisboa, a revista era expedida, franca de porte, contra o pagamento de 4300 réis anuais. A assinatura anual para o Ultramar e para o estrangeiro ficava por 5 mil réis.

22 Para se ter uma comparativo, um profissional liberal, como um advogado ou um médico, poderia ganhar, na mesma época, cerca de 80 mil réis por mês.

Os conteúdos repartiam-se pelos artigos de cultura geral (enciclopedismo), folhetim e outros conteúdos literários, curiosidades, crónica política e crónica semanal, entre outros. Em imagens e textos, esta *Ilustração* foi, entre as revistas ilustradas de transição, uma das que mais se devotou à atualidade, sobretudo durante o ano de 1857. Assim, no primeiro número, além do texto programático, a *Ilustração Luso-Brasileira* inseriu o primeiro capítulo de um romance-folhetim; poesia; uma crítica literária a um livro brasileiro; um texto sobre D. Pedro V, ilustrado com uma gravura do soberano; uma notícia ilustrada sobre a abertura de uma nova pinacoteca, em Munique; um artigo sobre literatura contemporânea; a crónica semanal sobre teatro; notícias da guerra da Crimeia (em fase de resolução), com retrato do príncipe Bebutoff, comandante das forças russas; notícia sobre a sessão solene de abertura das Cortes; noticiário diverso; informação (algo publicitária) sobre novos livros colocados à venda pelo editor da *Ilustração Luso-Brasileira*; expediente; e um enigma gráfico. No último número, que só tinha quatro páginas, o leitor encontraria uma crónica com notícias diversas da atualidade coeva; uma descrição de Nova Iorque; o último capítulo de um texto sobre as Cruzadas; um texto sobre os conflitos entre chineses e ingleses durante a 2.^a Guerra do Ópio; um novo capítulo do romance-folhetim em publicação (encerrou com a promessa de que a sua publicação continuaria, o que não veio a suceder); poesia; e a secção de expediente, na qual se anuncia o fim da revista.

O texto programático (designado “Introito”) com que a revista se apresentou ao mercado, assinado pelo político, jornalista e literato José da Silva Mendes Leal Júnior, propunha, num estilo dialógico, fazer do jornal “livro”, ou seja, fazer da *Ilustração* uma publicação que, emulando “as suas companheiras com o mesmo título que as outras nações têm adotado e feito prosperar”, trouxesse aos leitores de Portugal e do Brasil “a crónica ainda ardente das comoções, imediata”, mas “sem pretensões a uma gravidade doutoral”.

Garrida, apurada, amiga das modas (...), gosta de (...) coquetear (...). Mas também não se exime da sisudeza onde for precisa. Não é um ateneu; é um locutório. Mas um locutório que admite toda a prática decente. Quem quer passa, deita os olhos, entra, conversa, e, se leva alguma coisa para meditar, é comodamente reclinada em regaço voluptuoso, e (...) envolta (...) de (...) imaginação. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, n.º 1, 5 de janeiro de 1856, p. 1)

Por outras palavras, Mendes Leal Júnior pretendia fazer da *Ilustração Luso-Brasileira* não um jornal, estritamente falando, mas um jornal que fosse livro, que ocupasse esse território entre o jornal e o livro. Seria, pois, uma *revista*, palavra que já tinha entrado no léxico nacional²³ e que poderia ter sido usada com propriedade pelo autor do “Introito” da *Ilustração Luso-Brasileira*. Uma publicação leve, para ser lida com deleite, abrangente nos conteúdos

23 Já existiam publicações como *A Revista* (1833), *Revista Estrangeira* (1837), *Revista Teatral* (1839)...

(uma *magazine*), cuidada, não diária, mas orientada para a atualidade, para a “crónica (...) imediata” (à qual subjaz a ideia de *interpretação da atualidade*), e que, graficamente, fosse capaz de despertar a “imaginação” do leitor.

Na última página do primeiro número surgia o seguinte aviso: “A revista que havíamos feito dos jornais científicos (...), tivemos de a retirar por falta de espaço; outro tanto aconteceu com a parte destinada ao (...) comércio e indústria”. Oito páginas não eram, pois, suficientes para acolher todos os conteúdos que se desejavam...

Lê-se ainda nesse aviso:

No prospeto que fizemos (...) circular, declarámos que ficavam francas as colunas da *Ilustração* a todos os que cultivassem as letras, assim em Portugal como no Brasil, pois que este periódico é destinado a viver para ambos os países, (...) tão irmãos (...), agradecendo já a todos os escritores distintos que se dignaram espontaneamente a prestar-nos a sua coadjuvação, sem a qual nos seria impossível fundar e muito menos sustentar um hebdomadário da categoria da *Ilustração Luso-Brasileira*. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, n.º 1, 5 de janeiro de 1856, p. 8)

Assim sendo, fica a saber-se que, efetivamente, a revista fazia justiça ao título, já que era feita para ser vendida, simultaneamente, em Portugal e no Brasil, aceitando, em contrapartida, colaborações espontâneas de literatos dos dois países. E logrou obtê-las. A partir de 1 de março de 1856, durante alguns números, a primeira página da revista mencionou os principais colaboradores, encontrando-se entre eles Alexandre Herculano, Oliveira Marreca, A. de Serpa, Lopes de Mendonça, Ernesto Biester, Francisco Gomes d’Amorim, Francisco Pereira d’Almeida, Bordalo, Francisco Romano Gomes Meira, Latino Coelho, Andrade Ferreira, Mendes Leal, J. de Torres, Filipe Leite, L. A. Palmeirim, Bulhão Pato e Rodrigo Paganino. Tornou-se diretor, a partir do oitavo número, Luís Augusto Rebelo da Silva, conforme anúncio publicado na última página do número anterior (Vol. I, n.º 7, 16 de fevereiro de 1856, p. 56). Entre os gravadores e desenhadores que assinam as gravuras encontravam-se Vidal Júnior e Coelho Júnior.

No número 25, de 21 de junho de 1856 (p. 208), a revista mencionava os nomes dos correspondentes (possivelmente também revendedores), muitos deles no Brasil: A. R. da Cruz Coutinho, no Porto; A. J. Pereira, em Coimbra; Manuel José Ferreira, em Penafiel; Maximiliano Dias de Castro, em Setúbal; António José de Araújo, na Madeira; M. C. de Albergaria Vale, na ilha de São Miguel, e J. M. de Mesquita Pimentel, na ilha Terceira, nos Açores; Manuel José Vieira da Costa, no Rio de Janeiro; Miguel José Alves, em Pernambuco; Rodrigo José Ferreira Guimarães, na Bahia; J. A. da Silva Guimarães, no Maranhão; Joaquim José de Oliveira, no Ceará; e Manuel Gomes de Amorim, no Pará.

Pragmática e programaticamente, a revista alinhava pela independência face aos partidos, facto que é vincado na abertura da coluna de “Noticiário” do n.º 7 do primeiro volume:

As questões políticas do nosso país que nos parecem impróprias de um jornal da natureza do nosso, desmerecem, além disso, pelo atraso e forçosa restrição com que são publicadas. Daremos d'ora avante só as que se referirem a assuntos económicos ou factos de grande vulto que possam referir-se singelamente. (*Ilustração Luso-Brasileira*, n.º 7, 16 de fevereiro de 1856, p. 56)

O ambicioso projeto editorial materializado na revista *A Ilustração Luso-Brasileira* não teve vida fácil. A 27 de dezembro de 1856, a revista foi forçada a suspender a publicação, explicando, na última página, as razões da decisão: “Muitas razões ponderosas, e entre elas a falta de papel, obrigam o editor da *Ilustração* a suspender, por ora, a publicação deste semanário.” Mas a verdadeira razão talvez se devesse à falta de receitas das assinaturas, já que o editor, ao longo do ano, teve de instar por várias vezes os subscritores da revista a pagarem os montantes contratualizados (n.ºs 11, 12, 14, 15, 28 e seguintes de 1856).

Depois de um ano de interrupção, a revista voltou a circular a 2 de janeiro de 1858, mantendo-se em publicação por mais dois anos. A justificação foi dada na “Introdução” ao segundo volume, publicada na primeira página do número um, um texto muito diferente, no estilo, ao “Introito” com que a revista se tinha apresentado aos leitores, no início de 1856:

Reaparece a *Ilustração Luso-Brasileira*. (...) Motivos estranhos aos desejos e sacrifícios do editor, nascidos unicamente da falta de condigna retribuição por parte de alguns correspondentes do jornal, foram a causa, por imperiosa necessidade de regularizar as suas contas, de meter de permeio este longo prazo, a fim de obter a entrada das quantias em débito, assegurando ao mesmo tempo a cooperação de novos assinantes, que de bom grado acederam ao nosso convite, prestando-se a concorrer para esta obra que reapertando entre os dois hemisférios onde se fala a língua portuguesa, os laços fraternos de uma comum origem, cimenta nas sólidas bases da instrução o mútuo comércio que pode tornar ambas as nações prósperas e felizes (...).

Outra razão havia também (...) para a sua reaparição. Os nossos antigos assinantes tinham sentido o vácuo que esta desapareição de um ano deixou nas letras, e medindo o alcance do jornal pela latitude que nele se dava às matérias instrutivas e de recreio, que a pena dos nossos mais hábeis escritores aqui sustentava com aquela reputação que os seus nomes já ganharam, previam no futuro uma época gloriosa para a nossa empresa — época que nada deixaria a desejar no confronto com as outras publicações estrangeiras da mesma natureza, onde o progresso também foi lento, mas que hoje atingiu o grau de perfeição a que a gravura e a tipografia, cumulativamente, podem chegar. Desta íntima convicção que estava em todos os nossos subscritores; deste desejo de glória nas artes pátrias, nasceram as muitas instâncias feitas ao editor para continuar o jornal (...).

Não podíamos (...) deixar de ser gratos (...) e de mais nos estimulava o incentivo que esta publicação pode dar à gravura de madeira, que tem atingido entre nós um grau de perfeição relativo às poucas publicações que temos de semelhante natureza [nota: provavelmente, referir-se-ia ao *Arquivo Pitoresco* e ao *Panorama*, já que este último periódico foi publicado até ao final de 1858, reaparecendo em

1866]. As acanhadas dimensões dos hebdomadários ilustrados que se publicam no reino, não oferecendo, pelo pouco e insignificante número de gravuras que podem conter, um prospeto de garantia à existência do gravador, afastam muitos desta aplicação para se entregarem a outros mesteres donde lhes resulte a subsistência (...). *A Ilustração*, pelas suas largas dimensões, carecendo de gravuras numa extensa escala, emprega os artistas que contamos entre nós. (...) Associados aos gravadores, vêm imediatamente os desenhadores para os quadros, paisagens e monumentos da nossa terra, que nas proporções do jornal encontram poderoso meio de reprodução das suas obras e digna galeria (...). O jornal vai primar na reprodução fiel das melhores gravuras estrangeiras, para o que já contratou os respetivos clichés; na escolha dos nossos (...) panoramas (...) e (...) personagens; na descrição artística dos povos do globo, suas cenas, costumes e trajares, suas cidades e monumentos (...). Quanto à parte literária, este hebdomadário já demonstrou que os nomes de maior crédito entre nós figuram na sua redação (...). Formando-se, porém, (...) auspiciosos talentos (...), a *Ilustração* lhes franqueia as suas portas (...). Nesses (...) teremos (...) de atender à moralidade do assunto, que seja estranho à política (...). Haverá também extremo cuidado em não reproduzir artigos que noutra qualquer semanário do país já se tenham impresso, como infelizmente tem acontecido (...), (...) e (...) pedimos também aos nossos colegas que nos respeitem nosso direito de propriedade. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, vol. II, n.º 1, 1858, p. 1)

É relevante, no texto anterior, a confissão de que os problemas financeiros que motivaram a interrupção da publicação da revista se terão devido a falta de pagamento dos agentes que a distribuíam; a ênfase concedida ao carácter ilustrado da publicação e à utilização da gravura de madeira; o carácter apolítico da revista; e o respeito pelo direito de propriedade intelectual, que, nitidamente, ao tempo não era respeitado.

No segundo número de 1859, datado de 15 de janeiro, inclui a revista o anúncio de que a Sociedade Madrépora [Madre Pura, no original], uma organização benemérita de portugueses imigrados no Brasil, igualmente responsável pelo êxito (e pelo fim) da revista *Arquivo Pitoresco*, tinha adquirido duzentas assinaturas da *Ilustração Luso-Brasileira* para distribuição por professores, iniciando a publicação da lista dos docentes a quem a revista tinha sido enviada (p. 16). Mas essa iniciativa não terá sido bem entendida por todos os destinatários, provocando o seguinte esclarecimento:

Tendo a administração deste jornal recebido de alguns professores cartas em que pedem se suspenda a remessa do mesmo (...), em consequência de não estarem em circunstâncias de pagar, declaramos que não pedimos o importe da assinatura a nenhum dos professores a quem dirigimos o semanário, por já estar satisfeito pela sociedade Madrépora, do Rio de Janeiro, que tomou duzentas assinaturas da *Ilustração* para serem remetidas a 220 professores, a fim de premiarem o aluno que mais se distinguir nas respetivas escolas, como muito clara e explicitamente se achava exarado na circular que enviámos com o primeiro número. Portanto, esta administração continuará a

remeter os jornais para os professores escolhidos, declarando aqui que lhes não faz nenhum favor, porque cumpre o que ajustou; mas sente que uma circular *impressa* não fosse entendida por alguns dos mesmos professores. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, vol. III, n.º 10, 12 de março de 1859, p. 80)

A oferta da revista aos professores ainda provocou novos desentendimentos, pois a publicação, respondendo a dois professores, incluiu um novo aviso:

A administração deste jornal declara que o artigo inserto no número 10 do volume atual (...) não se referia (...) aos senhores Joaquim José de Moraes e Francisco Joaquim Guedes (...). Estes senhores viram a arguição onde só havia o *pensar* de não ter *sido entendida* uma circular *impressa* e redigida em frase clara e inteligível; mas esse mesmo sentimento não podia ter lugar em relação aos dois cavalheiros a que aludimos, porque em tempo competente, respondendo à circular, deram provas de terem perfeitamente entendido e compreendido o objeto de que se tratava. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, vol. III, n.º 15, 16 de abril de 1859, p. 120)

O último número da revista, datado de 31 de dezembro de 1859, só tinha quatro páginas. Nele, na última página, o proprietário despedia-se dos leitores, explicando que o fim da revista se devia a infortúnios da vida privada:

O editor e proprietário do jornal *A Ilustração Luso-Brasileira* previne os senhores assinantes que, em consequência do fatal golpe porque há pouco acaba de passar, com o falecimento da sua esposa, ficando-lhe oito filhos, o mais velho dos quais conta oito anos, suspende por algum tempo a *Ilustração* porque sendo, como pai, responsável pela educação de seus filhos, ou há de cuidar desse dever ou aplicar-se à direção do mesmo jornal. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, vol. III, n.º 52, 31 de dezembro de 1859, p. 412)

Durante a sua curta vida, a *Ilustração Luso-Brasileira* deve ter-se debatido com graves problemas de distribuição. Imputados aos correios, possivelmente esses problemas não seriam exclusivos da revista:

Tendo o editor deste semanário recebido grande número de cartas de senhores assinantes das províncias, queixando-se de que umas vezes o não recebem, e outras lhes é entregue quinze e mais dias depois da sua publicação nesta capital, declara o editor, em satisfação àquelas queixas, pedindo desculpas de não poder diretamente dirigir-se a cada um dos ditos senhores, que uma tal falta se deve unicamente atribuir-se aos correios (...) e não a ele, editor, que todos os domingos (dia imediato ao da publicação do semanário) manda lançar a horas competentes na caixa do correio geral os números respetivos tanto aos senhores assinantes do país como do estrangeiro (*A Ilustração Luso-Brasileira*, vol. I, n.º 22, 31 de maio de 1856, p. 176)

Quarta revista desta lista, a primeira revista que levou por título *Ilustração Portuguesa* surgiu em junho de 1884. Não teve, porém, qualquer relação com a futura *Ilustração Portuguesa* editada pela empresa do jornal *O Século*, a partir de 1903.

Esta primeira *Ilustração Portuguesa*, na verdade, foi editada pelo mesmo grupo do *Diário Ilustrado*, conotado com o Partido Regenerador. O seu editor e diretor terá sido o deputado Pedro Augusto Correia da Silva, editor do *Diário Ilustrado* e que, anteriormente, tinha fundado o *Correio da Europa* (1878-1922) e a revista *Portugal Pitoresco* (1883-1885).

De periodicidade semanal, essa primeira revista intitulada *A Ilustração Portuguesa* foi publicada regularmente até ao seu penúltimo ano de vida e irregularmente no quinto e último ano de existência²⁴, datando o último número de 6 de outubro de 1890. Cada número custava 30 réis e a assinatura anual ficava por 1560 réis. Podia assinar-se, igualmente, por seis meses (780 réis) ou por um trimestre (390 réis). O preço, efetivamente, era menor do que outras publicações concorrentes. *O Ocidente*, por exemplo, custava 120 réis, embora fosse quinzenal.

No número prospeto, lançado em junho de 1884, apresentava-se, assim, a nova revista:

Com o título de *Ilustração Portuguesa* vamos empreender uma publicação que será uma verdadeira maravilha artística e que ficará ao alcance de todas as bolsas (...).

Uma *ilustração* igual a todas as melhores do estrangeiro, com gravuras de primeira qualidade, elaborada pelos primeiros escritores, e vendida pelo módico preço de 30 réis semanais é um arrojo de tal ordem em *editoria* que só pôde ser realizado depois do estudo mais aturado e pertinaz.

Há perto de um ano e meio apareceu entre nós uma publicação intitulada a *Ilustração Ibérica*. Era feita em Barcelona, continha muitas gravuras primorosas, excelentes artigos, e oferecia-se ao público a 30 réis cada número.

Este milagre de barateza prometia arruinar os editores portugueses e todos se assustaram.

(...)

Esta concorrência com as nossas acanhadas publicações estava (...) dentro da lei, mas pareceu-nos pouco generoso que a rica e poderosa Espanha, aproveitando a semelhança das duas línguas, viesse desafiar o pequeno mercado de leitores portugueses, onde já tão estreitamente vivia o nosso mundo literário e jornalístico, e assustando-nos (...) procurámos (...) um meio de concorrência (...) e realizámos também hoje o prodígio.

Para este fim mandámos vir uma máquina especial da Alemanha; chamámos artista próprio; comprámos soberbos *clichés* nos primeiros centros: Paris, Londres e Berlim; acercámos-nos de um grupo de escritores notáveis e apresentamos hoje este prospeto anunciando o aparecimento da *Ilustração Portuguesa* (...), afirmando ao público que a nossa *Ilustração* em nada desmerecerá das mais perfeitas e completas.

24 Por ano, aqui, entenda-se o conjunto de 52 números que perfaziam um volume.

(...)

A *Ilustração Portuguesa* precisa, para viver, de muitos milhares de assinaturas. Contamos já com um grande número delas (...) do Brasil, e esperamos outras do nosso público (...). (A *Ilustração Portuguesa*, número prospeito, junho de 1884, p. 1)

Algumas ideias podem ser extraídas ou deduzidas do texto de apresentação:

1. Pretendia oferecer-se ao mercado uma revista ilustrada de qualidade, similar às melhores do estrangeiro (sempre a comparação!), mas também barata, o que exigiria uma gestão rigorosa e, acima de tudo, “milhares” de assinantes. Terá sido por este objetivo não ter sido atingido que a revista viria a sucumbir. A própria revista reconhece no texto que o mercado editorial português era exíguo, mesmo quando somado ao brasileiro, país onde também era distribuída (relembre-se, no entanto, que o Brasil, à época, já possuía revistas ilustradas).
2. Publicações estrangeiras, designadamente espanholas, conseguiam entrar no mercado português, dada a proximidade da língua (o mesmo sucede hoje).
3. Os promotores da revista não hesitaram em investir em equipamento tipográfico para poderem levar por diante o seu projeto. Mas também anunciaram que comprariam *clichés* a França, Alemanha e Inglaterra (em detrimento da produção nacional e própria de informação visual), quicá porque seriam “soberbos”.
4. Revistas como a *Ilustração Portuguesa* viviam da colaboração de “escritores notáveis” (poder-se-ia acrescentar, igualmente, os “artistas notáveis”), não de jornalistas-repórteres. Eram os “escritores notáveis”, “escritores de jornal”, uma espécie de “jornalistas por ocupação”, a dar importância e nível às publicações.

Quanto aos conteúdos, prometia-se o seguinte, no mesmo número-prospeito:

A *Ilustração Portuguesa* constará de oito páginas do formato deste prospeito medindo 22 por 32 centímetros²⁵, contendo, além de artigos (...), quatro gravuras, sendo duas de página inteira e duas de meia página, fora as vinhetas intercaladas no texto.

A parte literária compreenderá — Crónica — Pequenos romances — Descrição das gravuras — Artigos históricos comemorando os homens e os acontecimentos mais notáveis da história portuguesa

25 As páginas da revista medidas neste estudo mediam 21x31, mas é possível que o desfasamento se deva a eventual corte das mesmas durante o processo de encadernação, prática comum dos encadernadores, nomeadamente no passado.

— Poesias — Bons ditos — Charadas — Enigmas pitorescos — Problemas matemáticos e de xadrez, etc. (*A Ilustração Portuguesa*, número prospeto, junho de 1884, p. 1)

Folheando as páginas da revista, pode, efetivamente, deduzir-se que os seus editores procuraram ser fiéis ao seu programa editorial ao longo dos anos, mantendo uma certa regularidade na estrutura: crónica da atualidade; poesia, prosa, capítulos de folhetins e artigos diversos; rubrica “As nossas gravuras”, comum a outras publicações do mesmo tipo, na qual se davam informações sobre os assuntos evocados nas imagens ou se prestava informação complementar aos leitores; e no fim a secção “Em família”, com as habituais curiosidades, anedotas, enigmas, ditados, citações, conselhos, etc. dirigidos transversalmente a “toda a família”. *A Ilustração Portuguesa* desejava, como outras revistas ilustradas coevas, tornar-se uma revista familiar, ainda que os homens fossem os produtores hegemónicos do discurso e dirigissem a revista. Essa fidelidade ao programa, além do rigor e da honestidade, seriam a razão do sucesso da revista, no dizer dos respetivos editores, conforme regista a “Crónica” do número 52, de 12 de julho de 1886, subscrita, coletivamente, pela Redação, por ocasião da celebração do segundo aniversário da revista:

A Ilustração Portuguesa tem visto morrer (...) publicações da mesma índole (...). *A Ilustração*, sempre limpa de ódios e malquerenças, (...) continuou a seguir (...) o seu caminho (...).

Na vida (...) curta (...) deste semanário, entram, por certo, como fator de grande valia, as boas graças do público (...) desde o primeiro momento (...). Todavia, permita-se à *Ilustração Portuguesa* a imodéstia de confessar que uma grande parte do sucesso por ela alcançado é devida a si própria, ao (...) escrúpulo com que tem sabido cumprir o seu programa (...), à rigorosa (...) honestidade de palavra (...). (*A Ilustração Portuguesa*, n.º 52, 12 de julho de 1886, p. 1)

Comparando-se o primeiro com o último número da revista observa-se, efetivamente, a intenção de cumprir o programa original. O alinhamento dos conteúdos no número 1, datado de 1 de julho de 1884, foi o seguinte: crónica da atualidade; um texto de prosa literária “A elegia do piano”; um poema; gravuras artísticas (página inteira e dupla página); mais prosa literária e poemas; charadas, anedotas, enigmas, problema de xadrez; secção “As nossas gravuras”, que finaliza com uma nova gravura de uma mulher de Arouca (gravura de Pastor a partir de fotografia de Biel); para remate, um conselho de economia doméstica. Um pormenor. Nesse mesmo número escrevia-se na “Crónica”:

A Ilustração Portuguesa entra hoje no seu quarto ano de publicação. Quando ela se fundou, a tentativa de um jornal barato nas suas condições era um arrojo inaudito — hoje (...) sancionado pelo êxito.

(...)

Graças à mecânica e à química, tornou-se possível multiplicar até ao infinito (...) o jornal e, como

consequência disso, barateá-lo (...). Há muito que lá fora as ilustrações populares formam o mais culto prazer do povo; em Portugal data de poucos anos, e a *Ilustração Portuguesa* foi das primeiras a romper a marcha.

Orgulhosos da sua revista, para os editores da revista haveria, pois, depreende-se, um antes e um depois da *Ilustração Portuguesa*, uma “das primeiras” revistas ilustradas a revolucionar o seu segmento de mercado em Portugal.

Figura 30
Capa do número de 11 de novembro de 1889 da revista *A Ilustração Portuguesa*.
Fonte: reprodução do original.



O alinhamento dos conteúdos do derradeiro número, o 52.º do volume de 1888-1890, datado de 6 de outubro de 1890, foi o seguinte: primeira página com uma gravura do túnel ferroviário do Rossio, em Lisboa; crónica da atualidade; um conto; a letra de uma canção minhota; gravuras; um poema; um texto sobre a múmia de Cleópatra; gravura de dupla página; secção “As nossas gravuras”; notícia da tentativa de suicídio de uma família numerosa, em Paris (gravura alusiva publicada mais à frente); uma nota biográfica sobre o tenente Valadim (retrato publicado na última página); notícia de outro suicídio (gravura com o retrato

do suicida publicada na última página); uma receita para um doce; anedotas, resultados de enigmas, poesia; e excertos de livros.

Outra curiosidade. No primeiro número de 1888-1890 (a série de 52 números, efetivamente, apenas se concluiu a 6 de outubro de 1890), datado de 27 de agosto de 1888, fazia-se uma crítica bem-humorada às publicações congêneres que escreviam sobre o estrangeiro sem lá porem os pés, denunciando práticas corriqueiras das revistas ilustradas em Portugal:

A nossa *Ilustração Portuguesa* vai entrar no seu quinto ano de publicação.

Chamamos-lhe *nossa* familiarmente (...) porque a *Ilustração* não tem pretensões. Fia-se no julgamento do público, esse grande juiz implacável contra o qual se vão quebrar todos os reclamos balofos, todos os modelos de Paris, todas as graciosas mentiras, todas as promessas falazes.

Não, não prometeremos nunca o que não poderemos cumprir: nunca iremos a Londres, a Viena, a Bruxelas, a Berlim para deslumbrarmos *à volta* os nossos amáveis leitores com o que vimos nos livros de viagem. Quanto muito, iremos a Sintra, mesmo ao Bussaco, talvez às Caldas ver a fábrica do Bordalo. (...) E há tanto que ver no campo! (*A Ilustração Portuguesa*, vol. V, n.º 1, 27 de agosto de 188, p. 1)

Numa lista cronológica de revistas ilustradas de informação geral híbridas, o lugar seguinte pertence à *Revista Ilustrada*, que se assumia, no título, apropriadamente, como uma *revista*.

A *Revista Ilustrada* tinha grande formato (28,8 x 39,2 cm), doze páginas, paginadas a três colunas. Teve por proprietários Mariano Level e o editor e livreiro António Maria Pereira, gerente. Quinzenal, o primeiro número data de 15 de abril de 1890. O último, de 1892, não indica a data, mas é numerado: 60. Custava, por número, 120 réis, saindo a assinatura anual, em Portugal e ilhas adjacentes, 2880 réis, por 720 réis a semestral e por 240 réis a mensal. Possuía, caso raro entre as revistas lisboetas, sucursal no Porto.

Como outras publicações semelhantes da mesma época, a *Revista Ilustrada* seguiu, principalmente, uma linha editorial devotada ao que, hoje em dia, se consideraria cultura: literatura, belas-artes, teatro. No campo das belas-letas, a *Revista Ilustrada* publicava crítica literária, folhetins, poesia e prosa, incluindo crónicas sobre o quotidiano da época assinadas por nomes grandes da literatura portuguesa, tais como Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco e outros.

Pode apreciar-se a materialização da linha editorial da *Revista Ilustrada* atentando-se nos conteúdos disponibilizados no primeiro e no último número. O número 1 dessa publicação abria com um retrato de Antero de Quental, na capa; depois, no miolo, aparecia uma crónica literária; um apontamento biográfico sobre Antero de Quental; citações de escritores portugueses; um poema; uma referência às gravuras inseridas no número, com descrições detalhadas; a imagem de uma estátua recente; um *fac-simile* de uma carta de Antero; um conto; um excerto de uma peça teatral em cena, ilustrado com várias gravuras dos atores; uma

crónica ilustrada dos espetáculos teatrais; uma gravura de João Armando Pedroso de uma fotografia de Carlos Relvas de um lugar de Vizela; um texto sobre arte portuguesa; um fragmento de um romance; uma descrição de Vizela a partir das impressões de um viajante; uma gravura das cataratas de Paulo Afonso no rio São Francisco (Brasil); e uma crónica bibliográfica sobre obras editadas pela editora de António Maria Pereira. O número incluía, ainda, uma cromotipogravura de uma andaluza. Destaque, pois, para o facto de a revista publicar iconografia de grandes dimensões, alguma dela isolada nas páginas, opção que valorizava as imagens. Mas, com frequência, as imagens surgiam dispersas pela publicação, aparentemente sem critério, denotando uma quase total ausência de preocupação de casamento destas com as palavras.

O último número abria com uma gravura de Fialho de Almeida, da autoria de Manuel Diogo Neto, peça à qual se sucedeu a “Última crónica”, subscrita por Alfredo de Mesquita; uma autobiografia de Fialho de Almeida, ornamentada com a fotografia de um busto da República esculpido por Teixeira Lopes; um conto intitulado “De Ceuta a Évora; uma crónica de viagem escrita por Fialho de Almeida, no meio da qual surgiam imagens do rio Tejo, de um quadro, de Luanda e da igreja de Óbidos, dispostas sem critério; a conclusão das “Memórias do general barão Marbot” sobre a terceira invasão francesa a Portugal, no meio da qual surgiam, mais uma vez sem critério perceptível, gravuras alusivas a monumentos portugueses e ainda um quadro e uma gravura de um casebre perto de Pedras Salgadas; uma crónica impressiva da autoria de Trindade Coelho, ilustrada; uma crónica sobre uma viagem a Madrid; poemas; uma descrição de um lugar de Azeitão, no meio da qual surgia, a despropósito, uma gravura de Leça da Palmeira, gravada por Pastor a partir de fotografia de J. Ilharco; um texto de apresentação das gravuras; e a história de uma porta numa aldeia do Barroso, da autoria de Camilo Castelo Branco.

Os conteúdos da *Revista Ilustrada* não variaram muito, pois, do primeiro para o último número. A revista não enganava: era, assumidamente, uma revista cultural, predominantemente literária. Os acontecimentos da atualidade, embora, ocasionalmente, presentes na escrita, raramente constituíram uma preocupação gráfica dos editores dessa publicação. Mas a atualidade cultural (os teatros, as obras literárias e de artes plásticas recentes...) esteve sempre na mira dos editores.

Dado apostar quer na vulgarização cultural enciclopédica quer na cobertura da atualidade cultural, optando, ocasionalmente, pela cobertura gráfica da atualidade cultural coeva, classificou-se a *Revista Ilustrada* como uma revista ilustrada de informação geral híbrida.



Figura 31
Capa do primeiro número
da *Revista Ilustrada*.
Fonte: reprodução do original.



ALBERTO MESQUITA

Tal como outras revistas coevas, a *Revista Ilustrada* foi pensada para ser colecionada e encadernada, pois a numeração das páginas de cada volume anual é sucessiva e não por número.

No primeiro número não se encontra qualquer referência ao programa da nova publicação. Mas no último, na “Última Crónica”, Alfredo Mesquita escreveu, já em jeito de memória:

Apareceu (...) a *Revista Ilustrada*. Proprietários: Level e Pereira, gerente. Simultaneamente, dirigiam estes a parte literária. Alberto [o gravador Caetano Alberto] ficara encarregado da parte artística. A *Revista* apresentou-se sem programa, mas apresentou-se por forma a convencer as gentes de que os programas são bem dispensáveis quando se tem estabelecido um certo delineamento, ao qual obedecem sempre a feição e a execução do jornal lançado.

Tem vivido três anos a *Revista* (...). No dia, porém, em que os seus proprietários (...) acordaram na impossibilidade de conduzir a cooperação do público para conduzir ao desfogo o seu empreendimento — nesse dia decidiram eles pela preferência do desistir sobre a resolução do continuar (...). Na opinião de alguém, habituado a ouvir que Portugal e Brasil são países sem público para periódicos literários e artísticos e que cada esforço feito em semelhante sentido é baldado intento e louca

pretensão (...), a *Revista Ilustrada* desaparece “no momento em que a reclamam as necessidades da arte e da literatura desses dois países”. (*Revista Ilustrada*, n.º 60, 1892, p. 218)

O preço, o papel de elevada qualidade, os temas explorados, os colaboradores, as capas ilustradas, as reproduções gráficas de elevada qualidade, o apuro gráfico, indiciam que se tratava de uma revista direcionada para a elite letrada e endinheirada do país, maioritariamente concentrada em Lisboa, onde era editada, e no Porto, onde a *Revista Ilustrada*, como se disse, tinha representação.

A *Revista Ilustrada* atingiu uma elevada qualidade gráfica e foi nela que, no número 13, datado de 15 de outubro de 1890, na primeira página, foi publicada aquela que, possivelmente, foi a primeira fotografia diretamente impressa numa revista ou jornal em Portugal.

A *Revista Moderna: Magazine Ilustrado*, que se segue neste relato cronológico, foi a primeira revista portuguesa a autointitular-se “magazine”. Magazine é quase um sinónimo de revista, pois uma revista é uma publicação em que se *passa em revista* uma multiplicidade de assuntos, à semelhança do que acontece numa grande loja de departamentos²⁶, onde se vende uma enorme diversidade de produtos. No entanto, a revista tanto surge com o subtítulo *Magazine Ilustrado* como com o subtítulo *Semanário Ilustrado*.

Omissa quanto a tiragem e preços, a *Revista Moderna*, percebe-se pelo subtítulo e pelo preâmbulo, tinha periodicidade semanal. Trata-se de uma revista publicada entre 1895 e 1897, em Lisboa, que teve por diretor Emídio Monteiro. Custava a assinatura de 13 números 800 réis e de 26 números 1600 réis. Impressa na tipografia de Libânio da Silva, tinha por lema “bom senso e bom gosto”. Como outras do mesmo género, especializou-se em temas culturais — principalmente literatura e belas-artes — apesar de ser eclética e, até certo ponto, enciclopédica. No entanto, trazia notícias da atualidade teatral e literária. Assim sendo, classificou-se entre as revistas ilustradas de informação geral híbridas.

A *Revista Moderna* foi pensada para ser colecionada e encadernada. Em cada número (tipo fascículo), de 12 páginas, com dimensões aproximadas de 17,5 x 24,1 cm, paginada a duas colunas, a numeração das páginas continuava o número precedente. Somente examinando os exemplares de cada volume com atenção o leitor nota quando está perante um novo número.

No preâmbulo ao primeiro volume, escrevia-se, em nome da empresa editora, que a revista seria eclética. Os responsáveis da publicação também tinham clara consciência de que iriam lançar uma nova publicação num mercado já abastecido por outras publicações do género. Eis as suas palavras:

26 *Magazin*, em francês. Daqui deriva a palavra *magazine*.

Vimos (...) trazer a nossa quota parte de estudo, de ideias e de boa vontade ao concurso de interesses morais, intelectuais e materiais do nosso país (...).

A *Revista Moderna* também não vem preencher nenhuma lacuna: desde o *Panorama*, que ficou sendo o modelo nunca igualado, têm continuado até hoje a aparecer entre nós numerosas publicações (...) da índole da que começa a sua vida com o presente número (...). Não vamos, com efeito, fazer uma revista literária, nem artística, nem científica, nem industrial, nem de qualquer outra especialidade. A *Revista Moderna* quer ser tudo isso (...); mais explicitamente: uma revista de crítica e vulgarização, o *Panorama* como ele seria feito hoje, com a parte da atualidade mais desenvolvida.

As publicações deste género, de leitura variada e ao alcance da grande maioria dos leitores, têm-se desenvolvido constantemente, acompanhando o movimento progressivo das classes médias e populares para a conquista de todas as regalias outorgadas pela lei nas sociedades modernas. Algumas delas publicam-se a muitos mil exemplares e contam dezenas de anos de existência, formando hoje uma verdadeira enciclopédia (...), como por exemplo o *Magasin Pittoresque* e o *Musée des Familles* (...). Nós não podemos nem de longe contar com um êxito dessa ordem (...); o nosso mercado é insignificante (...). A *Revista Moderna* será, portanto, uma publicação (...) modesta (...) e (...) compreenderá as seguintes secções:

Atualidades: notas críticas sobre publicações, espetáculos, belas-artes, acontecimentos diversos;
Literatura: romances, novelas, contos, poesias e excertos dos principais escritores portugueses e estrangeiros, antigos e modernos;

Belas-Artes: crónica do movimento artístico no país, descrição e apreciação das principais obras de arte antigas e modernas de todos os países, biografias de artistas célebres;

Vulgarização: noções gerais de ciência ao alcance de todos; factos notáveis da história e descrição de vistas e monumentos, especialmente de Portugal e seus domínios; história natural, agricultura, jardinagem, desporto, indústrias e ofícios diversos, últimas descobertas das ciências e artes;

Variiedades: ecos e notícias, ditos e anedotas, curiosidades, conselhos e receitas, passatempos, física recreativa, paciências e adivinhas.

Daremos, pelo menos, duas ilustrações em cada número, por artistas portugueses e estrangeiros, de assunto variado, em harmonia com o texto, e mostrando o estado das artes da reprodução em diversos países da Europa e América (...).

Para seguir mais de perto os acontecimentos (...) fazemo-la semanal (...).

Todo o serviço de redação está a cargo de um pequeno grupo de escritores (...). Não solicitamos nem aceitamos colaborações (...). Dessa maneira ficarão os leitores mais bem servidos, certos de encontrar sempre na revista trechos escolhidos da obra de cada escritor em vez do bom e mau inevitável em revistas de colaboração pedida.

Como não pode deixar de ser numa publicação destinada (...) a ser um elemento de educação e recreio de todas as famílias (...), na *Revista Moderna* serão respeitadas todas as crenças e observado o mais escrupuloso decoro, sendo (...) banida das suas páginas a licença de expressões de que tantos escritores fazem hoje isca ao dinheiro do público (...).

Quanto à parte (...) material, fizemos todo o possível para que a *Revista Moderna* tenha um aspeto (...) atraente. Apesar do aumento de preço, preferimos papel estrangeiro, especialmente fabricado para ilustrações, antepondo, assim, o interesse dos leitores ao dos fabricantes de papel nacional, pois que este (...) tem pelo menos o defeito de não conservar igualdade nas suas qualidades, variando de tom de encomenda para encomenda. E não nos eximimos à despesa de uma capa ilustrada, desenhada pelo (...) pintor (...) António Beata, e que, além de ser uma bela obra de arte, tem a vantagem de resguardar os números da revista até irem para o encadernador. (*Revista Moderna*, n.º 1, 1895, p. 1)

Revelando o pensamento que presidiu às intenções dos criadores da *Revista Moderna*, o texto de preâmbulo, como um estatuto editorial:

1. Apontava *O Panorama* como modelo, afirmando-se como uma espécie de *Panorama* modernizado, que abordasse, também, a atualidade — ou seja, como uma revista de transição;
2. Realisticamente, indicava os constrangimentos do mercado editorial português, mas reconhecia que, no mesmo, coabitavam publicações similares;
3. Ao elencar as áreas sobre as quais a revista centraria a sua atenção, punha a *atualidade* em primeiro-lugar da lista, sem desconsiderar o carácter enciclopédico, literário e recreativo que também assumia;
4. Reconhecia que a iconografia era uma mais-valia, pelo que prometia ao leitor a publicação de pelo menos duas imagens por número, “em harmonia com o texto”, isto é, integradas no design (opção que outras revistas não seguiam).
5. Contrariando à política seguida por publicações da mesma índole, afirmava que a revista não seria um espaço de “jornalismo participativo”, não aceitando nem pedindo colaborações; pelo contrário, seria um produto de “um pequeno grupo de escritores”;
6. Afirmava que respeitaria “todas as crenças”, dentro do espírito de tolerância próprio das democracias formais;
7. Enquanto periódico familiar, prometia ser uma revista decorosa, rejeitando o sensacionalismo na linguagem que funcionava como “isca” para a compra de outros periódicos;
8. Admitia a relevância mercadológica, como elemento distintivo, do recurso a um bom papel, no qual fosse possível reproduzir imagens com boa qualidade.

No último número não há qualquer referência ao fim da publicação da revista, embora nas páginas extra-volume se encontrem referências a assinantes e revendedores que não pagavam as assinaturas ou não prestavam contas. Também aí se encontra um texto, tipo estatuto editorial, que reforçava os valores da revista, mas nele também salientava que esta se publicava “duas ou três vezes por mês”, em números de 16 páginas, a duas colunas:

A Revista Moderna é um periódico de crítica, vulgarização e recreio, destinado a todas as classes de leitores.

Procurando satisfazer as duas principais exigências do espírito humano — a curiosidade e a distração — e seguindo o antigo preceito (...) de juntar o útil ao agradável (...), dá nas suas páginas igual cabimento à crítica dos principais acontecimentos da vida intelectual portuguesa, à vulgarização das ciências e conhecimentos úteis e uma larga secção recreativa, compreendendo um romance ilustrado, novelas, contos, versos, curiosidades, anedotas e passatempos.

Nas colunas da *Revista Moderna* são respeitadas todas as crenças e observado (...) decoro (...).

Na sua crítica, a *Revista Moderna* defende (...) os interesses da verdade e da justiça e os preceitos do bom senso e do bom gosto (...).

A Revista Moderna publica-se duas ou três vezes por mês (...), em números de 16 páginas, a duas colunas, em magnífico papel, contendo três a cinco gravuras, e abrigados numa magnífica capa ilustrada. Cada volume compõe-se de 26 números e 440 páginas, contendo cem gravuras (...). (Revista Moderna, n.º 26, 1897, p. 440)

Uma amostra dos conteúdos da revista pode ser construída por meio de uma leitura diacrónica do primeiro e do último número. O número 1 abria com o “Preâmbulo” de apresentação da publicação; seguia-se-lhe uma pequena biografia de João de Deus, com retrato do biografado; a crónica teatral; uma matéria sobre a janela manuelina do convento de Cristo, em Tomar, ilustrada com gravura; poemas; uma peça de apresentação e crítica literária a várias obras recentes; um capítulo de um folhetim; mais poemas; e, no fim, uma advertência aos leitores: a revista aceitava o envio de “passatempos” (charadas, enigmas), desde que se prestassem à rima, isto é, surgissem “em verso rimado e bem medido” (a revista necessitava da colaboração espontânea dos leitores para o fornecimento de conteúdos, mas só aceitava matérias com qualidade literária).

O último número da publicação incorporava um texto, continuado de um número anterior, sobre “O pinheiro bravo”; outro sobre porcelanas orientais, ilustrado; um capítulo do romance “Ivanhoé”, de Walter Scott, ilustrado; poemas; a habitual apresentação e crítica de obras literárias recentes; um texto de crítica a outro autor; e finaliza com ditos e anedotas.

Na lista de revistas de informação geral ilustradas híbridas, a posição cronológica seguinte pertence a uma publicação coimbrã. Publicada, semanalmente, entre 29 de maio e 23 de novembro de 1901, em Coimbra, a *Gazeta Ilustrada: Revista Semanal de Vulgarização Científica*,

Artística e Literária foi, essencialmente, uma revista cultural amena. Marcada por um enciclopedismo tardio, concretizado numa miscelânea de conteúdos de literatura, belas-artes, ciências, curiosidades, passatempos e anedotas, prestou uma atenção somente pontual aos assuntos da atualidade, dentro das áreas que contemplava no título: ciências, artes e literatura.



Figura 32
 Capa do primeiro número da *Gazeta Illustrada*.
 Fonte: reprodução do original.

Os conteúdos da *Gazeta Illustrada* são suficientemente diversificados para justificarem a inclusão do periódico neste estudo, dedicado a revistas generalistas. Ainda assim, a publicação foi classificada entre as revistas híbridas, já que cobrir a atualidade não constituiu propósito central da publicação.

Uma ideia geral dos conteúdos da revista pode ser dada pela apresentação do primeiro e do último número.

O primeiro número abriu com o texto de apresentação da nova publicação, a que se seguiu uma biografia de Garrett (ilustrada com um retrato), um texto sobre o tratamento da tuberculose, uma peça sobre agricultura, um texto sobre aspetos de monumentos nacionais, ilustrado, outro sobre “Uma casa desmontável”, igualmente ilustrado, uma crónica científica sobre recentes descobertas e inventos, também ilustrada, um ensaio sobre pedagogia, um trecho de

uma novela, um texto sobre floricultura, uma pequena crónica sobre moda, a apresentação de um poema inédito, perguntas dos leitores, curiosidades, anedotas e passatempos. O último número inseriu, por ordem, os seguintes conteúdos: um texto apologético da vacinação obrigatória contra a varíola, uma peça sobre descobertas astronómicas recentes, uma matéria sobre esperantismo, um poema, um artigo sobre a arte e a vida, ilustrado com imagens de quadros, um capítulo de um folhetim epistolar, curiosidades, notícias diversas e passatempos.

Cada número, de oito páginas paginadas a três colunas, sendo a primeira sempre ilustrada com uma ou mais gravuras, tinha as dimensões aproximadas de 24 x 33 cm, sendo a numeração do volume sequencial, sinal de que esta *Gazeta Ilustrada* era produzida para ser colecionada e encadernada. A assinatura anual (52 números) custava, no continente e ilhas, 2080 réis; a semestral ficava por 1060 réis e a trimestral (13 números) obtinha-se despendendo-se a quantia de 550 réis. A assinatura para as possessões ultramarinas de Portugal tinha um preço de 3200 réis e para o Brasil ficava por 10000 réis. Não teve grande sucesso, pois a publicação findou menos de sete meses depois de iniciada, sem que a revista se tenha referido ao assunto. Teve por redatores António A. Da Costa Ferreira, J. J. d'Oliveira Guimarães e Joaquim Martins Teixeira de Carvalho. Carlos d'Almeida era o secretário da redação. O grupo de colaboradores incluía lentes da Universidade de Coimbra, profissionais liberais, historiadores e arqueólogos, cientistas, publicistas e escritores, entre outros intelectuais. Sobressaem nomes como António de Vasconcelos, Augusto de Castro, João da Câmara, Manuel Laranjeira e Trindade Coelho.

No primeiro número, num curto texto, a nova revista anunciava ao que vinha:

Não tem esta revista um carácter transcendente e exclusivista. Com ela queremos (...) concorrer (...) para a divulgação e generalização da moderna orientação científica, literária e artística, fornecendo semanalmente aos nossos leitores, numa leitura clara, simples e amena, o conhecimento de tudo o que, pela sua importância, atualidade e interesse, se torna necessário para a formação de uma cultura geral.

Neste propósito empenhados (...) afastaremos (...) todas as questões que pela sua índole se tornem irritantes, pelo seu carácter especulativo e árido inacessíveis, condensando tudo o que nos variados ramos da atividade do pensamento possa concorrer para instruir, educar, vulgarizar e recrear, que estes são os princípios informantes da nossa conduta, o alvo e a meta dos nossos esforços.

Jornais desta índole, ao contrário do que lá fora sucede, não existem no nosso país. A uma necessidade do meio corresponde, pois, a nossa empresa (...). (*Gazeta Ilustrada*, n.º 1, 29 de maio de 1901, p. 1)

O texto de apresentação da *Gazeta Ilustrada* reforça a ideia de que a revista não procurou ser mais do que uma revista elaborada para facultar uma leitura “clara, simples e amena”

e, como outras da mesma índole, promover a “cultura geral” dos leitores. Tratava-se, pois, de mais uma entre as revistas de amenidades publicadas em Portugal, tendo, porém, o interesse adicional de ter Coimbra como sede. A ambição era desmedida e retoricamente enunciada: queriam os responsáveis pela revista facultar ao leitor “o conhecimento de *tudo* [itálico nosso] o que, pela sua importância, atualidade e interesse, se torna necessário para a formação de uma cultura geral”.

A revista que merece as linhas seguintes destacou-se pela sua importância para a afirmação do fotojornalismo em Portugal. Intitulava-se *Serões*. Apareceu no mercado em março de 1901 e teve duas séries. A primeira série durou até dezembro de 1904, tendo por editor Tomás Rodrigues Matias e diretor Adrião de Seixas, que terá sido o inspirador do projeto; a segunda série, editada pelos editores-livreiros Ferreira & Oliveira Lda. (a partir de outubro de 1907, apenas Livraria Ferreira), foi publicada entre julho de 1905 e dezembro de 1911.



Figura 33
Capas de alguns números das duas séries da revista *Serões*
(a segunda série ostentava capas coloridas).
Fonte: reprodução de originais.

A revista *Serões* apresentou-se ao público num formato aproximado de 16,1x23,3 cm (cerca de 375 cm² de superfície), tendo, cada número, por norma, 80 páginas. O número avulso custava 200 réis, saindo a assinatura anual por 2200 réis. Era possível subscrevê-la por seis meses, custando, neste caso, a assinatura 120 réis; e por três meses, ficando a assinatura por 600 réis. Cada seis números perfaziam um volume, com índice e capa próprias — era uma revista concebida para ser colecionada.

No termo da primeira série, a revista inseriu o seguinte anúncio “aos leitores”:

Com a publicação deste número 24, completa-se o IV volume dos *Serões* e o último da série que a atual empresa iniciou. A publicação da segunda série terá por editor a Livraria Ferreira. A impossibilidade de manter, a saída dos números da revista, aquela periodicidade que foi prometida e a nosso pesar quase nunca cumprida, obriga-nos a entregar o encargo.

Não faltou (...) o favor e (...) acolhimento do público (...), do que dão (...) atestado os nossos registos de compradores, que se elevaram a alguns milhares (...).

(...) Feita com (...) cuidado (...), cumprindo o seu (...) programa de fornecer leitura variada e amena, conservando sempre o mais estrito recato na prosa e na ilustração para que pudesse ser recebida na família com confiança, a revista *Serões* iniciou o género *magazine*, que o público de todos os países tão calorosamente prefere na época presente, e [aproximou-se] (...) quanto soube dessas publicações estrangeiras, não só no texto, como na feitura material. (*Serões*, série I, vol. IV, n.º 24: dezembro de 1904, pp. III-IV)

Depreende-se, pois, desse aviso, que a periodicidade de saída dos números da revista, durante a primeira série, foi irregular; mas também se observa que a revista teve o favor do público, medido por vários milhares de compradores. Arrogava-se, também, a revista de ter inaugurado o género *magazine* em Portugal, apesar de revistas anteriores poderem também reivindicar essa condição (caso, nomeadamente, da *Branco e Negro*).

A revista teve por diretor, pelo menos a partir de 1907²⁷, o militar, historiador e dramaturgo Henrique Lopes de Mendonça, substituído, em 1910, pelo militar, jornalista e escritor Eduardo de Noronha. Também Noronha foi substituído, em 1911, pelo filósofo e político António Sérgio de Sousa.

Num tempo em que os grandes nomes das letras escreviam, sem exclusividade, para várias publicações, colaboraram com a revista *Serões*, entre outros, autores como Consiglieri Cardoso, Júlio Diniz, Albino Forjaz de Sampaio, Eduardo de Noronha, Bulhão Pato, Aquilino Ribeiro, António Arroio e Hipólito Raposo. Entre os fotógrafos que cooperaram com a revista, podem distinguir-se, por exemplo, António Novaes e José Artur Leitão Bárcia, um notável fotodocumentarista de Lisboa e um dos primeiros inovadores formais da fotografia nacional no início do século XX.

Como outras revistas da mesma época, a *Serões* incluía capa, expediente e anúncios publicitários antes dos conteúdos propriamente ditos. O primeiro número, por exemplo, apresentava a capa, com o sumário e uma ilustração de uma senhora a ler, deleitada, um periódico (poderia supor-se que seria a própria revista *Serões*); novamente o sumário e um calendário para 1901; o texto de apresentação ao público intitulado “Aos nossos leitores”; seis páginas de anúncios; e, por fim, o miolo, que continha as seguintes matérias: “A resgatar vidas”, sobre

27 A indicação do diretor passou a ser obrigatória pela lei de 11 de abril de 1907.

o Instituto de Socorros a Náufragos, ilustrada com reproduções de quadros alusivos ao tema; um artigo sobre o Cristianismo; o primeiro capítulo da crónica de viagem “De Lisboa a Moçambique”, de António Enes, ilustrada com fotografias e gravuras; um conto intitulado “Estava escrito... Cenas da vida americana”, ilustrado; um excerto de um poema; um artigo sobre telegrafia ótica, ilustrado; uma música (com pauta); o primeiro capítulo de um folhetim, ilustrado; uma peça sobre A Voz do Operário, ilustrada com fotografias; uma crónica sobre moda feminina, ilustrada com gravuras; e noticiário ilustrado — com gravuras e fotografias — da atualidade, no âmbito do suplemento “Variedades” (de papel de inferior qualidade e com numeração própria), onde também cabiam anedotas, passatempos, necrologia e cartaz dos espetáculos de teatro.

Os conteúdos do último número, datado de dezembro de 1911, provam que a revista não abandonou o seu figurino editorial: à capa, sumário e publicidade, seguia-se a reprodução de um quadro de Columbano de Cristo crucificado; uma crónica de viagem sobre uma visita a Cambridge, por Silva Teles, médico, académico e político, com um complemento sobre “a celebração científica de Darwin”; um artigo sobre turismo em Portugal; um apontamento biográfico sobre a figura lendária S. Frei Gil; a conclusão de um conto; uma descrição das casas americanas; um poema; atualidades de Portugal; a crónica dos teatros; e mais anúncios publicitários. No Expediente inseria-se um aviso aos assinantes para renovarem diligentemente as assinaturas, mas também o seguinte aviso: “A publicação dos *Serões* é interrompida neste número. Aos nossos assinantes que acaso hajam pago importâncias relativas a meses futuros, rogamos o obséquio de as reclamarem à Administração.”

Sem abandonar o seu perfil editorial, a revista foi melhorando o design, passando, nomeadamente, a incluir capas coloridas na II série, que se iniciou em julho de 1905 e tinha suplementos (*Os Serões das Senhoras*; *A Música dos Serões*). Curiosamente, para a segunda série, a revista organizou um concurso para a capa, conforme se noticia no primeiro número da mesma.

A *Serões* dirigia-se a “todas as classes da sociedade e a todos os membros da família” e, segundo o texto de apresentação aos leitores que antecede, no primeiro número, a revista propriamente dita, propunha-se, por meio de “processos modernos de ilustração capazes de cativar o espírito e de o entreter sem fadiga” e ocupando-se “dos mais variados assuntos que possam interessar todos os gostos e todas as predileções”, mas “sem pretensão literária ou educativa”:

Satisfazer, por forma agradável e económica, aquela intensa e útil curiosidade que na vida moderna nos leva a todos a procurarmos na leitura e pela estampa o conhecimento dos sucessos [acontecimentos] do mundo, das grandes questões da nossa época, das descobertas da ciência e de suas aplicações industriais, buscando ao mesmo tempo uma emoção consoladora da arte e uma distração para o espírito (...). (*Serões*, “Aos nossos leitores”, n.º 1, março de 1901, s/p)

Entre os objetivos confessos da revista, apontados no mesmo texto, inscreviam-se o propósito de “vulgarizar conhecimentos” sobre Portugal mas também sobre o “movimento internacional” e a “vida cosmopolita” para “formar um *memento* enciclopédico de atualidades”. Publicava desde artigos sobre etnografia, arte, literatura, ciência e tecnologia, inventos e descobertas, natureza às inevitáveis páginas sobre a atualidade. Teve mesmo uma secção intitulada “Atualidades”, que, em 1911, se converteu na rubrica “Pelo mundo fora”.

A *Serões* pretendeu ser, também, conforme o próprio título sugeria, uma revista para a família ler ao serão, no aconchego do lar. Continha desde contos infantis ilustrados aos já habituais conteúdos direcionados para o público feminino, que englobavam temas como modas e labores e economia doméstica.

A *Serões*, conforme já se fez notar, foi uma das publicações portuguesas que, no início do século XX, mais promoveu a fotografia, em particular a fotografia de carácter documental, que, na verdade, é uma forma de fotojornalismo. Ilustrando essa aposta, no n.º 3, de setembro de 1905, a *Serões* abriu um concurso fotográfico destinado a todos os leitores, que repetiria nos anos seguintes.

Finalmente, neste passo do estudo, uma menção à curiosa revista *Passatempo*, subintitulada *Revista Quinzenal Ilustrada*.

A *Passatempo* começou a publicar-se, simbolicamente, no dia 25 de dezembro de 1900, como um presente natalício oferecido ao público. De dimensões reduzidas (18 x 23,5 cm), cada número continha, habitualmente, 16 páginas, impressas em papel couché e abundantemente ilustradas com fotografias e outras imagens, incluindo gravuras, sendo, normalmente, paginadas a uma ou duas colunas, com variações, já que a largura das colunas podia adaptar-se às ilustrações. Editada em Lisboa, a revista teve por editor Joaquim Monteiro Cantarino e por editor literário António de Campos Júnior e era impressa na tipografia Progresso. Anunciava ter a “colaboração dos principais escritores portugueses”.

A revista é omissa na menção ao preço por número. Tal como à generalidade das revistas similares, interessar-lhe-ia, principalmente, conquistar assinantes. Os preços de assinatura, estes sim, são mencionados: um ano (24 números): 1000 réis; um semestre (12 números): 500 réis. Para a África Portuguesa, a assinatura pouco aumentava: 510 réis a semestral; 1050 réis a anual. Para o Brasil, ficava a assinatura anual (a única mencionada) por 1500 réis.

A *Passatempo* era uma revista de amenidades e curiosidades, uma revista de variedades, uma revista para distrair, para “passar o tempo”. Não era uma revista cultural, muito menos uma revista enciclopédica. Mas referia-se à atualidade social e dava um enfoque atual a assuntos diversos, razão pela qual pode figurar entre as revistas híbridas de informação geral ilustradas portuguesas. Com a passagem dos anos, evoluiu, mesmo, para uma revista com bastante espaço consagrado à cobertura gráfica da atualidade contemporânea (a partir de 1903 terá sofrido, como outras revistas semelhantes, com a hegemonia adquirida pela *Ilustração Portuguesa* no segmento das revistas ilustradas).

A administração funcionava nos armazéns Grandella, sua casa editora. Obviamente, incluía um vasto rol de referências a esta famosa casa comercial lisboeta. Estes armazéns financiavam e editavam a publicação.

Escrevia, ironicamente, Rui Barbo, no texto de apresentação publicado no primeiro número:

A qualquer um é dado empregar o tempo; mas só os espíritos superiores sabem passar o tempo. É coisa que não se aprende nos livros (...).

Uma das grandes dificuldades para as criaturas de bom gosto é passar o tempo agradavelmente (...). Passar o tempo é fazer ou não fazer qualquer coisa, mas sempre sem propósito nem obrigação; é variar de assuntos, de lugar, de pessoas, de coisas, mas sem intenção à ventura. É, principalmente, a sujeição a tudo o que for maçada e sujeição (...).

De acordo com os princípios expostos, o *Passatempo* não apresenta programa, porque o programa é sempre uma maçada incompatível com a nobre distração de passar o tempo. Se o *Passatempo* dissesse, como todos os jornais novos, que *vinha preencher uma lacuna*, começaria logo renegando os seus princípios, porque *preencher uma lacuna* é uma ocupação e uma ocupação não é um passatempo.

É por isso que estas linhas, que servem para encher espaço, servem, também, de introdução ao *Passatempo*, que apenas tem por fim encher tempo. (*Passatempo*, n.º 1, 25 de dezembro de 1900, p. 2)

Assim, o leque de assuntos cobertos na *Passatempo* estende-se da atualidade coeva, à moda, à arquitetura, ao teatro, aos monumentos, mas também às curiosidades do mundo natural, à enologia, à história e a um vasto conjunto de outros assuntos.

O primeiro número, além da capa, com uma ilustração alegórica colorida e um poema, incluía, no miolo, depois da página um (portada, correspondendo a uma nova capa): o texto de apresentação da revista; um poema; um apontamento cronístico intitulado “Dando de comer aos pombos”, ilustrado com uma fotografia evocativa deste mesmo assunto; um artigo sobre enologia; uma peça sobre a casa saloia portuguesa, ilustrado; uma peça sobre um casamento real, igualmente ilustrado, incluindo retratos dos protagonistas; uma matéria, quase uma reportagem, sobre praias de Portugal, amplamente ilustrada com fotografias; um pequeno texto sugerindo um remédio para a dor de dentes; uma lenda suíça; citações e anedotas; um texto sobre uma raça de galinhas, ilustrado; a notícia ilustrada da inauguração do monumento ao infante D. Henrique, no Porto; notícias de desporto, ilustradas; uma peça sobre uma raça de cavalos e outra sobre coelhos, ilustrada; uma rubrica sobre moda e beleza; um texto sobre o reinado de D. Afonso V; novamente um poema; e, por fim, curiosidades, avisos e assuntos de expediente.

O último número da revista, datado de 23 de março de 1905, já não incluía a capa colorida que tanto terá atraído os leitores iniciais, mas ainda mantinha o esquema capa seguida de portada. O miolo abria com os assuntos de expediente. Nesse espaço, anuncia-se o fim

da publicação por causa da “soma de trabalho insano”. Seguem-se-lhe: uma crónica sobre a atualidade, ilustrada com fotografias de retrato do rei e da rainha de Inglaterra e do imperador alemão; um apontamento biográfico sobre Cunha Belém ilustrado com retrato fotográfico; a notícia do lançamento de uma nova revista; um artigo em defesa da instrução primária universal, entrecruzada por imagens relativas a outros assuntos: a reprodução de um quadro, uma estampa cómica de um cozinheiro a ler um jornal, uma fotografia de uma queda de água na Madeira, fotografias da África Portuguesa, de pessoas a regar e de um conjunto de cavaleiros junto ao Campo Pequeno, em Lisboa; (definitivamente, no início do século XX o princípio da compaginação de texto escrito e imagens relativas a uma dada matéria ainda não se encontrava estabelecido na imprensa portuguesa); um apontamento biográfico sobre a rainha D. Filipa de Lencastre; e o epílogo da “última entrevista com Napoleão”, intitulada “Águia Morta”, que a revista vinha publicando.

A *Passatempo* desejava ter a colaboração dos leitores, especialmente dos fotógrafos, promovendo uma espécie de jornalismo participativo e colaborativo *avant la lettre*. Logo no primeiro número anunciava-se, em consonância: “ATENÇÃO: O *Passatempo* ficará muito reconhecido a todos os amadores fotográficos que, querendo os seus trabalhos reproduzidos, lhos enviem. Não serão, porém, restituídas as cópias ou originais que lhe sejam enviados, reservando-se a empresa o direito da sua publicação ou não.” A revista *Passatempo* é, por isso, ainda hoje, um relevante repositório de documentos iconográficos documentais, incluindo abundantes fotografias documentais sobre Portugal e o mundo, embora o interesse e o impacto destes registos sejam, normalmente, prejudicados pela sua reduzida dimensão, pois a própria revista tinha dimensões reduzidas.

1.3.1. Uma revista híbrida não ilustrada: a *Revista Universal Lisbonense*

A *Revista Universal Lisbonense* tem de ser incluída entre as principais revistas generalistas portuguesas do século XIX. Não sendo ilustrada, porém, tem de ser nomeada autonomamente.

De periodicidade semanal (saía às quintas-feiras), com doze páginas, impressa a duas colunas, a *Revista Universal Lisbonense* foi editada, regularmente, entre 1 de outubro de 1841 e 16 de junho de 1853, em duas séries²⁸. A primeira série foi publicada até 2 de novembro de 1848, com interrupções na semana da restauração da Carta Constitucional, que impediu a saída da revista a 11 de fevereiro de 1842; e entre dezembro de 1846 e agosto de 1847, devido

²⁸ Na verdade, a revista tinha uma forma de organização dos números, tomos/volumes e séries fora do comum. Um tomo, quase sempre bienal — 1841-1842, 1842-1843 e assim sucessivamente até ao tomo 1852-1853 — podia ter várias séries.

à guerra civil da Patuleia. A segunda série, sucessiva, foi publicada a partir de 9 de novembro de 1848²⁹. A edição da *Revista Universal Lisbonense*, contudo, perdurou, irregularmente, até 1859, tendo havido mesmo a tentativa de lançar uma terceira série da revista, com periodicidade mensal e 80 páginas, em agosto de 1853. Foi concebida, conforme era comum à época, para ser colecionada e encadernada em volumes, pelo que a numeração das páginas, dentro de cada volume (48 edições), é contínua e não por número. Um índice do volume era sempre vendido com as capas para a encadernação.

Avulso, um número da revista ficava por 80 réis; as assinaturas custavam, por 12 números, 480 réis; por 24 números, 960 réis; e por 52 números, 1920 réis. Mas, com o passar do tempo, também esses valores aumentaram. As dimensões das páginas atingiam cerca de 19 por 27 cm, correspondendo a uma superfície de cerca de 513 cm². Possivelmente, a tiragem ascenderia a mais de três mil exemplares, já que, a 10 de março de 1842, a revista já tinha três mil assinantes (*Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 9, 10 de março de 1842: 4).

O primeiro número da publicação saiu com o título *Revista Universal, Crónica Judicial, Artística, Científica, Literária, Agrícola, Comercial e Económica de Todo o Mundo*. *Revista Universal* foi o título, bastante mais simples, adotado no número de 6 de janeiro de 1842, o primeiro deste ano, que materializa, também, uma renovação no design da revista, com a adoção de um *lettering* mais moderno e com o abandono de uma moldura floreada que constrangia o conteúdo e dava um aspeto ultrapassado à publicação. A partir de 20 de janeiro de 1842, no número 3 deste ano, a revista adotou o seu título central definitivo — *Revista Universal Lisbonense* —, estabilizado a partir de 17 de março do mesmo ano (n.º 10), ainda que, depois, tenham sido introduzidos subtítulos (por exemplo, a 22 de setembro de 1842 foi introduzido o subtítulo *Jornal dos Interesses Físicos, Intelectuais e Morais*, que perdurou até 1847). A partir do n.º 25³⁰, de 24 de março de 1842, a revista começou a compartimentar os conteúdos em secções, como sejam: “Conhecimentos úteis”, “Variedades” e “Notícias”. Nesse número, em “Conhecimentos úteis” o leitor teria oportunidade de ler matérias sobre o desengorduramento de vinhos, um dispositivo para tornar a água do mar em água potável, um mapa do curso do rio Reno, uma sege motorizada alemã e o ensino dos surdos-mudos; em “Variedades”, poderia ler uma peça sobre a semana litúrgica, outra sobre o alegado milagre de Santarém e uma terceira sobre “leite” vegetal; finalmente, a última secção, “Notícias”, abria com uma interessante análise sobre o estado do mundo e as tensões entre países e prosseguia com notícias sobre o nascimento do infante D. João de Bragança, crimes de infanticídio no Porto, um suicídio de uma jovem em Lisboa, uma tentativa de suicídio de um jovem que se queria

29 Por vezes as revistas mudavam de série para atrair novos compradores, já que, à época, eram feitas para serem colecionadas e encadernadas. A própria numeração das páginas é feita por volume e não por número.

30 Houve um erro — deveria ter sido o n.º 16, mas aparece como n.º 25.

lançar do alto do patíbulo da forca ao rio, o suicídio de uma idosa no rio Tejo, uma enxurrada no Minho, a falsificação de notas do Banco de Lisboa, um motim numa penitenciária em Matosinhos (transcrita do *Periódico dos Pobres do Porto*, sendo a fonte assinalada), a feira de São Lázaro no Porto (igualmente transcrita do *Periódico dos Pobres do Porto*), um achado de roupa ensanguentada na igreja da Trindade, no Porto (também transcrita do mesmo jornal), notícias diversas da Madeira recolhidas do jornal *Defensor*, sentenças militares e lançamento de novos livros portugueses (*Revista Universal Lisbonense*, tomo. I, n.º 25, 24 de março de 1842).



Figura 34
 Capa do primeiro número da *Revista Universal Lisbonense*.
 Fonte: reprodução do original.

O primeiro diretor e redator principal da *Revista Universal Lisbonense* foi o escritor, poeta, pedagogo e publicista António Feliciano de Castilho, o mesmo que Antero de Quental e outros jovens escritores realistas visaram, mais tarde, na polémica do Bom-Senso e Bom-Gosto, quando se ergueram contra o ultrarromantismo protagonizado por Castilho. Castilho exerceu essas funções entre 1841 e 1845. O seu prestígio terá contribuído para a sedimentação do interesse do público pela revista. É possível que o facto de a revista não ser ilustrada se possa dever, em parte, ao facto de Castilho ser cego, já que pode não se ter apercebido das potencialidades informativas da imagem. A Castilho sucederam o escritor (dramaturgo), jornalista e político José Maria da Silva Leal, diretor entre 1846 e 1847, e o escritor e jornalista Sebastião José Ribeiro de Sá, entre 1848 e 1853, numa fase de decadência da publicação.

O primeiro administrador da *Revista Universal Lisbonense* terá sido Manuel Maria Correia Seabra (pelo menos era-o à data do início da publicação do volume III, conforme é referido no prólogo). Em 1843, a revista foi adquirida pela Tipografia da Gazeta dos Tribunais, pelo que terá passado a ser administrada por António Gil e António Holtremann, seus proprietários. Em 1848, foi adquirida por Sebastião José Ribeiro de Sá, que passou a ser seu redator principal/diretor e, possivelmente, seu administrador. A tipografia passou a designar-se Tipografia da Revista Universal Lisbonense.

Apesar de ter mudado de diretor/redator principal e de dono ao longo dos anos, o perfil editorial da *Revista Universal Lisbonense* assentou sempre na cultura geral, promoção do conhecimento, literatura e entretenimento. Contudo, os assuntos da atualidade, normalmente notícias sobre novos livros, inventos, experiências e descobertas científicas, melhoramentos industriais e agrícolas, ou mesmo conselhos práticos (comuns a outras revistas enciclopédicas e híbridas), mereceram atenção pontual. Daí que a *Revista Universal Lisbonense* possa ser classificada entre as revistas híbridas, já que ultrapassava a condição mais *intemporal* dos artigos patentes nas revistas predominantemente enciclopédicas.

No primeiro número de 1842, datado de 6 de janeiro, no prólogo, expressava-se a linha editorial da publicação, no “Programa”. Propunha-se a *Revista Universal Lisbonense* ser, como outras, uma publicação que, sem polémicas, mas também sem apoiar atitudes revolucionárias, contribuísse para o progresso de Portugal e dos portugueses, notando-se, pois, já nessa altura as preocupações ideológicas que, uma década depois, estimulariam a Regeneração, movimento que, ideologicamente, colocou antes de mais, o progresso material do país:

Um jornal só de interesses positivos; um jornal que só ensina e aconselha, mas não ri, não se senta a contar novelas, ou envernizar e dourar vaidades; que, se entretém, é só pela (...) variedade dos inventos úteis que apresenta; que não desdenha nem as mínimas conveniências do lavrador, do artífice ou da mãe de família boa ecónoma; que tem por dogma que só pela transformação progressiva e todas as moléculas sociais e não pelas revoluções, se aperfeiçoam e felicitam os povos; um jornal que antes quer (...) criar e aviventar do que divertir e entorpecer; um jornal, em suma, que por todos incansavelmente de desvela (...). (*Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 1, 6 de janeiro de 1842, p. 4)

Mais à frente, continua o texto, assinado pela Redação, mas, provavelmente, da autoria de António Feliciano de Castilho:

Prosseguiremos (...) extraindo dos melhores jornais estrangeiros (...) tudo quanto neles se contiver mais acomodável a nós, mais praticamente útil, ou mais feito para nos acender proveitosas invejas. Entre nossa gente continuaremos a procurar, e a pedir, quantas notícias haja proveitosas e interessantes, mormente as de que possa resultar crédito, instrução ou outro qualquer aproveitamento

para portugueses. O primeiro lugar daremos sempre aos artigos de mais inteligível e de mais inquestionável préstimo; aos que versão sobre o sustento e a agricultura, o vestido, a habitação, e os caminhos de terra e mar, e todas as outras comodidades materiais da vida. A criação, a moral, a religião, a história, as artes, as ciências, não cessarão de ser desvelo nosso; finalmente continuará a cerrar os nossos números a bibliografia, matéria para todos os bons espíritos de suma importância, e talvez dentre nossos capítulos o mais fecundo em bons resultados (...).

E na coleção destes volumes se achará entesourada, e maciça (...) a crónica dos (...) progressos que a sociedade humana em geral, e em particular a sociedade portuguesa, houverem feito (...). (*Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 1, 6 de janeiro de 1842, p. 4)

A revista queria, pois, ser ao mesmo tempo *positiva, útil e universal*. Útil para os progressos materiais do país e para a promoção de conhecimento sobre a agricultura, o vestuário, as infraestruturas, a natureza, a moral, a religião, a história, as artes, as ciências e a literatura em Portugal. Universal porque queria falar sobre o que de outros países poderia ser aproveitado em Portugal. O recurso à palavra *Universal* no título da revista coincide, de resto, com a linha editorial da revista. Efetivamente, a *Revista Universal Lisbonense* procurou falar do que se passou ou passava no mundo, daí que tenha tido a preocupação de anteceder as matérias com o nome do país a que se referiam.

Cumprindo a sua proposta editorial, no primeiro número o leitor teria acesso a matérias sobre a preservação dos cereais; uma nova variedade de batatas; a distribuição de maquinaria agrícola inovadora em França; aperfeiçoamentos na indústria litográfica lisboeta; um lisboeta que se propunha fazer papel a partir de estreme de cavalo; vestuário de ferro alemão que poderia ser adotado pelas forças militares e policiais; um compositor tipográfico automático; um processo de andar por cima da água; os prejuízos que os incêndios dão às companhias de seguro devido à proliferação de fósforos; a transcrição de uma carta consular desaconselhando a emigração madeirense e açoriana para os Estados Unidos; estatísticas sobre a mendicidade na Europa; uma comparação entre o número de navios de França, Inglaterra e Estados Unidos; uma conspiração de escravos descoberta em Nova Orleães; uma notícia sobre impostos aduaneiros em França; a repressão de sevícias contra animais na Alemanha; a descoberta de duas estátuas do século XIII, também em França; uma igreja cristã na Tunísia; um congresso “de sábios” igualmente em França; cursos gratuitos em França e em Lisboa; a contratação de uma companhia teatral francesa pelo conde de Farrobo para atuar em Lisboa; ópera italiana no São Carlos; a tradução para português de uma obra italiana; uma nova máquina de impressão estadunidense; obras portuguesas no prelo, incluindo um manual de medicina legal. O número encerrava com um aviso:

Por falta de espaço, damos hoje pouca bibliografia portuguesa, e nada estrangeira; no seguinte número ressaciaremos amplamente esta omissão e em todos diligenciaremos satisfazer com a maior

cópia de tais notícias que nos seja possível a insaciável avidez dos apaixonados da leitura. (*Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 1, 1 de outubro de 1841, p. 12)

No último número da segunda série (n.º 49), datado de 16 de junho de 1853, e com apenas oito páginas, encontram-se os seguintes conteúdos: uma matéria sobre galvanoplastia; outra sobre o tratamento do gado; outra ainda sobre uma poesia do governador de Macau; movimento de navios e rendimento tributário da alfândega do Rio de Janeiro; e magnetismo. Menos páginas e menos conteúdos do que no primeiro número, sinal ineludível de que o fim da revista estaria próximo, apesar de, neste mesmo número, na última página, se anunciar o início da terceira série da *Revista Universal Lisbonense* (com números mensais), que não subsistiu, convidando-se os assinantes a renovarem as assinaturas. Também se anunciava a *Revista Popular*, convidando-se à sua assinatura.

Uma das características da *Revista Universal Lisbonense* foi a sua abertura à colaboração dos leitores por meio do envio de notícias *fidedignas*, denotando ambição de se credibilizar por meio do discurso. Logo no primeiro número, aliás, a publicação endereçava o seguinte convite — que se manteve — ao público:

A redação da *Revista Universal* aceita, agradece e publica toda e qualquer notícia fidedigna e interessante que lhe seja enviada, mormente as de que possa resultar crédito, instrução, ou outro qualquer aproveitamento para portugueses. (*Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 1, 1 de outubro de 1841, p. 1)

Apesar das queixas de falta de colaboração³¹, esse objetivo foi conseguido, já que com a *Revista Universal Lisbonense* colaboraram Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Mendes Leal e Bulhão Pato, entre outros; e a revista publicou, igualmente, obras literárias, em formato de folhetim, de alguns deles, como Garrett e Herculano. Rita Correia (2006: 3) contabilizou mais de meia centena de colaboradores voluntários por volume, com exceção do volume IX, de 1849-1850, em que apenas se encontraram, em resultado da decadência da revista, 43 colaboradores. O pico do recrutamento de colaboradores externos voluntários ocorreu no volume IV (1844-1845), último da direção de António Feliciano de Castilho, período em que a revista teve 144.

A revista distinguiu-se, finalmente, por proporcionar, conforme anuncia no n.º 9 de 10 de março de 1842, o acesso a uma sala de leitura de periódicos nacionais e internacionais e por auxiliar os leitores a comprar novos inventos, novas sementes e plantas, novos livros e remédios e outros produtos inovadores por intermédio dos correspondentes da publicação espalhados por Portugal e pelo estrangeiro.

31 *Revista Universal Lisbonense*, tomo I, n.º 1, 6 de janeiro de 1842, p. 3.

1.4. Surgimento e desenvolvimento das revistas (ilustradas) de informação geral

Foi no final do século XIX, ainda durante a Monarquia, que, em Portugal, se foi consolidando, gradualmente, um modelo de revista que já pode, com propriedade, considerar-se como sendo de *informação geral* sobre a atualidade. Essas revistas cobriam, por meio de textos verbais e textos visuais, uma vasta gama de assuntos atuais interessantes e relevantes, à luz de quaisquer critérios de noticiabilidade. Mas nenhuma delas descuroou a componente cultural e literária e de entretenimento que, herdada das gerações de revistas anteriores, corresponderia às expectativas dos leitores da época.

As revistas de informação geral que surgiram a partir do final do século XIX foram importantíssimas para a afirmação dos dispositivos visuais informativos na imprensa, designadamente da fotografia. Na verdade, a partir da derradeira década do século XIX, faz até menos sentido falar-se de *revistas ilustradas*, porque a *ilustração*, nomeadamente a fotografia, já fazia parte dos dispositivos informativos rotineiros nas revistas. Ou seja, se as revistas usavam já, habitualmente, imagens e palavras para informar, fazendo a imagem parte dos recursos informativos identitários da imprensa, enfatizar-se que uma revista de informação geral era *ilustrada* não tem sentido, a menos que seja para vincar uma característica concreta. Efetivamente, ao tempo, as revistas de informação geral eram, por norma, ilustradas. No entanto, como algumas delas — à época e alguns anos mais tarde — investiram na fotografia e, especificamente, no fotojornalismo, tornando este investimento em marca distintiva, usou-se o vocábulo (na designação *revistas ilustradas de informação geral*), ainda que admitindo uma certa redundância conceitual.

Em alguns casos, acompanhando-se a evolução de publicações específicas, nota-se a transição entre um modelo de revista híbrido (revistas predominantemente culturais e de entretenimento que também devotavam atenção aos temas da atualidade) e um modelo de revista de informação geral (revistas devotadas à cobertura diversificada dos assuntos da atualidade). É o caso, nomeadamente, da importante revista *O Ocidente*, uma das que fez a transição entre a Monarquia e a I República.

Entre as primeiras revistas ilustradas portuguesas de informação geral a orientarem-se mais relevantemente para a cobertura da atualidade no final da Monarquia destacam-se, além da revista *O Ocidente* (1878-1915), a *Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro* (1884-1885), a *Branco e Negro* (1896-1898), a *Brasil-Portugal* (1899-1914) e a *Ilustração Portuguesa* (1903-1924) [segunda revista que apareceu com este título em Portugal]. Serão essas as publicações para as quais se olhará com mais detalhe.

O Ocidente e, em particular, a *Ilustração Portuguesa* são, entre essas revistas, as mais conhecidas, tendo ambas circulado durante a transição da Monarquia para a República, período complexo e instável, mas atraente, da história de Portugal. Acresce, ainda, que foi a *Ilustração Portuguesa* a consagrar, em definitivo, o fotojornalismo em Portugal, graças ao contributo de

Joshua Benoliel, Arnaldo Garcês e de outros pioneiros da fotografia jornalística no país. Foi essa publicação que abriu o caminho e sugeriu um padrão editorial às revistas de informação geral posteriores, como a *ABC* (1920-1931), *A Ilustração* (1926-1939) e a *Notícias Ilustrado* (1928-1935). O quadro 3 apresenta um quadro sinóptico dessas revistas.

Observando-se o quadro 3, e comparando-o com os quadros 1 e 2, nota-se uma diminuição substancial do número de revistas elencadas, quer porque, claro, o período de tempo a que o quadro 3 diz respeito é menor, quer porque o grau de sofisticação e complexidade das revistas aumentou ao longo do tempo. Longe iam os tempos em que um indivíduo isolado podia editar uma revista. No final do século XIX já era necessário garantir financiamento, recursos e infraestruturas de alguma dimensão para que um empreendimento jornalístico pudesse florescer.

Quadro 3

Principais revistas de informação geral de atualidade publicadas em Portugal na fase final da Monarquia.

Título	Anos de publicação	Local de edição	Preço (inicial)		Dimensões (cm)/área da página (cm²)	Páginas	Periodicidade	Forma dominante de ilustração
			Exemplar	Assinatura anual				
O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e Estrangeiro	1878-1915	Lisboa	120	2600	24,5 x 35,5 870	8	Quinzenal (passou, depois, a trimensal)	Gravura Fotografia
Promotores: Caetano Alberto da Silva, Manuel de Macedo.								
<i>Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro</i>	1884-1885	Lisboa	120	4500	27,7 x 31,5 873	8	Semanal	Gravura
Promotores: A. de Sousa Pinto (diretor gerente), Abílio Lobo e A. de Amorim Pessoa (diretores literários).								
Branco e Negro: Semanário Ilustrado	1896-1898	Lisboa	40	2200	20x29 580	16	Semanal	Fotografia
Promotores: Mariano Level (proprietário), António Maria Pereira (proprietário e gerente), José de Matos Sarmento Beja (editor provável) e Domingos Guimarães (coeditor provável, até 1897).								
<i>Brasil-Portugal</i>	1899-1914	Lisboa	400	7000	24x35 840	16 + 4 (20)	Quinzenal	Fotografia
Promotores: Augusto de Castilho, mais tarde substituído por João de Vasconcelos, Jaime Vitor e Lorjô Tavares (diretores). Luís António Sanches, Carlos de Magalhães Burguete, Manuel Pedro da Silva e Carlos Abreu (editores, em sequência cronológica). Celso Herminio (diretor artístico).								
<i>Ilustração Portuguesa</i> [2ª revista]	1903-1924* [1.ª série: 1903-1906; 2.ª série: 1906-1924]	Lisboa	160	8000	24,4x37,2 908 [19x28 na segunda série: 532 cm²]	16	Semanal	Fotografia
Promotores: Grupo editorial do jornal <i>O Século</i> , então dirigido por José Joaquim da Silva Graça, Rocha Martins (diretor da primeira série, segundo o próprio), José Joubert Chaves (editor responsável da primeira série), Carlos Malheiro Dias (diretor até 1912), José Joaquim da Silva Graça (nominalmente, 1912-1922; efetivamente, 1912-1914); António Maria de Freitas (1914-1919 e 1922), Albino Forjaz de Sampaio (1919 – 1921), António Ferro (1921-1922), João Ameal (1922), António Maria de Freitas (1922-1923), Tito Martins (1923-1924).								

*A revista *Ilustração Portuguesa* continuou a ser publicada, para garantia de título, até 1993.

Fonte: elaboração própria.

A evolução dos preços nas revistas ilustradas de informação geral, igualmente observada no quadro 3, ter-se-á devido mais à evolução da conjuntura económica portuguesa no período 1890-1926, marcada pela inflação, do que a fatores intrínsecos. Note-se que nunca compensava comprar os números avulso — a assinatura era substancialmente mais vantajosa e terá constituído, provavelmente, o instrumento privilegiado de compra regular dessas publicações.

As dimensões das páginas das revistas ilustradas de informação geral também foram relativamente constantes, oscilando na faixa dos 800-900 cm², sobretudo caso se exclua o formato mais reduzido da segunda série da *Ilustração Portuguesa*, cuja adoção se poderá ter devido à necessidade de poupança de papel, inclusivamente para embaratecer o preço da revista e controlar melhor os custos de produção. Mas uma maior dimensão das páginas permitia a inserção de imagens de maiores dimensões, mais impactantes no leitor; e permitia, também, outros jogos compositivos no design.

A tabela 3 documenta, finalmente, que a periodicidade não foi idêntica entre as revistas ilustradas de informação geral, havendo algumas quinzenais e outras semanais (*O Ocidente*, de quinzenal, passou a trimensal, saindo de dez em dez dias), opção que poderá dever-se à ponderação, pelos editores, do tempo que demorariam, contabilizando os recursos disponíveis, a apresentar um novo número da sua revista.

As revistas ilustradas de informação geral beneficiaram, por outro lado, do aprimoramento e da expansão das tecnologias da gravura, da fotografia e da impressão, bem como da nova organização empresarial da imprensa jornalística e das experiências estrangeiras. Nessas revistas, conforme se pode notar pelos dados do quadro 3, a fotografia substituiu a gravura como meio dileto de expressão iconográfica. Sendo a fotografia uma linguagem universalmente reconhecível, as revistas ilustradas de atualidades, responsáveis pela consolidação do fotojornalismo, satisfizeram um mercado leitor que ansiava por “ver o mundo tal qual ele era e o que nele acontecia” e contribuíram para revolucionar o setor ainda durante o século XIX (Bacot, 2005).

A primeira revista portuguesa que poderá ser considerada uma revista ilustrada de informação geral é *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Embora o seu foco inicial tenha sido a cultura, a promoção geral do conhecimento e o entretenimento, com o tempo, quer por força da concorrência da *Ilustração Universal, Branco e Negro, Brasil-Portugal* e, principalmente, da *Ilustração Portuguesa*, quer para corresponder à intensificação do interesse do público pela atualidade, foi-se tornando numa revista que já poderá ser apelidada como revista de informação geral.

A revista *O Ocidente* surgiu em Lisboa, no dia 1 de janeiro de 1878, por iniciativa de um antigo gravador do *Arquivo Pitoresco*, Caetano Alberto da Silva³², proprietário de uma oficina

32 Caetano Alberto tinha aberto um estúdio de gravura de madeira, em 1866, do qual saíram vários dos gravadores que

de xilogravura, que forneceu o capital; do pintor, cenógrafo e conservador de museus Manuel de Macedo (de seu nome completo Manuel Maria de Macedo Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes), que se encarregou, com Caetano Alberto, da direção artística do novo periódico; do jornalista e poeta Guilherme Avelino Chaves de Azevedo³³, o cronista de serviço nos primeiros anos da revista *Ocidente*, responsável pela rubrica “Crónica Ocidental”; e por Jacinto Inácio de Brito Rebelo, um engenheiro militar e “jornalista por ocupação” que, na qualidade de redator principal do novo periódico, terá tido a seu cargo a coordenação e edição da componente escrita d’*Ocidente*. A administração foi confiada a Francisco António das Mercês. O tipógrafo Adolfo Lallemant, da tipografia Lallemant Frères, foi um dos responsáveis pela alta qualidade de impressão das gravuras nas páginas da publicação.

A revista foi quinzenal, entre 1878 e 1880, e trimensal, entre 1881 e 1915. A assinatura anual custava, inicialmente, 2600 réis e o número avulso 120 réis. Cada número tinha, inicialmente, oito páginas, com dimensões aproximadas de X x 35 cm, paginadas a duas colunas, passando, depois, a 12 páginas, paginadas a três colunas, e regressando às oito páginas. Teve correspondentes no Rio de Janeiro, Paris e Madrid, entre outras localidades estrangeiras, e colaboradores espalhados por todo o território nacional.



Figura 34

Capa do número do 25.º aniversário da revista *O Ocidente*, reproduzindo a capa do primeiro número, datado de 1 de janeiro de 1878.

Fonte: reprodução do original.

trabalharam para *Ocidente*. Confessou ter sido ele a pensar em “fundar o *Ocidente*” num artigo inserido nesta mesma revista (1903, n.º 888, p. 190).

- 33 Terá sido ele a sugerir o título para a revista, conforme se confessa em artigo biográfico e memorialístico publicado na *Ocidente* no 22º aniversário da sua morte: “Em setembro de 1887 reunia Caetano Alberto, no seu *atelier* de gravura da rua do Loreto, 43, Manuel de Macedo e Brito Rebelo, para tratar da fundação de uma revista ilustrada. Era preciso, porém, um cronista e, para isso, foi lembrado Guilherme d’Azevedo. (...) Ele aceitou o cargo e batizou a nascente revista com o nome de *Ocidente* (...)” (*O Ocidente*, vol. XXVII, n.º 913, 10 de maio de 1904, p. 97)

No número prospecto de *O Ocidente*³⁴, não datado (será, todavia, do final de 1877), impresso no mesmo papel que a revista iria usar, os responsáveis pela revista apresentaram ao público o que queriam da nova publicação:

(...) uma publicação ilustrada que exprima (...) o estado da arte em Portugal e seja exclusivamente nossa; que caracterize o espírito público nacional e corresponda à necessidade que têm hoje todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto da civilização (...), um dever (...) de interesse público. (...)

O Ocidente servirá a ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz a vida nacional que palpita no mundo obscuro do esquecimento público.

Assim, reproduzirá pela gravura os monumentos nacionais, as curiosidades arqueológicas, todo o velho mundo (...) onde se debateu a epopeia gigante da nossa civilização. Todos os grandes homens do passado e os contemporâneos dignos da homenagem nacional; todos os que por qualquer facto extraordinário e flagrante despertem num dado momento o interesse público, tanto nacionais como estrangeiros (...). A indústria agrícola e manufatureira; a navegação, o comércio, a guerra, a religião, os costumes, as invenções, as viagens, enfim, toda a multidão de factos (...) de que o mundo moderno é teatro serão comentados com o lápis e com a pena na galeria pitoresca e multiforme desta publicação.

Merecer-nos-á um cuidado especial a exploração portuguesa (...) da África. A gravura completará (...) a narração da viagem. Toda a importância científica e todo o aspeto pitoresco (...) serão comemorados n'*O Ocidente* (...).

O Ocidente reproduzirá pela gravura os quadros e as estátuas mais notáveis (...). A escrita completará o desenho (...) e se a nossa publicação não pode nem pretende rivalizar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo género, deseja, todavia, ser portuguesa pelas forças que a hão de produzir (...). (*O Ocidente*, número prospecto, 1877 (?), p. 1)

Portanto, os promotores da revista *O Ocidente* consideravam que a nova revista, mesmo que não pudesse vir a ombrear com as principais revistas ilustradas estrangeiras: (1) deveria ter uma qualidade gráfica que refletisse o estágio de desenvolvimento das artes gráficas em Portugal, incluindo-se aqui, naturalmente, a gravura e a fotografia; (2) deveria ter um carácter nacional, ou seja, deveria privilegiar a produção própria e nacional de informação, pela palavra e pela imagem, e, no que toca aos conteúdos, favorecer a realidade nacional; (3) deveria contribuir para o reconhecimento de Portugal e dos interesses do país no concerto das

34 Nas páginas 2 e 3, reproduziam-se duas gravuras de Caetano Alberto da Silva, a primeira de uma catarata em São Tomé, elaborada a partir de uma fotografia, e a segunda de uma aldeã dos arredores de Coimbra, elaborada a partir de um desenho original de Manuel de Macedo.

nações (ocidentais, nomeadamente europeias, subentenda-se); e (4) teria conteúdos multifacetados, prometendo-se um cuidado particular no estabelecimento de uma relação de complementaridade entre texto e imagem. Motivos pelos quais fazer a revista, com essas características, seria “um dever de interesse público”.

Desde o início, a revista praticou um modelo que cruzava a informação com o entretenimento e mesmo com a crítica — mas apartidária. Efetivamente, em várias ocasiões *O Ocidente* proclamou o seu apartidarismo. Em 1883, por exemplo, Gervásio Lobato, em nome d’*O Ocidente*, reafirmava a linha editorial apartidária da publicação, que seria, aliás, essencial para garantir a sua vida e sucesso:

(...) o *Ocidente* não é um jornal político (...). Não temos paixões partidárias (...), não temos de obedecer a vozes de comando, estamos completamente senhores da nossa opinião e da nossa imparcialidade. Não somos comparsas do espetáculo político. Somos, simplesmente, espetadores e, como tal, temos completamente livre de peias a nossa liberdade de crítica. (Gervásio Lobato, *Crónica ocidental, O Ocidente*, n.º 175, 1 de novembro de 1883, p. 241)

Em 1915, último ano de publicação da revista, António Cobreira alinhava pelo mesmo diapasão, defendendo-se de críticas republicanas, que a acusavam de ter uma orientação monárquica:

A nossa revista é um repositório pitoresco das lucubrações profundas e aturadas de todos os conselheiros e homens de letras em Portugal.

A doses calculadas propinamos aos nossos leitores de tudo o que o cérebro humano pode segregar: crónicas, acrósticos, odes, charadas, logogrifos e ensaios filosóficos...

Política — é veneno demasiado violento.

Orientação literária, orientação artística e até orientação tipográfica possuímos nós de sobejo (...).

Orientação política, não temos nem queremos (...). (*O Ocidente*, n.º 1299, 30 de janeiro de 1915, p. 26)

Nascida, num país que ainda possuía cerca de 80% de analfabetos, para satisfazer necessidades e interesses de âmbito cultural e formativo de elites letradas e urbanas e das suas famílias, a revista *O Ocidente* era pontuada pela variedade, sendo comum a compaginação de textos literários, incluindo folhetins; notícias e artigos sobre temas variados, incluindo bastantes matérias sobre moda, teatro, conferências, exposições, congressos e outros espaços frequentados pelas elites e conotados com a ideia de diálogo, abertura e progresso, literatura, ciência, tecnologia, história, economia, filosofia, sociedade, educação, relações internacionais e política nacional; e ainda charadas, anedotas e curiosidades, incluindo alguns enigmas pitorescos. Algumas rubricas eram fixas e contínuas, como a “Crónica ocidental”, promovendo a fidelização do leitor. No primeiro número, por exemplo, o leitor deparar-se-ia

com uma pequena biografia de Alexandre Herculano; uma alegoria sobre o momento que se vivia (um diálogo entre os anos de 1877 e 1878); um texto sobre um quadro de Manuel de Macedo, reproduzido em gravura; pequenos textos sobre a casa de Herculano, a igreja da Azóia e o túmulo de Herculano; nova alegoria, de pendor crítico, sobre a monarquia absoluta; um texto sobre a expedição geográfica portuguesa à África Ocidental, liderada por Serpa Pinto; as impressões cruas do escritor francês Charles Monselet sobre Lisboa, escritas em 1862; e a “Crónica ocidental”, sobre atualidade, da autoria de Guilherme de Azevedo. A iconografia espalhada por esse primeiro número da revista, nem sempre compaginada no mesmo espaço do texto ou textos a que se associava, respeitava, quase toda ela, a Alexandre Herculano. A primeira página ostentava, unicamente, um retrato de corpo inteiro de Herculano, sentado à sua escrivaninha; na página quatro, surgia uma gravura de um quadro de Manuel de Macedo, representando “Membugalho Pataburro na Tavolagem do Besteiro” (evocação do conto histórico de Herculano “O Monge de Cister”); cinco, gravuras da casa onde morreu Herculano e da igreja da Azóia; e na última página aparecia uma estampa do túmulo de Herculano. Curiosamente, todas as gravuras desse número foram abertas por Caetano Alberto da Silva, sendo que três delas foram elaboradas a partir de fotografias de J. Rodrigues da Silva. Ainda na última página aparecia um enigma pintoresco — o leitor deveria descobrir a mensagem desenhada numa estampa.

O último número de *O Ocidente*, datado de 10 de julho de 1915, abria com a “Crónica ocidental”, seguia-se-lhe um pequeno texto de pendor literário sobre a morte de um soldado francês na Grande Guerra (“A Caminho do Céu”) e um conjunto de notícias sobre a Grande Guerra (“Pelo Mundo Fora”). Depois, o leitor poderia ler uma pequena biografia do secretário da embaixada do Brasil em Lisboa, um texto opinativo sobre os vinhos do Douro, um texto sobre novos livros, o folhetim que estava a ser publicado em capítulos e o boletim meteorológico do mês precedente. A iconografia, constituída por fotografias e gravuras, mostrava, na primeira página, mulheres inglesas fabricando munições; dois panoramas do Douro, gravuras executadas a partir de fotografias de Emílio Biel, nas páginas centrais; uma fotografia do secretário da embaixada do Brasil em Lisboa, na sexta página; e uma reprodução de um retrato pintado do ator Augusto Rosa, a propósito da publicação de um livro com as suas memórias.

Colaboraram com a revista *O Ocidente* muitos dos vultos masculinos da literatura, do jornalismo e da política do final do século XIX e princípio do século XX, de diversos quadrantes e diferentes percursos, como sejam: Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Pinheiro Chagas, António Ennes, Guerra Junqueiro, Jaime Batalha Reis, Bernardino Machado, Magalhães Lima, Teófilo Braga, Eduardo Schwalbach, Brito Aranha, Eduardo Coelho, Júlio César Machado, Manuel de Arriaga, Oliveira Martins, Latino Coelho, Fialho de Almeida, Augusto de Castilho, Sousa Viterbo e Silva Pereira. Como cronistas regulares, destacaram-se Guilherme de Azevedo, Gervásio Lobato, João da Câmara, João Prudêncio e António Cobreira. Espaço pontual, ainda, para colaboradoras, como Maria Amália Vaz

de Carvalho, incluída entre os colaboradores literários mencionados no número prospeto.

Num número duplo datado de 10 e 20 de janeiro de 1902, *O Ocidente* comemorou o seu 25º aniversário. Nesse número da revista encontram-se importantes informações sobre os fundadores, os colaboradores, os funcionários, os assinantes e as instalações da revista, bem como sobre os prémios que ganhou. Mencionam-se, ainda, diversas revistas ilustradas, algumas delas de carácter enciclopédico, que precederam *O Ocidente*, realçando-se que muitas delas tinham “morrido quase à nascença”. Comentava-se que essas publicações “primavam por seus escritos”, mas “deixavam muito a desejar por suas estampas, a maioria delas *clichés* estrangeiros ou gravuras rudimentares e pior impressas” (n.ºs 829 e 830, 10 e 20 de janeiro de 1902, p. 2). Desse artigo comemorativo, emerge, pois, a ideia de que os promotores da revista *O Ocidente* atribuíam o sucesso à qualidade da sua informação visual, propiciada quer pela existência de tipografias que dominavam a elaboração das revistas ilustradas, quer pelo aparecimento de gravadores competentes em solo nacional:

Para a impressão, parte importante de uma folha ilustrada, havia Adolfo Lallemant, que tinha a grande escola da tipografia francesa.

A maior dificuldade para fazer uma revista ilustrada com suficientes gravuras que correspondesse aos acontecimentos e a reproduções de obras de arte era a qualidade de gravadores aptos para produzir essas gravuras. Não os havendo no país, seria mister contratá-los fora, mas neste caso importava tanto como mandar vir as gravuras do estrangeiro (...).

Era preciso criar artistas gravadores, pois desenhadores não faltavam.

Foi o que fizeram Caetano Alberto e Manuel de Macedo, o primeiro como gravador e o segundo como desenhador ilustrativo. (*O Ocidente*, n.ºs 829 e 830, 10 e 20 de janeiro de 1902, p. 3)

Fazendo o balanço do discurso da revista, Alda Santos (2009, pp. 148-149) escreveu o seguinte:

O Ocidente mostrou-se sempre contrária a radicalismos mantendo-se na Arte e nas Letras e, inclusive, na política nos limites de um conservadorismo cautelosamente, progressivo. A maioria dos articulistas procurou intervir criticamente na sociedade através da produção literária e colaboração jornalística. A sua formação cultural evidenciava a influência das modernas doutrinas europeias do humanitarismo, socialismo, positivismo, cientismo e utilitarismo. Os artigos publicados confirmavam a preocupação da intelectualidade portuguesa pela moderna transformação política, moral e social e salientava-se a importância de instituições que promovessem o desenvolvimento intelectual dos povos. Os paladinos da educação eram considerados beneméritos da civilização e da humanidade. A regeneração social era possível através de obras filantrópicas, humanitárias e patrióticas e defendia-se a moralização dos costumes e, portanto, o próprio aperfeiçoamento humano. A defesa da autodeterminação dos povos e dos direitos das nacionalidades

foram articulados com as reflexões sobre reorganização e unidade europeia. Profusamente ilustrada, a imagética da *Ocidente* foi usada como instrumento de uma classe política, monárquica e germanófila e, uma classe intelectual, republicana/socialista e francófila.

Na *Ocidente* não existiu uma ideia de Europa como projeto político alternativo a uma Europa de estados-nações, contudo duas representações acompanham o leitor: a Europa enquanto lugar de progresso e lugar de crise civilizacional, culturalmente transversal às manifestações do declínio finissecular. Na revista o “estrangeiro” eram os centros de decisão económica, política, cultural com os quais não podíamos competir e que nos permitiam apenas um diálogo — o colonialista.

A *Ocidente* acompanha o movimento nacionalista que se desenvolveu no seio da classe política e intelectual, ainda antes da proclamação da República, reflexo das frustrações de uma geração que independentemente da sua cor política e depois da mudança de regime não assiste à prometida regeneração pátria. A partir de 1914, é evidente a sua atração pelo emergente movimento do Integralismo Lusitano (...).

O Ocidente foi, pela sua longevidade e consistência (mas menos pela sua tiragem), a primeira publicação a revolucionar o setor das revistas ilustradas em Portugal, no final do século XIX. Por um lado, as suas páginas testemunham a passagem da gravura de madeira (xilografia) à gravura fotomecânica (fotografia diretamente reproduzida) em Portugal. Por outro lado, foi na revista *O Ocidente* que a iconografia de reportagem assentou arraiais em definitivo, nos primeiros tempos apenas sob a forma de ilustração, depois também em fotografia. A iconografia de acontecimentos atuais juntou-se à iconografia de retrato e à iconografia geográfica, já comuns, para enriquecer a informação visual ofertada pela publicação.

Destaque para o facto de que, apesar de ser uma revista da capital, *O Ocidente* não esquecia o que se passava noutras localidades do país. Por um lado, a revista propunha-se ser nacional, vendida por todo o território; por outro lado, tratava-se, num tempo em que quase não se viajava, de não apenas noticiar o que se passava em Portugal mas também de mostrar o país a quem não o conhecia.

Porventura, uma das causas que levou ao desaparecimento de *O Ocidente* terá sido uma certa incompreensão por parte da estrutura dirigente da revista dos ditames dos novos tempos. Na matriz genética da revista estavam, efetivamente, a gravura de madeira e os conteúdos culturais e literários, mas o público exigia atualidade, fotografias e diversidade informativa. Por outro lado, o recurso às gravuras de madeira significava despesa, morosidade e menos iconicidade na representação gráfica da realidade. O apuro artístico cultivado pela revista *O Ocidente* dificultava o foco na atualidade, num tempo em que o público queria consumir notícias gráficas — e até especificamente *fotográficas* — conforme prova o sucesso da revista *Ilustração Portuguesa* no mesmo período. A relativa falta de atenção à atualidade e à fotorreportagem terá, pois, contribuído para o declínio e para a morte da revista *O Ocidente* — que, aliás, nunca foi e, eventualmente, nunca quis ser, uma revista popular.

Depois da *Ocidente*, a primeira revista de informação geral que merece destaque é a *Ilustração Universal*.

A *Ilustração Universal* surgiu no mercado no sábado, 9 de fevereiro de 1884, e foi publicada, semanalmente, até 7 de março de 1885. Prometia ser, como outras revistas semelhantes, ilustrada e universal. Ou seja, prometia contribuir para a ilustração dos cidadãos que a lessem, usando as gravuras como elemento central (o termo “ilustração” era propositadamente usado com ambivalência de significado), e prometia dar ao leitor o “universo” condensado em oito páginas semanais, com uma dimensão de cerca de 873 cm², correspondendo a cerca de 27,7 cm de largura e 31,5 cm de altura — uma revista de grande formato, portanto, feita para ser colecionada, como outras, já que a numeração das páginas acompanha os números sucessivos. Levava por subtítulo *Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro*. A sua ambição era, pois, ser uma revista ilustrada de atualidades, que, à semelhança de exemplos estrangeiros (é significativa a ausência de referências a exemplos nacionais, como *O Ocidente*), se debruçasse sobre os acontecimentos coevos. Essa ambição, de resto, era denunciada num pedido público de desculpas pelo atraso na saída do primeiro número:

Devia este número ser distribuído no ótimo sábado, segundo prometemos no prospeto, e para isso se dirigiram os nossos esforços. Apesar deles, porém, e de toda a boa vontade que nos animava, deram-se transtornos, inevitáveis na organização de uma publicação desta ordem, que fizeram com que só hoje pudéssemos apresentar o 1.º número da *Ilustração Universal* aos nossos estimáveis assinantes e leitores.

Doravante a publicação do nosso jornal far-se-á todos os sábados com uma pontualidade, que a empresa considera como o mais sagrado dos deveres (...).

Não pode este número abranger algumas das secções prometidas no prospeto, porque tivemos de ceder espaço a gravuras relativas a assuntos da máxima atualidade. Esperamos, porém, que os cavaleiros, que em tão lisonjeiro número se dignaram subscrever esta publicação — e o público em geral — se convencerão plenamente — em presença do número que hoje temos a honra de lhes apresentar — de que não poupámos despesas nem sacrifícios para fazer a *Ilustração Universal* um jornal de atualidades à altura das publicações mais notáveis que neste género existem no estrangeiro.

A organização do serviço, que a empresa procurou firmar em bases sólidas, fez com que o texto do presente número vá um pouco atrasado da data da publicação dele. Pedimos desculpa aos nossos estimados assinantes, garantindo-lhes doravante o máximo interesse e novidade em todas as secções da *Ilustração Universal*. O número relativo a sábado próximo conterà igualmente grande cópia de assuntos de uma atualidade palpitante e de primorosas gravuras.

Esperamos que o público se dignará secundar os nossos esforços (...).

Na *Galeria de homens* úteis continuaremos, segundo o nosso programa, a publicar os retratos e as biografias dos cidadãos que mais se distinguiram pela honestidade do seu carácter e pelos serviços prestados aos seus compatriotas (...). (*A Ilustração Universal*, n.º 1, 9 de fevereiro de 1884, p. 8)

O design da *Ilustração Universal*, similarmente a outras revistas da mesma época, ancorou-se na paginação a três colunas, ocasionalmente reduzidas a duas. Os promotores da *Ilustração Universal* foram A. de Sousa Pinto, diretor-gerente da publicação; e Abílio Lobo e A. de Amorim Pessoa, diretores literários. Como outras, a revista não deixava de assinalar, no entanto, na capa, que tinha a colaboração de “distintos escritores portugueses e brasileiros”.

Os preços da revista indicavam que era uma publicação direcionada para as elites. O número avulso custava 120 réis; a assinatura anual (correspondendo a 52 números) por 4500 réis; e a semestral por 2400 réis.

Ao contrário do habitual, a revista não exibiu no primeiro número o seu programa editorial, que teria publicado prévia e autonomamente, já que, no artigo inicial (ano I, n.º 1, p. 1), dedicado ao proprietário e fotógrafo Carlos Relvas, se alude a esse documento.



Figura 35
Capa do primeiro número da revista *Ilustração Universal*.
Fonte: reprodução do original.

O primeiro número da *Ilustração Universal* revela a ambição informativa e noticiosa da revista, que concorria diretamente com *O Ocidente* e com a primeira revista intitulada *Ilustração Portuguesa*: além de uma minibiografia laudatória do proprietário Carlos Relvas, um dos introdutores mais entusiastas da fotografia em Portugal, que começa na primeira página, encontram-se na revista os seguintes temas: uma notícia sobre a construção de um novo troço de caminho-de-ferro na Áustria; um poema; uma notícia sobre uma exposição de obras de Manet;

um artigo de fundo sobre a reforma da Carta Constitucional; um texto sobre os monumentos nacionais, “história petrificada de um povo”; um texto sobre a basílica da Estrela; uma notícia sobre a exposição internacional de Nice; um artigo sobre a receção de um embaixador francês na corte imperial do Vietname, país que, nesta altura, estava já em acelerado processo de colonização pelos franceses³⁵; um texto sobre tauromaquia; notícias dos teatros lisboetas; uma crítica aos gastos da Câmara Municipal de Lisboa e à falta de infraestruturas na capital, entre outras notícias de Lisboa; notícias financeiras (mais uma vez, interessariam, principalmente, à elite para quem a revista era direcionada); e uma rubrica de entretenimento³⁶.

Numa sequência cronológica, a revista seguinte a merecer destaque é a *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*. Foi colocada no mercado a 5 de abril de 1896, sob a chancela da Livraria António Maria Pereira, durando até 27 de março de 1898³⁷. Cada número tinha 16 páginas, com cerca de 20 x 29cm. O design era moderno e arejado, podendo assentar em três, duas ou apenas em uma coluna.

A *Branco e Negro* beneficiou da experiência anterior que o editor e livreiro António Maria Pereira e o médico Mariano Lever, seus promotores, adquiriram com a *Revista Ilustrada*³⁸. Os promotores da nova publicação ter-se-ão, também, baseado no modelo da revista homónima espanhola *Blanco y Negro*.

A *Branco e Negro* diferenciou-se no panorama editorial português por ser uma revista que já aponta para o modelo de *newsmagazine* que sucedeu às “ilustrações” e às restantes revistas ilustradas do final de Oitocentos e princípio de Novecentos, daí a sua importância para a história do jornalismo português. De facto, embora não tendo a longevidade d’*O Ocidente*, a *Branco e Negro*, sem renegar uma matriz editorial cultural e literária que correspondia às expectativas do seu público-alvo (as elites intelectuais do país), incorporou a cobertura gráfica de assuntos e acontecimentos da atualidade coeva, incluindo casos de polícia, tragédias, exercícios militares, visitas de cortesia de esquadras estrangeiras, aquisição e lançamento à água de novos navios de guerra portugueses (incluindo o célebre couraçado Adamastor), demonstrações políticas (compreendendo as manifestações do 1.º de Maio), acontecimentos políticos, festas populares e romarias, festas da sociedade, inauguração de estabelecimentos de saúde e de fábricas, funerais de pessoas ilustres, entre outros temas. Nas suas páginas desfilaram, igualmente, retratos

35 A independência do Vietname foi sendo corroída pela França entre 1859 e 1885, após uma série de operações militares. Em 1862, um terço do sul do país tornou-se a colónia francesa da Cochinchina. Em 1884, todo o país estava sob o domínio francês. Em 1887, o Vietname foi, formalmente, integrado na Indochina Francesa.

36 Não se descrevem os conteúdos do último número desta revista porque o exemplar estava inacessível ou não existia nas bibliotecas e hemerotecas públicas.

37 Possivelmente, devido a doença do editor e proprietário António Maria Pereira, falecido a 27 de julho de 1898. Em 1899, foram publicados quatro números de uma nova revista ilustrada intitulada *O Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, mas que, por ter tido outros protagonistas e um título ligeiramente diferente (*O Branco...*), não deve ser considerada uma segunda série da *Branco e Negro*. Como só foram publicados quatro números, além do número-prospeto, não se englobou no presente estudo.

38 A *Revista Ilustrada* foi publicada entre 15 de abril de 1890 e 1892.

de notáveis da época, portugueses e estrangeiros, abarcando estadistas e figuras reinantes, mas também artistas plásticos, escritores, atores de teatro e músicos.

Os roteiros de localidades do país e do estrangeiro — incluindo as colónias portuguesas — constituíram outro dos pontos fortes da revista, do ponto de vista da produção iconográfica. Esses roteiros alimentavam — como ainda hoje ocorre nas revistas e jornais generalistas e especializados — o desejo de viajar cultivado pelas elites portuguesas do final do século XIX. A par dos roteiros, as fotografias de tipos e figuras populares, por vezes executando as suas atividades profissionais, além de propiciarem aos coevos um contacto visual com a diversidade dos seus concidadãos, são, hoje, um registo documental importante para a compreensão da vida em Portugal no final de Oitocentos.

As peças gráficas e escritas sobre os parlamentos de vários países europeus publicadas repetidamente pela *Branco e Negro* valorizaram, simbolicamente, o regime parlamentar, no qual as elites que colaboravam e liam a revista certamente se reviam.

Interessantemente, a revista procurou valorar a educação física (masculina), reportando, em vários números, iniciativas das organizações da sociedade civil que se dedicavam a melhorar a condição física dos mancebos.

Apesar dos seus pontos fortes, a iconografia da revista, em certos casos, foi vítima do bucolismo lírico romântico que, no âmago da arte, contrapunha a natureza e o meio rural à ideologia materialista e progressista que via na cidade, na construção de infraestruturas de transportes, na ferrovia, no vapor e nas fábricas a chave do futuro.

Embora a revista não identifique os diretores, é possível que tenham estado à sua frente o jornalista e escritor José de Matos Sarmiento Beja e o crítico teatral, literato e publicista Domingos Guimarães, já que o primeiro se despediu do segundo no número 84, datado de 7 de novembro de 1897 (p. 85), quando este último rumou a Paris para se tornar correspondente do *Diário de Notícias*, do *Jornal do Comércio*, do *Mala da Europa* e, naturalmente, da *Branco e Negro*³⁹.

Cada número da *Branco e Negro* vendia-se por 40 réis (mais tarde, 50 réis). A sua organização era comum a outras revistas da mesma época: capa; páginas de publicidade; miolo (a revista propriamente dita, com outra capa na primeira página), com rubricas constantes; mais páginas de publicidade; e contracapa. Colaboraram com a revista nomes grados da literatura e do jornalismo, tais como, entre outros: Ana de Castro Osório, Eduardo Fernandes (o Esculápio), Gomes Leal, José Augusto de Castro, Ramalho Ortigão, Trindade Coelho e os brasileiros Coelho Neto, Olavo Bilac, Luís Delfino dos Santos e Luís Murat.

39 “Vai a esta hora a caminho de Paris um dos fundadores do *Branco e Negro* que, comigo e com o editor António Maria Pereira, lançou as bases desta revista.”



Figura 36
 Capa do segundo número da *Branco e Negro*.
 Fonte: reprodução do original.

No primeiro número da *Branco e Negro* (5 de abril de 1896), a capa continha uma estampa intitulada “As Nereidas” (as capas da revista primavam pelos motivos artísticos e pelo cuidado na sua impressão gráfica). O miolo abria (a verdadeira primeira página) com uma estampa de um quadro intitulado “Domingo de Páscoa na aldeia” e um texto alusivo; depois, uma crónica intitulada “Flores da Páscoa”; seguiam-se uma notícia sobre uma exposição do Grémio Artístico, ilustrada; páginas dedicadas à abertura da época tauromáquica, igualmente ilustradas; uma matéria sobre “O culto da arte em Portugal”; a crónica semanal, que se tornaria mais ou menos regular, “História dos sete dias”, ilustrada com caricaturas; uma matéria sobre epilepsia e pseudoepilepsias, ilustrada; uma peça ilustrada evocativa da Semana Santa; poesia; o elogio fúnebre de “Mortos ilustres”, com retratos; notícias do teatro e da música, com estampas; uma coluna de notícias do mundo (“Pelo mundo”); e uma coluna de notícias de ciência. A publicação fechava com publicidade à revista *A Estação de Paris* e a outras edições da mesma casa editora da *Branco e Negro*.

No último número, o 104, datado de 27 de março de 1898, a capa continha um estudo de uma cabeça feminina para um quadro de Seifert. Seguia-se o verso da capa com publicidade. O miolo abria com a primeira página do número, ornada com uma gravura sobre os barcos típicos do rio Tejo, os Varinos, da autoria de João Armando Pedroso. Seguia-se-lhe, por ordem: uma poesia, ornamentada com uma ilustração alegórica; uma aguarela (reproduzida a preto-e-branco) de uma aguarela de Roque Gameiro intitulada “O cozinheiro”; uma peça ilustrada com fotografias e fotogravuras sobre os balneários e termas de Mondariz, na Galiza, que ocupava quase todo o número da revista; a letra de uma canção composta por um finalista do curso de Direito e Teologia da Universidade de Coimbra; uma estampa alegórica intitulada “Uma noite de zarzuela”, da autoria de Jorge Colaço; um episódio do romance-folhetim “O Justiceiro”; uma peça de prosa literária intitulada “D. Guiomar”; um artigo de Trindade Coelho sobre a “Festa do Galo”; a tradicional “Secção recreativa”, que propunha uma experiência científico-recreativa; e publicidade.

A revista que se segue, cronologicamente, foi a *Brasil-Portugal*, que haveria de cruzar toda a primeira década do século XX, encerrando já na I República. Surgiu a 1 de março de 1899. Foi fundada pelo político e militar Augusto de Castilho e nela colaboraram o crítico teatral Jaime Vítor, o publicista e dramaturgo José Lorjó Tavares, o almirante Augusto de Castilho e João de Vasconcelos. Após a morte do fundador, em 1912, a revista somente resistiu mais dois anos. Apresentava-se ao público com 16 páginas regulares, paginadas a duas colunas, mais quatro de suplemento (que nem todos os números tiveram), correspondendo a um total de vinte páginas. As páginas mediam cerca de 24 x 35 cm, correspondendo a uma superfície de cerca de 840 cm², sendo paginadas a duas colunas. Vendia-se, o número, por 400 réis, mas a assinatura anual ficava somente por 7000 réis.

No texto de apresentação, a revista afirmava querer “tornar o Brasil conhecido em Portugal” e “tornar Portugal conhecido no Brasil”, congregando contributos de ambos os países.

As paisagens, os monumentos, as personalidades, as fábricas, os aspetos de cidades e vilas que forem aparecendo em todos os números lembrarão (...) o Brasil a Portugal e Portugal ao Brasil. Os nossos pintores de nome atravessarão estas páginas (...). A fotografia irá buscar aos salões artísticos, aos aposentos de trabalho dos homens ilustres, às casas sumptuosas e aos *ateliers* dos artistas o que mais interesse o bom gosto e a estética.

Acontecimentos palpitantes, nossos ou internacionais, terão aqui a sua repercussão, tanto artística, como literária.

O *Brasil-Portugal* sabe que não é viável publicação desta natureza que mãos femininas não compulsem, que não interesse ou deleite o espírito feminino. É uma das suas missões delicadas: esforçar-se-á por cumpri-la. (*Brasil-Portugal*, n.º 1, 1 de fevereiro de 1899, p. 2)



Figura 37
Capa do primeiro número da revista
Brasil-Portugal.
Fonte: reprodução do original.

Sete anos mais tarde, a revista já produzia o seguinte balanço da sua presença no mercado editorial:

(...) aí está patente, ilustrada pela cópia flagrante da fotografia ou pelo lápis engenhoso dos desenhistas, narrada pela pena dos escritores, ora realçada pela fantasia, ora desvendada pela crítica, toda a vida portuguesa (...) no que ela teve de mais evidente, de mais dramático, de mais expressivo. Cerca de 6000 gravuras, em que paisagens, monumentos, acontecimentos, individualidades se refletem, esmaltam, estes milhares de páginas, completadas com a prosa e o verso de escritores louvados. E não só a vida portuguesa, mas a vida do Brasil, e os grandes factos da ordem internacional, daqueles que interessam todos os espíritos, tiveram cabida também, ora sob o relevo artístico, ora sob a forma literária (...). (*Brasil-Portugal*, n.º 168, 16 de janeiro de 1906, p. 370)

Curiosamente, no último número da revista *Brasil-Portugal* nada transparecia sobre o seu próximo fim:

São decorridos 15 anos desde que o *Brasil-Portugal* pela primeira vez viu a luz (...).
Ao entrarmos no 16.º ano, não é sem (...) orgulho que, olhando para o caminho já percorrido, nos dispomos a continuar a jornada, com a certeza de que nos acompanharão (...) as simpatias de todos

os nossos leitores e a colaboração (...) de muitos amigos (...). (*Brasil-Portugal*, n.º 361, 1 de fevereiro de 1914, p. 2)

Fazendo um balanço da publicação da revista, Müller (2011, pp. 45-53) assegura que a *Brasil-Portugal* falhou o seu maior objetivo de tornar Portugal e Brasil reciprocamente conhecidos, já que teria priorizado “a promoção de Portugal e dos seus valores”:

Desde o momento do seu lançamento, a revista configurou-se como um produto diferenciado e focado nas elites, nomeadamente as da comunidade portuguesa no Brasil e das colónias (...). Apesar das divergências (...), (...) uma parte da intelectualidade luso-brasileira sempre se empenhara com muito afincamento para o fortalecimento das ligações entre ambos os países, dispondo, para tanto, do principal arsenal que possuíam: a imprensa.

A imprensa (...) e, especialmente, as revistas articuladas pela *intelligentsia* portuguesa constituíram-se como verdadeiros palcos privilegiados de debate (...). Configurados como plataformas de difusão de ideias nacionalistas, visavam especialmente ao público brasileiro na tentativa de ratificar o papel da imprensa em termos bourdianos (...): estabelecendo uma batalha política por meio da produção de conteúdo, procurando o reconhecimento pela produção e reprodução de capital simbólico que lhe atribuíam o *status* de autoridade e superioridade e (...) criando situações para disseminar a visão de um Brasil “conveniente” que atendesse aos propósitos da pátria portuguesa. (...) O Brasil, quando aparece, é sempre em *função de* Portugal (...), como ora importante mercado consumidor, ora importante “berço” da colónia portuguesa que ali precisaria ser protegida e fomentada, ora como exemplo de um Portugal outrora esplendoroso que descobriu o mundo novo e que iniciou a civilização “nesse importante país”.

Como outras revistas ilustradas, a *Brasil-Portugal* abordou uma grande diversidade de assuntos da atualidade. Mas foi ela a primeira revista portuguesa a dar um grande destaque ao desporto, especialmente numa rubrica regular intitulada “Notas de Sport”. Hipismo, vela, remo, tiro, ténis, esgrima, atletismo, automobilismo e motociclismo foram algumas das modalidades que desfilaram pelas páginas da revista. O futebol, também coberto com assiduidade, não tinha, no entanto, o protagonismo informativo que detém hoje.

A *Brasil-Portugal* foi, igualmente, uma das primeiras revistas portuguesas a não restringir o espaço feminino ao mundo da moda ou à publicação de poemas e de outras pequenas obras literárias. As escritoras Ana de Castro Osório e Margarida Bodin discutiram nas suas páginas questões de género que andavam arredadas das preocupações da imprensa portuguesa⁴⁰. Em março de 1910, a nova coluna “Consultório da Luiza” publicava respostas de

40 Ana de Castro Osório (1905): A mulher de há trinta anos e a mulher de hoje. *Brasil-Portugal*, n.º 159, 1 de setembro de

aconselhamento a cartas de leitoras (não inseridas no texto) dirigidas à “Luiza” e comentários gerais sobre a vida e a sociedade desde um ponto de vista feminino.

O primeiro número abria com um suplemento de quatro páginas. Neste suplemento, além dos textos de apresentação da revista, que elencavam os colaboradores, e de assuntos de expediente, incluíam um texto sobre curiosidades científicas, receitas, referências a personagens célebres, charadas, enigmas, ficha técnica e anúncios. Seguia-se a revista propriamente dita: capa; novo texto de apresentação da revista; um apontamento biográfico; a crónica da atualidade; apontamentos biográficos sobre D. Carlos, rei de Portugal, e sobre Campos Salles, presidente do Brasil, devidamente ilustrados com retratos; uma elegia à filha do escritor brasileiro Albuquerque Mendonça, ilustrada com retrato; poemas; um apontamento biográfico sobre o governador do Pará, com retrato; um artigo sobre “O centenário de Garrett”, com retrato; a notícia da visita do cruzador português “Adamastor” ao Rio de Janeiro e da receção organizada para receber o seu comandante, peça ilustrada com fotografias; uma elegia biográfica ao presidente da Associação Comercial do Porto, Pedro Maria da Fonseca e Araújo, com retrato; contos; notícias dos teatros; uma breve apresentação da cidade do Rio de Janeiro, com fotografia; um artigo sobre a borracha; uma nova crónica sobre a atualidade; notícias dos teatros; e citações, para encerrar.

No primeiro dia do mês de fevereiro de 1914 foi lançado o último número da revista, numericamente correspondente ao número 361, com 16 páginas. A capa ostentava uma fotografia de uma cena de uma peça de teatro levada à cena pelo Teatro da República (o teatro, expoente do divertimento das elites, estava constantemente presente nas revistas ilustradas portuguesas); o miolo, por ordem, continha uma pequena nota de congratulação pelos primeiros 15 anos de publicação da revista; a crónica de atualidade “Notas da quinzena”; poemas; fotografias alusivas a uma greve dos ferroviários, estranhamente dispersas, a partir da página 4, por uma crónica moralista sobre uma personagem feminina da sociedade lisboeta (imagens e texto escrito nem sempre eram compaginados no mesmo espaço); um pensamento moralista interligado com a crónica anterior; um pequeno conto bem humorado; uma anedota; um artigo sobre o esperanto; um poema; uma peça sobre o pintor Roque Gameiro, ilustrada com fotografias do ateliê, da casa e da esposa deste artista plástico e reproduções de quadros (estas reproduções continuam pela peça seguinte); uma crónica de teatros, ilustrada com fotografias de cenas de peças teatrais, entrecortada por uma notícia necrológica, com retrato; e na última página a finalização da crónica dos teatros, mesclada com a notícia gráfica da inauguração das carreiras regulares de navegação entre Lisboa e Macau; e uma correção a um texto anterior.

1905, pp. 231-232. Margarida Bodin (1906): Da solidariedade feminina em defesa da mulher contra o homem. *Brasil-Portugal*, n.º 187, 1 de novembro de 1906, pp. 299-300.

Ilustrada quase completamente por fotografias (a revista tinha uma oficina própria de fotografação), deve reconhecer-se que a *Brasil-Portugal* desenvolveu denodados esforços para privilegiar a informação fotográfica. A reportagem fotográfica ganhou, nessa revista, vida própria, apesar de as fotografias serem, recorrentemente, compaginadas com textos verbais com os quais não mantinham ligação.

A última, mas também a mais importante, publicação a descrever neste estudo é a *Ilustração Portuguesa*, segunda revista que com este título circulou em Portugal.

A revista semanal *Ilustração Portuguesa*⁴¹ surgiu, a 9 de novembro de 1903, no seio da empresa do jornal *O Século*⁴², de Silva Graça. Vendida nas bancas por cem réis cada número, teve duas séries. A primeira começou em 1903 e terminou com o número 119, datado de 12 de fevereiro de 1906; a segunda série começou, provavelmente, a 26 de fevereiro de 1906. Embora os dois primeiros números desta série não sejam datados (o número 3 da segunda série é o primeiro datado, tendo sido publicado a 12 de março de 1906), sabe-se que os dois números não datados serão de 26 de fevereiro e de 5 de março, já que a revista anunciou, no número de 12 de fevereiro, que voltaria às bancas, para a segunda série, no dia 26 deste mês. Por isso, é de supor que na segunda-feira, 19 de fevereiro, a revista não terá sido publicada.

41 Quando surgiu a revista, a palavra *Ilustração* grafava-se com dois l, passando a escrever-se com um único l a partir do n.º 394, datado de 8 de setembro de 1913.

42 *O Século* foi um diário republicano surgido em 1880 por iniciativa do jornalista, advogado e maçom Sebastião de Magalhães Lima, seu primeiro redator-principal, do médico António Pinto Leão de Oliveira, do advogado Anselmo Xavier, do jornalista João de Almeida Pinto e do proprietário José Campelo Trigueiros de Martel. Embora nascido como um jornal de combate político e ideológico republicano, *O Século* foi atenuando essa sua faceta, transformando-se, gradualmente, num diário de grande informação. Sinais disso foram o surgimento de publicações associadas ao jornal *O Século*, como o anuário *Almanaque d'O Século* (1881) e o *Suplemento Humorístico*, embrião do suplemento *O Século Cómico* (1897).

A partir de 1889, ano em que José Joaquim da Silva Graça assumiu a administração do jornal, afirmou-se a tendência de reconversão do periódico num grande diário de informação geral. Do grupo de fundadores, Trigueiros de Martel morreu em 1886; Leão de Oliveira e Magalhães Lima saíram do jornal, em 1896, cindindo com o novo rumo — mais noticioso e menos político — que o jornal levava.

Silva Graça revelou-se um dos principais inovadores da imprensa portuguesa, imprimindo ao diário e à sua empresa um ritmo difícil de acompanhar pela concorrência, nomeadamente pelo *Diário de Notícias*, seu principal competidor. Além de promover iniciativas de solidariedade social (que depois podia publicitar nas páginas de *O Século*), como a célebre Colónia Balnear, a empresa liderada por Silva Graça lançou, ao longo do tempo, várias publicações importantes no contexto do mercado editorial português, casos do *Suplemento Brasil e Colónias* (1899), da *Revista Literária, Científica e Artística* (1902), de *Os Sports Ilustrados* (1910), de *O Século Agrícola* (1912), do *Suplemento de Modas e Bordados* (1912) e do vespertino *O Século da Noite* (1914), além, claro está, da *Ilustração Portuguesa*, surgida no dia 9 de novembro de 1903 e antecedida pelo *Suplemento Ilustrado d'O Século* (1900). Mais tarde, ainda surgiriam no universo de *O Século* as revistas *Pim Pam Pum* (1926), *O Cinéfilo* (1928), *A Joanelinha* (1936), *O Século Rádio Mundial* (1947), *O Século Desportivo* (1957), *Portugal de Lés-a-Lés* (1958), *O Século das Letras e das Artes* (1963) e *O Jato* (1971), além da famosa revista ilustrada de atualidades *O Século Ilustrado* (1938), que, de alguma forma, é herdeira da *Ilustração Portuguesa*, apesar desta última revista, para manter o título na posse da empresa, ter ressurgido, ocasionalmente, no mercado, até 1993.



Figura 37
 Capa do primeiro número
 da *Ilustração Portuguesa*.
 Fonte: reprodução do original.

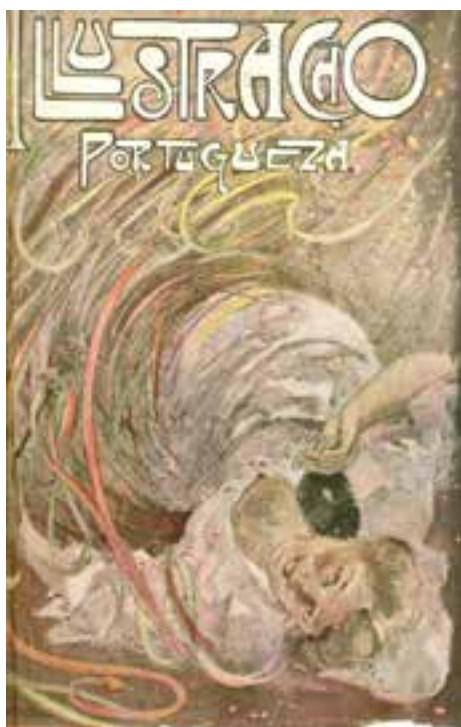


Figura 38
 Capas do primeiro
 e terceiro números da
 segunda série da *Ilustração
 Portuguesa*.
 Fonte: reproduções
 dos originais.

Na primeira série, a *Ilustração Portuguesa* terá sido dirigida pelo jornalista Rocha Martins⁴³ e tido por editor o jornalista José Joubert Chaves, mas quem verdadeiramente mandava era Silva Graça, o todo-poderoso diretor e dono de *O Século*. Conta o jornalista Rocha Martins (1942, p. 111) sobre a sua relação com Silva Graça na sua *Pequena história da imprensa portuguesa*:

Silva Graça desejou publicar a *Ilustração Portuguesa*. Obrigou, terminantemente, o diretor da revista, Rocha Martins, a seguir as suas ideias no formato, desenhos, etc., quando se preconizava a redução do tamanho da revista e a fotografia. O semanário, cujos desenhos eram quase sempre maus, iniciou-se em 9 de novembro de 1903, e até nisso Silva Graça persistiu, não querendo começar em janeiro, visto já ter trabalhos feitos. O esforço periclitou (...), publicando-se (...) a segunda série, dirigida pelo brilhante escritor Carlos Malheiro Dias. Adotou-se o formato preconizado em 1903 pelo antigo diretor, que continuou a colaborar (...).

Impressa a três colunas, a *Ilustração Portuguesa* tinha, normalmente, 16 páginas, de grande formato (24,4 x 37,2 cm). Foi, como outras revistas similares, planeada para ser colecionada em volumes semestrais, já que a numeração de páginas, de número para número, é sequencial. Na segunda série, as dimensões da *Ilustração Portuguesa* reduziram-se substancialmente, para um formato aproximado de 18 x 28 cm. Mas a revista passou a ter 32 páginas e capas coloridas.

A *Ilustração Portuguesa* foi publicada, semanalmente, até 12 de abril de 1924, número no qual inseriu o seguinte aviso aos assinantes e leitores: “A fim de proceder a uma completa remodelação dos respetivos serviços, no sentido de os desenvolver e melhorar, a *Ilustração Portuguesa* suspende, temporariamente, a sua publicação com o presente número”.

A publicação da *Ilustração Portuguesa* não foi, contudo, interrompida. A revista passou a ter periodicidade semestral, nem sempre regular, que manteve, para garantia de título, até 1980. Depois ainda foram publicados alguns números ocasionais, também para manutenção legal do título, até 1993. Mas depois de 1924 a *Ilustração Portuguesa* já não era a “verdadeira” *Ilustração Portuguesa* que conquistou reputação e um lugar destacado na história do jornalismo português e das revistas ilustradas de atualidades. A reportagem, nos números posteriores a abril de 1924, passou para segundo plano e, quando surgiu, centrou-se nas atividades do poder, em particular depois da implantação da Ditadura Militar, em 1926, e do Estado Novo, em 1933.

O primeiro diretor da segunda série da *Ilustração Portuguesa* foi o jornalista, escritor e historiador luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias⁴⁴. Segundo Rocha Martins (1942, p. 111),

43 É o próprio que o afirma na sua *Pequena História da Imprensa Portuguesa* (Rocha Martins, 1942, p. 111). Não existe a referência a um diretor na primeira série da revista.

44 A experiência acumulada à frente da *Ilustração Portuguesa* e a sua colaboração noutras revistas, como *O Domingo Ilustrado*, *Branco e Negro*, *Brasil-Portugal* e *Serões*, terá sido um dos fatores que terá levado Assis Chateaubriand a

Malheiro Dias permaneceu no cargo até à proclamação da República (na verdade, o último número em que Malheiro Dias aparece como diretor é o que data de 12 de fevereiro de 1912), momento em que se exilou voluntariamente no Brasil, devido às suas convicções monárquicas⁴⁵. Seguiram-se-lhe vários outros diretores, incluindo o próprio Silva Graça, António Maria de Freiras, Albino Forjaz de Sampaio, António Ferro, João Ameal e outros, já na República.

A *Ilustração Portuguesa* foi, ao tempo, uma revista inovadora em Portugal. Os textos afastaram-se, decididamente, da pompa literária em que o periodismo português foi pródigo durante o século XIX. O papel *couché* em que era impressa nunca tinha sido usado no país. O design era mais arrojado do que o das revistas suas predecessoras e concorrentes. Ancorado nas imagens, rompeu com alguns dos formalismos anteriores, mas também seguiu alguns dos cânones dominantes da expressão gráfica à época, como o embelezamento de fotografias com molduras evocativas das pinturas. As capas do início da segunda série, coloridas e graficamente dinâmicas, eram muito diferentes das capas dos números da primeira série, ancoradas numa ilustração de grande dimensão. Com o tempo, as capas tornaram-se mais modernas, até porque, a partir de julho de 1920, a *Ilustração Portuguesa* teve de competir com a mais sofisticada revista *ABC*, dirigida por Rocha Martins, antigo diretor da primeira.

A fotografia de reportagem de atualidades teve lugar de destaque na segunda série da *Ilustração Portuguesa*, mas não é menos verdade que a revista também cultivou a fotografia descritiva documental (monumentos, paisagens, animais e plantas, etnografia), de pendor informativo e testemunhal, e a fotografia pictorialista, frequentemente naturalista, correntes estéticas acarinhadas por muitos dos fotógrafos “artísticos” portugueses da viragem do século XIX para o XX. De qualquer modo, a *Ilustração Portuguesa* tornou-se o palco nacional privilegiado para o desenvolvimento da fotografia de atualidades, nomeadamente da fotoreportagem, no país, muito embora se deva reconhecer, nesta matéria o pioneirismo das revistas ilustradas que a precederam, casos, nomeadamente de *O Ocidente* (embora só no século XX), da *Branco e Negro* e da *Brasil-Portugal*. Foi pois nessas revistas que efetivamente, pela primeira vez, se assistiu, em Portugal, não apenas à subordinação do texto verbal às imagens, em várias peças, como também à intensificação da reportagem ilustrada com fotografias.

A primeira série da revista atingiu 6500 exemplares⁴⁶. Em 1906, avançou-se para uma segunda série, mais modesta no formato, mas com o dobro das páginas e cheia de fotografias. No número de 5 de fevereiro de 1906, o penúltimo da primeira série, a revista já anunciava a reformulação que iria sofrer, num documento que se poderia considerar um estatuto editorial e no qual, interessantemente, já se antecipava o importante papel historiográfico que a revista adquiriria:

convidar Carlos Malheiro Dias para primeiro diretor da principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX: *O Cruzeiro* (1928-1975).

45 Biografia: Nunes, Teresa (2009). *Carlos Malheiro Dias: Um Monárquico entre Dois Regimes*. Caleidoscópio.

46 Referido no número de 13 de julho de 1908: 41-51.

Uma nova *Ilustração Portuguesa*

A contar do dia 26 de fevereiro

A *Ilustração Portuguesa* terá em cada número uma capa colorida e (...) original, relativa a um dos grandes acontecimentos da semana⁴⁷.

A *Ilustração Portuguesa* terá semanalmente o mínimo de 32 páginas de texto profusamente ilustrado.

A *Ilustração Portuguesa* será a mais variada e palpitante revista dos acontecimentos mundanos, políticos, literários e artísticos, verdadeiro *magazine* semanal, onde ficarão arquivados pela fotografia, pelo desenho, pelo *interview* [entrevista] e pela descrição e reportagem literárias todos os aspetos da vida portuguesa contemporânea.

A *Ilustração Portuguesa* constituirá a mais documentada e minuciosa história dos atuais costumes portugueses (...).

A *Ilustração Portuguesa* abrirá (...) as suas colunas à colaboração de todos (...).

(...)

A *Ilustração Portuguesa* propõe-se (...) fixar e transmitir às gerações futuras a imagem da nossa existência contemporânea, em todos os seus campos de atividade, (...) coligindo os mais numerosos subsídios para a história dos homens e dos acontecimentos.

A *Ilustração Portuguesa* (...) custará (...) 100 réis [depois convertidos em dez centavos]. (*Ilustração Portuguesa*, n.º 118, 5 de fevereiro de 1906, p. 93)

A revista prometia, pois, ser uma revista *magazine* semanal, generalista, aberta à colaboração espontânea do público. Prometia, ainda, valorizar a reportagem e a entrevista, por meio de texto, desenhos e fotografias.

No dia 12 de fevereiro de 1906, a revista acrescentou quatro pontos ao novo programa editorial. Definia-se, doravante, como uma publicação que se reportaria ao todo nacional, pertencente a uma empresa tecnologicamente avançada e inovadora:

A nova *Ilustração Portuguesa* não se restringirá apenas à (...) reportagem da capital, mas irá por uma rede completa e sistemática de informações buscar aos recantos longínquos da província tudo quanto às modestas vilas e aldeias de Portugal possa interessar, relativo aos seus acontecimentos, à sua política, aos seus costumes, à sua cronologia, à sua agricultura e às suas indústrias.

A nova *Ilustração Portuguesa* não apresenta apenas um novo programa. Inaugura notáveis melhoramentos, empregando os mais modernos e aperfeiçoados processos de reprodução gráfica e apresentando em cada número uma capa a cores (...).

47 Nem sempre esta promessa foi cumprida. Na verdade, abundam as capas com retratos de atrizes célebres, motivos etnográficos, etc.

A nova *Ilustração Portuguesa* iniciará uma série de inquéritos ao estado atual de progresso das indústrias e agricultura (...). (*Ilustração Portuguesa*, n.º 119, 12 de fevereiro de 1906, p. 109)

Curiosamente, nesse mesmo espaço informava-se o público sobre os preços das assinaturas (Portugal, colónias e Espanha, 4800 réis [depois, 4\$80 escudos], anual; 2400 réis [depois, 2\$40 escudos], semestral; 1200 réis [depois, 1\$20 escudos], trimestral. Brasil (na moeda brasileira): 28 mil réis, anual e 24 mil réis, semestral. Assinatura conjunta do jornal *O Século* e publicações associadas, incluindo a *Ilustração Portuguesa*: 8 mil réis, anual; 4 mil réis semestral; 2 mil réis, trimestral; mensal — só para Lisboa — 700 réis.). Naturalmente, esses valores foram aumentando com o tempo. No último número semanal da revista, datado de 12 de abril de 1924, o exemplar avulso já custava um escudo e as assinaturas nacionais ficavam por 13 escudos (trimestral), 26 escudos (semestral) e 52 escudos (anual).

A fórmula que a revista seguiu na segunda série logrou sucesso, pois logo aí a tiragem subiu para 11170 exemplares⁴⁸. Nessa segunda série, a revista apresentou-se com o lema “Revista semanal dos acontecimentos da vida portuguesa — Vida social, vida política, vida artística, vida literária, vida mundana, vida desportiva, vida doméstica”⁴⁹.

Por ocasião do final do primeiro semestre da 2ª série (n.º 23, de 30 de julho de 1906), a *Ilustração Portuguesa* já atingia uma tiragem de 15 mil exemplares, vendidos ao preço de 100 réis por exemplar⁵⁰, conforme se pode ler na contracapa:

Ilustração Portuguesa

Tiragem para Portugal 15 000 exemplares, 16 [sic] números publicados, dos quais 3 já completamente esgotados.

Preço avulso 100 réis.

Nos seus 23 números até hoje publicados⁵¹, a *Ilustração Portuguesa* inseriu em 736 páginas de texto 1347 gravuras e 113 artigos sobre história, literatura, teatro, usos e costumes portugueses, arte, política, genealogia, arquitetura, arqueologia e sport, representando a matéria de 5 volumes em 8º, de 250 páginas cada um. No pequeno espaço de três meses, o assinante da *Ilustração Portuguesa* adquiriu por um preço módico uma obra volumosa, com mais de 1500 gravuras [sic] (...). Fiel ao seu programa, a *Ilustração Portuguesa* tornou-se o mais rico repositório dos factos sociais, políticos, artísticos, literários e mundanos para o exato e perfeito conhecimento da nossa história atual e retrospectiva, em todos os complexos aspetos da atividade humana, verdadeiro dicionário ilustrado

48 Referido no número de 13 de julho de 1908: 41-51.

49 Referido na folha de rosto do volume encadernado.

50 A título comparativo, um diário custava entre 12 a 15 réis e uma revista especializada, como o *Boletim Fotográfico*, 150 réis.

51 Trata-se, obviamente, dos números publicados da 2ª série.

da vida portuguesa (...).

Agitando sob uma forma literária e impressiva questões do mais alto interesse geral, como a da crise duriense no notável artigo “O Douro da crise e da fome”, como a da mobilização militar nos discutidíssimos artigos “Se rebentasse a guerra com Espanha”, como a dos melhoramentos de Lisboa nos sensacionais artigos “Lisboa no ano 2000”; abrindo e promovendo concursos da mais completa originalidade, como o da “Terra de mais lindas mulheres de Portugal”; acompanhando dia a dia os grandes acontecimentos; versando pela pena autorizada dos especialistas e escritores ilustres os mais palpitantes problemas, a *Ilustração Portuguesa* logrou, logo no seu início, em três breves meses de publicação, ver coroados de êxito os esforços dos seus iniciadores e dirigentes, obtendo a mais vasta publicidade que jamais atingiu no nosso meio uma revista de literatura e arte. Prestando-se pelo seu diminuído preço, pela comodidade das suas dimensões e volume, a ser não só o magazine que se coleciona mas a revista que se compra na tabacaria ou no meio da rua, no americano ou na gare, para folhear e ler durante uma viagem, a *Ilustração Portuguesa* procura tanto quanto possível interessar toda a espécie de leitores pela diversidade dos assuntos, novidade de informações e profusão das gravuras (...). Leiam a *Ilustração Portuguesa* (...), publicação semanal ilustrada, saindo regularmente às segundas-feiras. (*Ilustração Portuguesa*, n.º 23, 30 de julho de 1906: contracapa)

Apesar de algumas contradições, como as que registam os números publicados e o número de gravuras inseridas ao longo dos primeiros números, o anterior texto de autopromoção da *Ilustração Portuguesa* permite compreender os assuntos mais valorizados por uma revista cujos redatores consideravam como sendo “de literatura e arte”: “factos sociais, políticos, artísticos, literários e mundanos”. Pretendia, pois, ser uma revista eclética, centrada em Portugal, tendo por fim proporcionar o “exato e perfeito conhecimento da nossa história atual e retrospectiva, em todos os complexos aspetos da atividade humana”. Pode associar-se, pressupõe-se, o seu carácter ilustrado com a exatidão que a revista proclamava ter no seu discurso; pode associar-se, igualmente, a enunciação, ou seja, a produção discursiva da revista, ao ato de *fazer história*, isto é, de *registar e dar a conhecer a história* — a história que os portugueses fizeram e a história que os portugueses faziam, quotidianamente. Por isso, não hesitava o redator do texto em classificar a *Ilustração Portuguesa* como o “dicionário ilustrado da vida portuguesa”. Não um qualquer dicionário, mas sim o “verdadeiro”.

O texto anterior também evoca o primeiro concurso fotográfico organizado, em 1906, pela *Ilustração Portuguesa*, com prémios de 200\$000 réis. O tema não podia ser mais apropriado a uma revista que privilegiava a informação leve e visual: “A terra de mais lindas mulheres de Portugal”. Do júri, curiosamente, não fez parte qualquer fotógrafo.

No número 125, de 13 de julho de 1908 (pp. 41-51), a *Ilustração Portuguesa* publicou um texto no qual, ao mesmo tempo que lamentava não poder satisfazer a procura, descrevia os processos de produção na revista, cuja tiragem já ascendia a 24400 cópias, e a evolução da tiragem ao longo dos anos:

Há algumas semanas (...), os jornais diários publicaram uma informação referente à *Ilustração Portuguesa*, motivada por um conflito ocorrido com os respetivos vendedores, aos quais a nossa administração não pôde fornecer a quantidade de exemplares por eles exigidos. A extração do jornal havia subido tão rapidamente que, apesar da encomenda, realizada com antecedência, de uma nova máquina de impressão, não era, de modo algum, possível atender às grandes requisições de números, cada vez mais avultadas, feita pelo público.

Este facto surpreendeu muitas pessoas, que conhecem menos intimamente a organização de um jornal e que (...) não supunham (...) que uma revista (...) como (...) a *Ilustração Portuguesa* pudesse atingir no nosso meio, que tão avesso se mostrou sempre a todas as publicações de semelhante natureza, tão larga tiragem e venda (...).

Em cada semana (...) nenhum leitor da *Ilustração Portuguesa* pensa um momento na soma de árduos esforços (...) que custou cada número. Parece a todos a coisa mais fácil (...) a tarefa semanal de combinar e realizar essas páginas de modo a conquistarem o agrado transitório de um público caprichoso e de gostos tão diversos como volúveis (...).

Todas as dificuldades (...) crescem (...) pela necessidade (...) de procurar a variedade, de achar novidades, para evitar (...) que o paladar do leitor se embote de (...) acompanhar a atualidade (...). Acrescente-se (...) as dificuldades (...) de carácter material, que numa publicação desta natureza (...) aumentam, pela maior complexidade do seu trabalho técnico, pela condição indispensável de nitidez, de cuidado artístico (...).

Não é, por isso, simples a confecção de uma magazine como a *Ilustração Portuguesa* (...).

Começa-se por combinar o menu (...). Quer dizer, trata-se, primeiro que tudo, de discriminar quais os assuntos que apresentam maior atualidade (...). Calcula-se quantas páginas exige a reportagem fotográfica dos acontecimentos da semana e trata-se da ilustração dos artigos seleccionados (...). Essa ilustração nem sempre é fácil. Se se trata de uma monografia histórica, por exemplo, é preciso procurar retratos e gravuras (...), obtendo reproduções de documentos da Biblioteca Nacional, ou das bibliotecas da Ajuda e da Academia [das Ciências de Lisboa], ou ainda da preciosa coleção de Aníbal Fernandes Tomás. Esboça-se o plano da respetiva folha num caderno e os desenhadores principiam os trabalhos da ornamentação e das orlas das páginas. É claro que essa parte decorativa tem de ser adequada à natureza dos assuntos. Há também que fazer a distribuição das gravuras correspondentes a cada artigo, calculando (...) o espaço que o texto e todo o conjunto demandam. Chegam as provas fotográficas relativas aos acontecimentos da semana e é preciso escolher as que convém aproveitar, fazer igualmente enquadramentos e orlas para elas. Há uma que vale a pena ampliar ao tamanho de uma página (...) ou de uma dupla página. Outras têm (...) de ser reduzidas, para se poder registar a maior quantidade de documentação gráfica.

Cada semana o repórter fotográfico da *Ilustração Portuguesa* [Joshua Benoliel] não faz regularmente menos de quinze dúzias de chapas. São cerca de 8640 chapas fotográficas empregadas por ano, e tomando o tamanho de 9x12 como medida, poderia com elas construir-se um amplo telhado de vidro com mais de novecentos metros quadrados.

Cortadas as fotografias e dispostas conforme devem compor as páginas, desenhadas estas, os respectivos originais são enviados à oficina da fotogravura enquanto o texto vai (...) para a oficina de composição tipográfica.

Desçamos (...) à oficina da fotogravura, onde vamos encontrar os originais, vindos da mão dos desenhadores, (...) [para] (...) assistir às diversas operações.

A primeira é a reprodução fotográfica, fazendo-se numa máquina a das fotografias e noutra a das orlas. Os clichés passam, em seguida, para a secção do peliclado, para serem invertidos. Enquanto secam, vai-se preparando a chapa de zinco com o esmalte fotográfico, e pondo depois este em contacto com o negativo, realiza-se, por meio da luz eléctrica, a impressão (...). Seguem-se as operações necessárias para obter o desenvolvimento da imagem e a sua esmaltação com auxílio do fogo. Nesta altura tira-se uma prova em papel Marion, que serve para o paginador fotográfico se guiar. É a primeira prova das gravuras (...), embora invertidas e naturalmente misturadas (...). Dentro de pouco, (...) a tesoura vai separá-las na redacção e designar-lhes, no projeto definitivo de folha (...), a colocação que a cada uma é destinada (...).

A chapa de zinco passa seguidamente para as mãos dos gravadores a meia tinta [*halftone*], que executam esta parte da gravura, e após para os gravadores de linha, incumbidos da terminação da orla. Tira-se, então, uma segunda prova (...) e a chapa de zinco transita para a oficina de carpinteiro, a fim de ser montada sobre madeira.

Terminou a tarefa das oficinas de fotogravura. O zinco gravado e assente no seu calço de madeira é entregue à oficina tipográfica, que vai organizar a página do jornal, preenchendo com o texto já composto (...) o espaço que não é ocupado pelas gravuras.

E começam as torturas para que esse espaço disponível não sobeje nem escasseie (...).

A expansão progressivamente crescente da nossa revista, que se acentua, em especial, desde a transformação do formato realizada com a inauguração da segunda série, constitui um facto saliente na história do jornalismo nacional (...), visto que a *Ilustração Portuguesa* é hoje um dos dois ou três jornais de Lisboa de mais avultada tiragem, excedendo, portanto, a de quase todos os periódicos da capital (...).

Não há termo de comparação, naturalmente, entre (...) [O] *Século*, cuja tiragem é de 85 mil exemplares diários (...), e a *Ilustração Portuguesa*, com os seus atuais 24400 exemplares de tiragem. Estes representam, porém, aproximadamente metade da tiragem do semanário *A Voz do Operário*, que tem a maior depois da do *Século*. A nossa revista entrega (...) aos vendedores, a cada semana, 4800 exemplares, e distribui mais 2800 pelas tabacarias e quiosques, elevando-se (...) a sua venda avulso (...), em Lisboa, a (...) 7600 exemplares (...). No Porto, a venda avulsa (...) sobe a 3200 exemplares (...). Mais de 12 mil exemplares são absorvidos pela assinatura, o que supomos que não tenha acontecido (...) com qualquer outra revista do nosso país.

Desde o começo (...) até terminar a primeira série, a *Ilustração Portuguesa* conservou uma tiragem média de 6500 exemplares. Foi em 1906 que o formato do jornal se transformou, para o tornar mais cómodo, e que foram introduzidas as restantes modificações que caracterizam a segunda

série. A média da tiragem desse ano foi de 11170 exemplares. No segundo ano, que foi o de 1907, a tiragem média foi de 10885 exemplares, começando (...) a acentuar-se.

A *Ilustração* francesa, fundada em 1843, tem uma tiragem de cem mil exemplares, o que, em relação à população da França, representa uma proporção de venda de 2700 exemplares por milhão de habitantes. Esta proporção é para a *Ilustração Portuguesa* de 6000 exemplares por milhão de habitantes (...).

Concluiu já a paginação na tipografia. Tiraram-se as respetivas provas, para o revisor corrigir, e acabaram de emendar-se. As formas vão ser enviadas para a casa das máquinas, a fim de fazer-se a impressão (...).

Numa máquina especial corre a impressão das capas (...), feita a três cores. Noutra prossegue a tiragem da primeira folha de 16 páginas (...); proceder-se-á, de seguida, ao alceamento das gravuras e é vista uma última prova pela redação. A máquina principia a funcionar (...) produzindo os 24400 exemplares que são precisos para a venda e a expedição.

Depois de secas, as folhas que saem do prelo vão à máquina de dobragem e passam dali para a brochura (...).

Está o número pronto. Os dois cadernos que o constituem devidamente enfaixados e cosidos com a capa. Acumula-se um monte sob a faca de guilhotina para os aparar (...).

Chegou a hora da (...) venda. Os jornais, contados, empilhados em maços, estão prontos para serem entregues aos rapazes, que há muito esperam (...). Abre-se a porta da venda e precipitam-se todos com a ambição de serem os primeiros (...). Atualmente, são mais de trezentos vendedores que acodem todas as segundas-feiras para levarem cerca de cinco mil exemplares da *Ilustração Portuguesa* (...) [quase 17 exemplares por ardina].

E já agora dizemos também que (...), e não falando dos seus redatores, desenhadores e fotógrafos, a *Ilustração Portuguesa* possui o seguinte pessoal efetivo: (...) não anda longe de um cento (...).

Tal é a *Ilustração Portuguesa*, que, como se vê, possui uma vida própria e autónoma, uma autêntica prosperidade (...), a primeira vez que isto sucede em Portugal com uma revista ilustrada.

Pelas suas páginas têm passado os nomes mais ilustres da literatura nacional (...). Além disso, (...) organizou concursos, exposições (...), concertos, e promoveu o famoso raide hípico (...).

É na consecução do seu programa de constante aperfeiçoamento que vamos (...) ampliar o seu número de páginas de 32 para 40, de maneira a poder dar um maior desenvolvimento à parte literária sem prejuízo da (...) reportagem fotográfica, que passará a abranger também o acontecimento brasileiro (...). A *Ilustração Portuguesa* pretende (...) tornar-se o órgão oficioso de uma aproximação entre a mentalidade dos dois países (...). (*Ilustração Portuguesa*, n.º 125, 13 de julho de 1908, pp. 41-51)

Excluindo-se os termos encomiásticos em que a revista é descrita, o texto anterior dá algumas pistas para se entender o papel da *Ilustração Portuguesa* na sociedade lusa na alvorecida do século XX.

1. A *Ilustração Portuguesa* assumia-se como *magazine* e como *revista*: uma revista *magazine*, portanto.
2. O êxito da *Ilustração Portuguesa* foi, para muitos, surpreendente. A procura superava a tiragem da revista (24400 exemplares em 1908, entre os quais 12 mil assinantes). A *Ilustração Portuguesa* provou que uma revista ilustrada de atualidades portuguesa podia cativar um importante segmento do público, constituído, muito provavelmente, por burgueses, comerciantes, assalariados e mesmo operários alfabetizados ou semialfabetizados (Murray, 2009).
3. Só uma empresa jornalística sólida, como era a empresa do jornal *O Século*, podia garantir os recursos materiais, financeiros e humanos (cerca de cem pessoas, conforme é referido no artigo) que exigia a publicação de uma revista com as características da *Ilustração Portuguesa*.
4. A organização e divisão do trabalho na *Ilustração Portuguesa* era lógica e sequencial, própria de uma grande empresa. Longe iam os tempos da produção quase artesanal, os tempos em que uma publicação podia viver quase unicamente do seu editor. Na *Ilustração Portuguesa* havia planificação, pesquisa e recurso a serviços externos, nomeadamente para fornecimento semanal das fotografias evocativas e reportativas dos principais acontecimentos da atualidade.
5. Três máximas orientavam a produção discursiva na revista: variedade, novidade, atualidade.
6. Apesar do seu ar de modernidade, a revista não se desvinculou das tendências anteriores do design. Por similitude com a pintura (os quadros eram expostos em molduras), o design implicava, por exemplo, o embelezamento gráfico das orlas das páginas e das orlas das fotografias. No entanto, o design ancorava-se nas imagens: primeiro calculava-se “quantas páginas” exigia “a reportagem fotográfica dos acontecimentos da semana”.
7. A revista tinha um foto-repórter dedicado [Joshua Benoliel] que, por semana, produzia cerca de 180 fotografias para a publicação, de formato 9x12, o que correspondia a perto de 8640 chapas fotográficas anuais.
8. Como outras publicações antes dela, também a *Ilustração Portuguesa* queria conquistar o público brasileiro.

Ao tempo da Grande Guerra (1914-1918), a *Ilustração Portuguesa* atingiu a sua máxima tiragem: mais de 25 mil exemplares. Paradoxalmente, o aumento da tiragem foi visto com preocupação. No número de 2 de maio de 1917, explicava-se que o papel estava quatro vezes mais caro e que o zinco para a fotogravura estava seis vezes mais caro, pelo que o aumento

das tiragens que a *Ilustração Portuguesa* registava não era motivo de celebração. A tiragem máxima foi, então, fixada em 25800 exemplares (p. 274). Aliás, durante o conflito, a *Ilustração Portuguesa* foi obrigada a recorrer a papel de menor qualidade e a reduzir o número de páginas, dando, a 10 de abril de 1916, a seguinte justificação aos leitores: “Como a todos os jornais (...) chegou à *Ilustração Portuguesa* (...) a crise do papel e do zinco (...). O primeiro custa cerca de três vezes mais caro e o segundo mais de quatro vezes!”. Por isso, “A *Ilustração* mantém o seu preço, mas [terá] (...) umas páginas menos” (p. 466). Diga-se, ainda, que entre 1916 e 1921 *O Século Cómico* publicou-se conjuntamente com a *Ilustração Portuguesa*.

Pode transmitir-se uma ideia mais dos conteúdos veiculados pela *Ilustração Portuguesa* analisando-se alguns dos seus números.

No primeiro, de 9 de novembro de 1903, ao longo das suas 16 páginas (capa incluída), a *Ilustração Portuguesa* incluía os seguintes conteúdos: na capa, a notícia gráfica da visita da rainha a um sanatório; depois, o espaço habitual da “Crónica” de atualidade, reservada, neste caso, para a justificação do lançamento da revista, entrecruzada com fotografias de outros assuntos; notícias gráficas sobre as exéquias por alma do rei D. Luís I, um jogo de ténis no qual participou o rei, a inauguração de uma exposição de crisântemos, uma regata e a visita do príncipe Hohenlohe à Madeira para estudo da construção de um sanatório (fotorreportagem); um retrato de dupla página do rei D. Carlos; uma peça sobre a casa do ator Augusto Rosa; a notícia gráfica da nova vereação de Lisboa (com retratos); notícia gráfica da partida do rei de Itália de Paris; o primeiro capítulo do romance *Os Novos Peregrinos*, de Mark Twain; e a “Crónica mundana”, ornada de vários retratos de corpo inteiro ou em planos médio e próximo; e ainda duas fotografias de Quelimane, motivo gráfico continuado da “Crónica” da atualidade. Nesse número, a imagem — ainda que sob a forma de desenho fotogravado e não de fotografia — superiorizava-se nitidamente à palavra escrita. Eis, pois, a grande novidade: a *Ilustração Portuguesa* era uma revista para ser *vista* tanto quanto era para ser *lida*.

O último número da primeira série, datado de 12 de fevereiro de 1906, traz na capa uma reprodução de uma escultura. A “Crónica” de Rocha Martins, com que, depois da página de anúncios, abre o miolo da revista, é dedicada a um acidente num circo. Curiosamente, entremeando o texto surgem fotografias da Guarda Municipal de Lisboa em pequeno uniforme, em grande uniforme e em uniforme de trabalho. Um sinal de que fotografia e texto sobre temas diferenciados ainda podiam comungar do mesmo espaço gráfico. Seguem-se uma montagem de várias fotos de retrato de comandantes da Guarda Municipal, em diferentes formatos; uma fotorreportagem sobre uma caçada em Valongo; uma fotografia da cena final de um ato de uma peça de teatro; uma fotorreportagem sobre a Guarda Municipal de Lisboa e o quartel do Carmo; uma fotorreportagem sobre um jogo de futebol; uma fotografia de Lisboa, vista do castelo de São Jorge, que preenchia as duas páginas centrais; um conjunto de fotografias sobre a Índia Portuguesa; uma fotorreportagem com o juramento de bandeira na Escola do Exército; avisos sobre a chegada da segunda série da revista a 26 de fevereiro de 1906; o

capítulo final de um folhetim sobre “o perigo chinês” (um tema muito em voga na transição do século XIX para o XX) e uma crónica de moda, embora encimada por uma fotografia de um grupo de ciganos.

Já o primeiro número, não datado (e que se supõe ser de 26 de fevereiro de 1906), da segunda série, trazia os seguintes conteúdos: uma capa com uma ilustração artística; um desenho alusivo ao projeto para o carro carnavalesco da *Ilustração Portuguesa*; um poema alusivo à máscara de carnaval, ilustrado com desenho; uma fotografia de um carro carnavalesco do cortejo do clube dos Fenianos, no Porto; uma reportagem, ilustrada com algumas fotografias, sobre os guarda-roupas para teatro existentes em Lisboa; uma matéria sobre o Carnaval, ilustrada com fotografias e desenhos fotogravados; uma reportagem, ilustrada com fotografias, sobre a confeção de cabeleiras; uma peça sobre os 50 anos de vida literária e académica de Teófilo Braga, ilustrada com fotografias; uma peça sobre a atriz de teatro Lucília Simões, ilustrada com fotografias; uma fotorreportagem sobre os preparativos para o cortejo de Carnaval do clube dos Fenianos, dando sequência a um tema já abordado no mesmo número; e publicidade.

O número 947º da revista, datado de 12 de abril de 1924, assinala, na prática, o fim da *Ilustração Portuguesa*. O grupo do jornal *O Século* manteria o título até 1980, mas o seu novo projeto de revista ilustrada somente seria materializado com o aparecimento de *O Século Ilustrado*, em 1938. Nesse número, a *Ilustração Portuguesa* incluía: uma capa alusiva à morte de Cristo (celebrava-se a Páscoa); uma página de anúncios publicitários; uma crónica desportiva, inteiramente dedicada a um jogo de futebol, ilustrada com uma pequena fotografia de duas senhoras a praticarem desporto (portanto, o conteúdo da foto não correspondia, sequer, ao conteúdo da crónica); poemas, com pequenas ilustrações a emoldurarem o título; uma crónica feminina sobre assuntos domésticos, ilustrada com um pequeno desenho de uma senhora a bordar e um esquema sobre a decoração de uma casa de campo; uma página de humor gráfico; a partitura de uma música; um conto, ilustrado com desenhos; uma fotorreportagem sobre as cerimónias evocativas da batalha de la Lys; fotonotícias de acontecimentos sociais; uma fotorreportagem sobre a partida para o raide aéreo Lisboa-Macau, iniciado a 2 de abril; mais um poema; uma reportagem ilustrada com reproduções de quadros sobre uma exposição de aquarelas do pintor Alberto Sousa; uma fotorreportagem sobre as cheias no Ribatejo e no Douro; uma secção de fotonotícias diversas, encabeçada por uma fotonotícia sobre a nomeação de um novo embaixador de Portugal em França; uma fotorreportagem sobre a inauguração de uma exposição na Sociedade Nacional de Belas-Artes; mais fotonotícias sobre acontecimentos sociais; uma crónica de cinema, ilustrada com fotografias alusivas aos protagonistas de um novo filme francês; novamente, fotonotícias, incluindo necrologia; uma crónica de teatro; uma evocação de acontecimentos do passado, ilustrada com desenhos fotogravados; uma fotorreportagem sobre a visita de uma esquadra britânica a Lisboa; uma crónica de moda, ilustrada com fotografias; uma crónica literária, com recensões dos livros enviados à *Ilustração Portuguesa*; humor gráfico infantil; uma página de entretenimento; e anúncios publicitários.

Uma conclusão geral sobre os conteúdos é a de que a primeira série da *Ilustração Portuguesa* foi bastante mais “gráfica” e “visual” do que a segunda, no sentido de que a imagem (nem sempre a fotografia — podia ser o desenho fotogravado), na primeira série, é mais impactante, mesmo no que toca à dimensão, do que o texto escrito. Na segunda série, o texto verbal assumiu bastante relevo na revista, opção que, aliada à diminuição da dimensão das páginas, prejudicou a informação iconográfica. Portanto, na segunda série, a *Ilustração Portuguesa*, curiosamente, aproximou-se mais, nos conteúdos, das revistas que a precederam, tornando-se relevante, por exemplo, a dimensão literária. Em compensação, as capas vibrantes, muitas delas coloridas, algumas artísticas, outras mais informativas, com ilustrações, desenhos e fotografias, tornaram, na segunda série, a revista mais impactante a um primeiro olhar. De qualquer modo, avaliadas ambas as séries, pode afirmar-se que a *Ilustração Portuguesa* é um repositório documental da ascensão da fotografia a meio dileto da informação visual e âncora do design das revistas.

Uma outra conclusão poderá deduzir-se do folheio da revista. A partir do final da segunda década do século XX, em particular durante e depois da direção de António Ferro (1921/1922), a *Ilustração Portuguesa* desenvolveu o seu cunho literário e artístico, por vezes em detrimento da sua vertente mais jornalística, relacionada com cobertura generalista e gráfica da atualidade nacional e internacional. Interessantemente, no início dos anos vinte, como tentativa de sintonizar a revista com os gostos e interesses maioritários do público, a *Ilustração Portuguesa* atribuiu uma importância crescente ao desporto, em especial ao futebol.

Foram autores regulares de textos publicados pela revista, que também se destacou pela qualidade textual e até literária, entre outros: Alberto Braga, Augusto Fuschini, Bernardo Jacome, João Correia dos Santos, Rocha Martins e Santos Tavares, na primeira série; e, na segunda série, entre outros, Rocha Martins, Alfredo Mesquita, Celestino Soares, Eugénio dos Santos, Mello de Matos, Júlio Dantas, Acácio de Paiva, Albino Forjaz de Sampaio (foi diretor da revista), António Maria de Freitas (também foi diretor da revista), Alfredo Mesquita, António Sardinha, Aníbal Soares, Aquilino Ribeiro, Bulhão Pato, Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias (foi diretor da revista), Eugénio de Castro, Jaime Cortesão, João de Barros, João Grave, Manuel da Silva Gaio, Mário de Almeida, Norberto de Araújo, Sousa e Costa, Teófilo Braga, Vieira da Costa, e, entre as mulheres, Amélia Cardia, Berta Leite, Branca Gonta Colaço, Fernanda de Castro, Helena de Aragão, Maria de Carvalho, Mercedes Blasco, Maria O’Neil e Virgínia Vitorino.

Na *Ilustração Portuguesa* distinguiram-se, ainda, desenhadores (não necessariamente na reportagem desenhada — também na ilustração artística) como Alberto Sousa Cândido, Carlos Pereira (1879-1960) e Jorge Colaço (1868-1942), aos quais se somaram, na segunda série, nomes grandes das artes portuguesas, como Almada Negreiros (1893-1970) e Stuart Carvalhais, acompanhados por Apeles Espanca (1897-1927), Bernardo Marques (1899-1962), Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920), Rocha Vieira (1883-1947) e Jorge Barradas (1894-1971). Distinguiram-se, também, na *Ilustração Portuguesa* fotógrafos como Joshua Benoliel, introdutor do fotojornalismo profissional em Portugal; Arnaldo Garcês, um *freelance*

que acabaria por ser contratado pelo governo para, integrado nas Forças Armadas, cobrir o treino e a atuação do Corpo Expedicionário Português que combateu na I Guerra Mundial; Augusto Bobone, fotógrafo da Casa Real; Aurélio da Paz dos Reis, que, além de fotógrafo, era cineasta tendo realizado e projetado os primeiros filmes em Portugal; Alberto Carlos Lima; Anselmo Franco; António Novaes; e José Artur Leitão Bárcia.

Pode, finalmente, afirmar-se que a publicação que melhor corporizou, em Portugal, no primeiro quartel do século XX, o conceito de *revista ilustrada de informação geral* foi a *Ilustração Portuguesa*, por possuir, já ao tempo, as seguintes características:

1. Apresentava-se como revista generalista e leve, abrangendo um amplo leque de assuntos de interesse universal, incluindo várias amenidades (poesia, artigos sobre mundanidades e moda, crónicas, etc.).
2. Dirigia-se a um público vasto e heterogéneo, incluindo aos que, não sabendo ler, podiam ver.
3. Tinha uma feição noticiosa, evidenciando o propósito de difundir novas informações e perspetivas sobre acontecimentos da atualidade.
4. Colava-se à atualidade quente nacional e internacional, reportando vários acontecimentos da semana anterior à data de publicação (era semanal).
5. Era ilustrada com desenhos e com fotografias referentes aos acontecimentos de atualidade que reportava, reservando, por vezes, à iconografia, 50 a 75% da mancha gráfica.
6. Teve um impacto público superior a qualquer outra revista portuguesa coeva.

Conclusões

As revistas dissociaram-se dos jornais essencialmente pela adoção do *artigo* para *passar em revista* uma multiplicidade de assuntos. Embora se tenha cingido este texto à apresentação cronológica das principais revistas⁵² de informação geral, em circulação e impacto, surgidas durante a Monarquia, podem extrair-se deste relato cronológico algumas conclusões:

52 Relembre-se que o estudo diz respeito a revistas que possam ser consideradas como sendo de *informação geral* e tenham tido longevidade e circulação suficientes para poderem ser consideradas relevantes para a construção de uma história destas publicações. Não se englobaram no relato revistas que, apesar de existentes, não puderam ser consultadas, nem publicações doutrinárias, confessionais, cómicas e satíricas, especializadas, de âmbito regional, meros suplementos de jornais e similares. De relembrear, também, que algumas coleções de revistas referidas ao longo do trabalho estão incompletas ou têm números inacessíveis.

1. Para explicar o surgimento e expansão das revistas em Portugal é necessário olhar para vários fatores, tais como:

a) A *ação pessoal* de alguns indivíduos empreendedores, que, como editores, editores-redatores, ou simples promotores, estimularam o surgimento e expansão das revistas no país.

b) Os *modelos estrangeiros*, já que é notória a influência estrangeira nas revistas editadas em Portugal. Os modelos de revistas editadas em Portugal nos séculos XVIII e XIX e mesmo na alvorada do século XX são as publicações estrangeiras, das quais, inclusivamente, se traduziam e publicavam conteúdos, sem consideração pela identificação da origem. Registe-se, no entanto, que a *atualidade* teve mais dificuldades de se implementar e impor entre os conteúdos das revistas em Portugal do que nos países que lideravam a imprensa ao tempo — casos da Inglaterra, França e Estados Unidos. Por muito tempo, as revistas assentaram a sua linha editorial na cultura, no entretenimento e na promoção do conhecimento, sobretudo desde um viés *utilitário*.

c) As *condições socioeconómicas*, quer para empreendimentos editoriais, quer para a outorga de poder aquisitivo a um conjunto crescente de pessoas, desde a pequena burguesia ao operariado. Nesse âmbito, podem destacar-se as *condições mercadológicas*, já que as revistas, dado o seu alinhamento prioritário com a cultura geral e com o entretenimento, propunham ao público *conteúdos alternativos* que se afastavam da polémica política protagonizada pelos jornais políticos e do noticiário diário da imprensa noticiosa industrial, que se desenvolveu em Portugal, sobretudo, após o surgimento do *Diário de Notícias*, em 1864.

d) As *tecnologias de impressão*, que permitiram, nomeadamente, na maioria das revistas, a publicação de imagens associadas aos textos verbais.

e) O surgimento e expansão de um *público* para as revistas, transversal à sociedade, constituído por um conjunto de indivíduos alfabetizados (a alfabetização ia, gradualmente, aumentando) que queriam adquirir, lendo revistas, principalmente, *capital cultural*, e que tinham *poder aquisitivo* para comprarem, regularmente, estas publicações, para si e suas famílias. Algumas sociedades benfeitoras, como a famosa Sociedade Madrépora, contribuíram para a expansão desse público, ao distribuir gratuitamente as revistas por várias escolas.

f) *A liberdade formal de imprensa* do qual, grosso modo, apesar das ameaças e constrangimentos, o país beneficiou entre 1820 e 1823 e entre 1836 e 1926.

2. As revistas foram-se sofisticando ao longo do tempo. De projetos artesanais de indivíduos isolados, frequentemente fracassados, que solicitavam, muitas vezes, a colaboração altruísta do público pelo envio de textos e imagens, tornaram-se projetos editoriais que exigiam uma infraestrutura empresarial e profissionalizada e implicavam investimentos avultados, somente ao alcance de indivíduos endinheirados, sozinhos ou em grupo, e de empresas já constituídas — principalmente do setor mediático. No discurso, as revistas evoluíram do enciclopedismo, da cultura e literatura, da promoção geral do conhecimento e do entretenimento para a cobertura da atualidade, numa ótica de *informação geral*.

3. As revistas de informação geral foram incorporando as imagens como dispositivos informativos que acabaram por se tornar identitários nessas publicações. A iconografia foi primeiro usada nas revistas antes de o ser nos jornais e foram também as revistas a adotar, em primeiro lugar, as inovações nesta matéria, como a reprodução direta de fotografias.

4. Inversamente ao que ocorreu com a maioria dos jornais portugueses do século XIX, as revistas raramente se envolveram em polémicas de cariz político e partidário, reservando para si um papel de intervenção na formação cultural, de promoção do conhecimento e de entretenimento dos leitores.

5. As revistas foram concebidas para serem lidas por todos os alfabetizados e não quase somente pelo público masculino adulto que comprava e lia jornais, nomeadamente jornais políticos.

6. Houve uma certa dificuldade em encarar as revistas como revistas. Muitas apelidavam-se a si mesmo de jornais, havendo, notoriamente, uma certa dificuldade em distinguir ambos os géneros. Mas desde 1838 que algumas dessas publicações começaram a validar, no próprio título, a designação *revista*, para se distinguirem dos jornais.

7. As revistas foram centrais para o desenvolvimento da imprensa jornalística portuguesa ao longo do século XIX e no início do século XX, já que, genericamente, (a) contribuíram para a solidificação do modelo revista, que daria origem à *newsmagazine*, e (b) abriram o jornalismo português a novos géneros e formatos informativos (noticiosos ou documentais), alguns deles ancorados na imagem. Especificamente, as revistas ilustradas — uma maioria — foram importantes para a difusão da imagem como dispositivo de informação no jornalismo português.

Bibliografia

- Bacot, J.-P. (2005). *La presse illustrée au XIXe siècle. Une histoire oubliée*. Presses Universitaires de Limoges.
- Baptista, J. (1977). *Alexandre Herculano: jornalista*. Bertrand.
- Bonifácio, M. de F. (1993). O abençoado retorno da velha história. *Análise Social*, XXVIII(122), 623-630.
- Buescu, H. C. (coord.). (1997). *Dicionário do romantismo literário português*. Caminho.
- Cádima, F. R. (2002). *História e Crítica da Comunicação*. Edições Século XXI.
- Correia, R. Fichas históricas de *Branco e Negro: Semanário Ilustrado* (2012); *O Branco e o Negro. Revista Semanal Ilustrada para Portugal e Brasil* (2012); *Brasil-Portugal* (2009); *O Domingo Ilustrado* (2007); *Ilustração* (2009); *A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal* (2008); *Ilustração Portuguesa* (2009); *A Ilustração Portuguesa: Semanário: Revista Literária e Artística* (2012); *Jornal do Domingo: Revista Universal* (2007); *O Ocidente* (2008, atualizada em 2012); *O Panorama* (2012); *Serões* (2012); *Revista Universal Lisbonense* (2006). <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>.
- Costa, F. (2004). Os antecedentes da *Ilustração Portuguesa*, in F. Costa & M. C. Serén (Eds.), *Ilustração Portuguesa* (pp. 6-48). Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Dias, E. J. G. (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Caleidoscópio.
- Esteves, R. (s/d). Ficha histórica de *Arquivo Pitoresco: Semanário Ilustrado*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/ArquivoPitoresco.pdf>.
- Henriques, L. N. P. (2015). *Ilustração: imagem da Modernidade em Portugal*. [Tese de doutoramento. Universidade de Barcelona]. <http://hdl.handle.net/2445/66422>
- Leitão, J. A. (2011). *Ilustração fotográfica: a fotografia e a revista Ilustração Portuguesa (1903-1924)*. <http://imagensdarepublica.ipt.pt/wp-content/uploads/2011/05/Ilustra%C3%A7%C3%A3o-Fotogr%C3%A1fica1.pdf>.
- Mesquita, J. C. V. e C. (1997). *A Ilustração nas Publicações Periódicas Portuguesas (1820-1850)*. [Dissertação de mestrado. Universidade do Porto.] <http://hdl.handle.net/10216/19448>.
- Müller, F. S. (2011). Lorjó Tavares, esse ilustre desconhecido de *Brasil-Portugal (1899-1914)*. *Todas as Letras*, 13(2), 44-54.
- Oliveira Marques, A. H. (2006). *Breve História de Portugal*. Presença.
- Pinheiro, N. A. (2006). *O teatro da sociedade. Fotografia e distinção social*. CEHCP.
- Proença, C. & Manique, A. P. (1990). *Ilustração Portuguesa*. Alfa.
- Ramalheira, A. M. P. (1994). Imagens da Alemanha em “*O Ocidente — Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*” (1878-1915). *Biblos*, LXX, 389-448.
- Ramos, R. (coord.), Sousa, B. V. & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Rau, F. (1965). *Reportagem gráfica no século XIX*. Editora Gráfica Portuguesa.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O museu de imagens na imprensa do Romantismo. Património arquitetónico e artístico nas ilustrações e textos do Arquivo Pitoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, J. R. & Bento, A. C. (2004). *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: O Panorama (1837-1868) e Arquivo Pitoresco (1857-1868)*. LASA — Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão.
- Rocha Martins (1933). *Arquivo Gráfico da Vida Portuguesa 1903-1918*. Bertrand.
- Rocha Martins (1942). *Pequena história da imprensa portuguesa*. Inquérito.
- Sant’Anna, B. de C. L. (2007). *Ilustração Brasileira (1854-1855) e a Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*. [Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo]. http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-02102007-141548/publico/TESE_BENEDITA_C_LIMA_SANTANNA_VOL_I.pdf.
- Santos, A. (2009). *Ocidente, imagens e representações da Europa*. [Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13384/1/Tese_mestrado_Alda%20Santos.pdf.
- Sena, A. (1991). *Uma história de fotografia*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sena, A. (1998). *História da imagem fotográfica em Portugal, 1839-1997*. Porto Editora.
- Serén, M. C. (2004). *Ilustração Portuguesa*, in F. Costa & M. C. Serén (Eds.), *Ilustração Portuguesa* (pp. 68-119). Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura.
- Silva, J. L. R. O. (2014). *O Panorama. Jornalismo e ilustração em Portugal na 1ª metade do século XIX*. Livros LabCom/Universidade da Beira Interior.
- Soares, E. (1941). *História da gravura artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Livraria SamCarlos.
- Soares, E. (1951). *Evolução da gravura de madeira em Portugal: Séculos XV a XIX*. Câmara Municipal de Lisboa.
- Soares, E., Carneiro, P. D., Santos, P. M., Meireles, C. & Rosas, L. (1999). *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*. Instituto Português dos Museus/Ministério da Cultura.
- Sousa, J. P. (2013). *A Grande Guerra: uma crónica visual (parte I). Estudo do discurso em imagens da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015a). *A Grande Guerra: uma crónica visual (parte II). Estudo do discurso iconográfico da Ilustração Portuguesa (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015b). *O Espelho: Infopropaganda ilustrada britânica para Portugal e para o Brasil durante a I Guerra Mundial*, in J. P. Sousa (org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 11-206). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2015c). *Portugal na Guerra: infopropaganda ilustrada portuguesa na I Guerra Mundial*, in J. P. Sousa (org.), *Balas de papel. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha* (pp. 207-316). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017a). *Veja! Nas Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Um Contributo para uma História das Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017b). *A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910*, in J. P. Sousa, J. P., H. Lima, H., A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma História da Imprensa Lusófona. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Caminho.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Círculo de Leitores.